

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL



ANO I

Nº 8

ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio
EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO: Elísio de Campos — EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

N.º 8

15 de Junho de 1916

SUMARIO

<i>O Novo Embaixador do Brasil</i>	R.
<i>Camões, Portugal e a guerra</i>	Lopes d'Oliveira
<i>A mulher e os poetas</i>	Alfredo da Cunha
<i>A séca</i>	Domingos Barbosa
<i>Os progressos da educação secundária em Portugal</i>	Agostinho de Campos
<i>As Yaras</i>	Carlos Maúl
<i>Santo Antonio de Lisboa</i>	Aquilino Ribeiro
<i>Quem canta seus males espanta</i>	Vicente Arnoso
<i>S. João Casamenteiro</i>	Raymundo Esteves
<i>A voz dos Magos</i>	Julio Brandão
<i>A guerra e a mobilização financeira</i>	José de Macedo
REVISTA DO MÊS	
<i>Dois Santos lusitanos</i>	Jayme Cortezão
<i>O Embaixador do Brasil</i>	H. H.
<i>Crónica do Norte</i>	Julio Brandão
<i>O mês literário</i>	Joaquim Manso
<i>Teatros</i>	Avelino d'Almeida
<i>Crónica musical</i>	Humberto d'Avelar
<i>Economia & Finanças</i>	X.
<i>Exposições (S. Belas Artes e Augusto Pina)</i>	R.
NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS	
<i>Reproduções</i> de Columbano, Sousa Pinto e Navarro da Costa.	
<i>Desenhos</i> de Raul Lino, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro e Cristiano de Carvalho.	

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números)	2\$80
Seis meses	1\$50

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números)	Frs. 51
---------------------------	---------

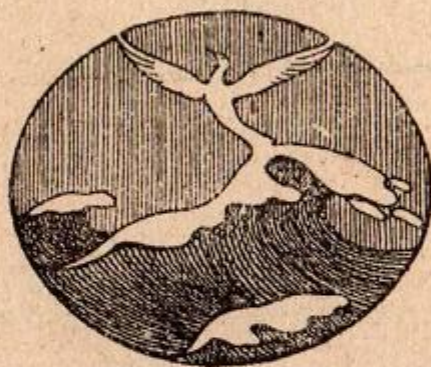
Número avulso em Portugal \$25

REDACÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 26 } LISBOA
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL



VOLUME II



O NOVO
EMBAIXADOR
DO BRASIL

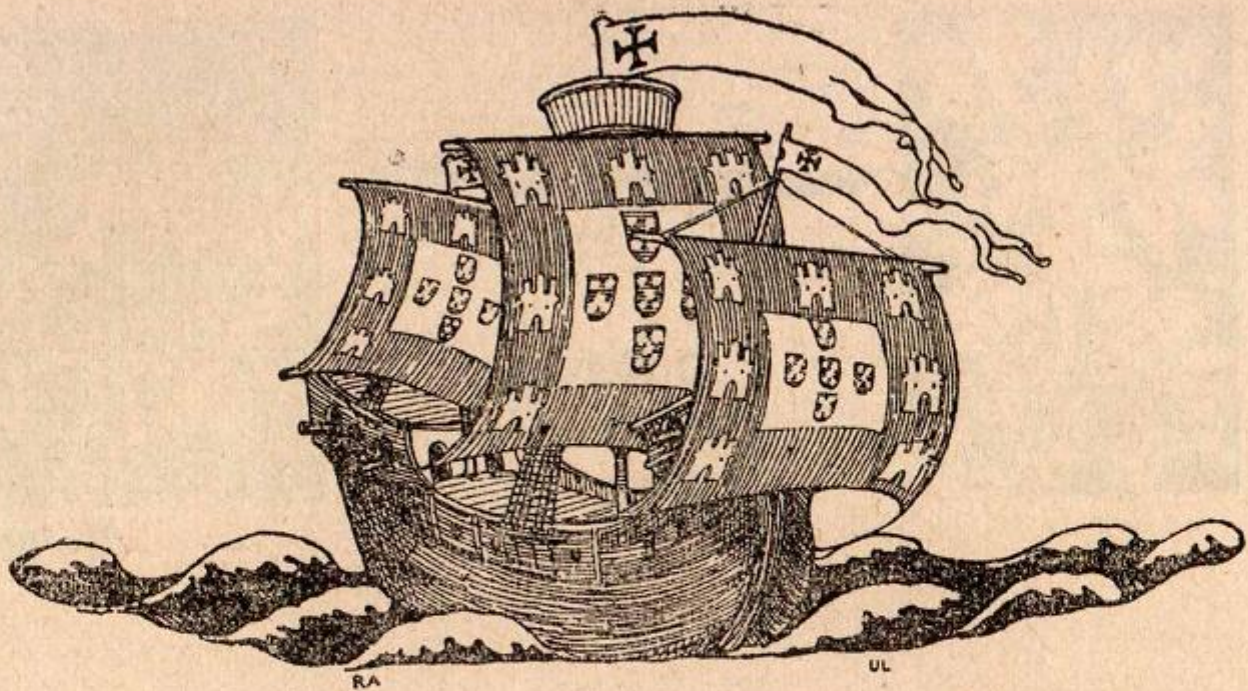
M. Augusto

Dr. Gastão da Cunha

A *Atlantida* saúda, com efusiva admiração e simpatia, o eminente diplomata que, numa hora feliz, o govêrno do Brasil escolheu para seu embaixador em Lisboa. O Dr. Gastão da Cunha é um grande brasileiro e um grande amigo de Portugal. As suas excepcionais qualidades de carácter, o seu talento fulgurante, a sua elegância discreta e sóbria, o seu tacto admirável, são a garantia segura de que a sua acção vai ser altamente profícua para o estreitamento definitivo das relações luso-brasileiras.



A *Atlantida*, que dessa aspiração nasceu e que para ela vive, congratula-se vivamente com a justa nomeação, pois vê, no novo Embaixador, não só o plenipotenciário do govêrno do seu país, mas também o legítimo representante de toda a intelectualidade superior do Brasil, no que esta possui de mais nobre, de mais elevado e de mais culto.



Camões, Portugal e a guerra

A guerra actual foi para os povos um inequívoco meio de revelação. Os povos vivos logo reagiram perante o insólito ataque germânico. Ferido ou ameaçado, todo o corpo sofre imediatamente o alarme sensorial da defeza. O indivíduo são como a sociedade são em todos os seus elementos logo se apresta à luta.

O instinto biológico como o instinto social solidariza todas as células dos organismos em perigo.

Um brigão fere um homem no braço esquerdo... E o braço direito não acode logo a lutar contra o inimigo? E todos os órgãos e funções, em toda a sua energia, não se subordinam instantaneamente à defeza e não a servem? O mesmo fenómeno caracteriza os organismos sociais, desde a família à nação, pois as sociedades como os indivíduos que, em imediata reacção, se não solidarizam, estão em decomposição — são organismos mortos ou a morrer.

Há casos especiais porêm — quando à reacção geral ficam hostis, ou indiferentes certos órgãos que, embora, de momento, não podendo inpedi-la, persistindo, hão de enfraquecê-la ou paralizá-la.

Haverá então remédio? A urgência pode não permitir mais do que um: a amputação dos órgãos cobardes ou traidores.

Também a não eliminação, nas sociedades, dos elementos ne-

fastos que, em luta, contrariam a sua solidariedade, conduz à sua perda.

Portugal em todos os momentos de crise o compreendeu, e sempre se salvou quando, a tempo, irradiou os traidores à Pátria. No século XIV contra Castela, no século XVII contra Espanha, no século XIX contra a invasão napoleónica, a sua vitória a ficou devendo sempre à circunstância de ter conseguido *separar*, a tempo, os degenerados portugueses.

Uma só vez Portugal foi vencido, e esteve a ponto de perder-se quando, no século XVI, a súbita invasão do duque de Alba não deu tempo a extirpar do nosso solo as daninhas plantas que o envenenaram. No exército, na marinha, na capital e nas províncias, entre as classes dirigentes, espanhófilos ficavam prontos a entregar a nação, e a entregaram.

Há hoje em Portugal germanófilos que, ou se vendem ao oiro, ou se prostituem ao ódio, e preferem a subversão da República à independência da Pátria? Pois é inútil toda a tentativa para nêles acordar o instinto da vida — pertencem à morte. A ela devem entregar-se...

Cuidemos dos vivos e enterremos os mortos!

Nos vivos é necessário despertar todas as profundas e sagradas energias do supremo amor da sua terra e da sua raça.

Levantemos na sua alma a inspiração da renovadora fé nos destinos nacionais, e, para seu ensinamento, ergam-se todas as solenes vozes do passado, consagrando todas as augustas esperanças do futuro.

Desde Afonso Henriques a Afonso de Albuquerque, desde o Infante D. Henrique a D. Francisco de Almeida, a cordilheira dos heroísmos culminando em Nun'Álvares, Duarte Pacheco e D. João de Castro, a seus olhos avulte o inextinguível esplendor dos altos feitos.

A aurora de Ourique, de Aljubarrota, de Montijo e do Busaco varra do nosso céu a côr sinistra dos preságios! Que o nosso exército se desafrente de Naulila, e que, sob as suas fardas, bata de novo o intrépido coração de Sá da Bandeira, e a espada flameje na mão convulsa dum Saldanha!

E que o espírito de Mousinho de Albuquerque encarne num grande general que se faça temer e amar, e que, ao sol das batalhas, conduza os nossos soldados à morte ou à vitória! E que sobre Portugal paire o génio da raça, a alentar todas as bravu-

ras, a inspirar todas as façanhas, a criar todas as nobres ambições de glória! E que os Poetas cantem! E que Junqueiro possa continuar Camões!

Em todas as grandes crises nacionais a alma épica do Maior Poeta desperta e vela...

A mais assombrosa obra dos tempos históricos — a dos nossos descobrimentos e conquistas — encontra nêle o seu soberano intérprete; dir-se-ia que o génio nacional encarnou no seu génio; e tão íntima e profunda, e tão natural e viva, e tão violenta e amorosa é a sua ligação que Camões não é um símbolo sómente, mas a própria imagem, animada e calorosa, heróica e sublimada da alma nacional!

O culto de Camões é heróico. Chama à acção.

As épocas de renascimento e de combate são as do seu domínio. Admirar Camões é admirar não só a bravura e a intrepidez física, mas também a abnegação e a coragem moral. Camões só se admira de pé. Quem na vida anda de rastos não pode divisá-lo sequer. Para amar Camões é necessário amar a Justiça, e contemplar, rosto a rosto, a severa face da História que nos acusa, com a alma forte de quem, para se redimir, se põe a caminho do futuro, na serena consciência do dever.

Os Migueis de Vasconcelos não podem compreender os *Lusíadas*; nem em 1580, nem em 1807 nem em 1915, os souberam ler.

Essa epopeia é, para êles, um epitáfio, e é para nós uma divisa.

Ela é um clarão perene e eterno. Afasta as feras e as aves sinistras. Brilha como a aurora e resplende como a esperança. A luz que inunda 1640, 1808, 1820 e 1910 é a sua luz transfiguradora. Não há alma que não acorde, espírito que não levante, corpo que não fortaleça. Todas as corôas cívicas a teem por auréola. Desde o século XVI é o nosso Capitólio de fogo libertador.

Nun'Álvares e Camões erguem-se na radiante constelação do nosso épico passado com o fulgor de sóis. O génio, que é imortal, e torna imorredoiro tudo o que é tocado do seu divino esplendor, tem dois polos em que se encontra, dois aspectos em que deslumbra — o génio do pensamento e o génio da acção. *Aljubarrota* e os *Lusíadas* são dois maravilhosos actos de fé transfiguradora — o amor da Pátria exaltado e sublimado nêles encarnou numa suprema missão religiosa.

Mas Camões é o Poeta e o Soldado, que heróicamente vive combatendo e morre amando...

Nenhum povo possui como nós um poema verdadeiramente nacional.

Nêlé se define como única a nossa grandeza, e se afirma, inconfundível, o nosso valor; é um padrão imperecível.

Nêlé se fixa a nossa língua, tão forte e enternecida, tão doce e severa — o grito e a melodia, a meditação e o arrebatamento, a imprecação e o pranto — maleável como um barro e resistente como um bronze, sã, activa, serena, clara e harmoniosa, língua admirável em que canta a idílica suavidade dos campos e brame a épica cólera do mar, nela fundidas, num momento genésico e profundo, a contente alegria e paz dos nossos lares e a melancolia nostálgica das solidões longínquas da África, da América e da Ásia — a língua de Portugal, tão formosa e rica, língua expressiva, enérgica e vibrante de guerreiros, nautas e lavradores.

Salvos do naufrágio, os *Lusíadas* são como a *Arca da Aliança* dos portugueses, um penhor sacrossanto da união de Portugal e do Destino. Lendo-o, cremos no Futuro; a fé acorda em nós o glorioso sonho de uma nova era de ressurgimento.

Pressentindo êsse ressurgimento, se fez a República, e, apenas começada a grande guerra, o pleito em que tantas nações vão afirmar o seu direito de existência, acordou todo o Portugal.

A aspiração e a atitude desta nação que, pela maravilhosa obra das suas descobertas e conquistas, criou o mundo moderno, logo as definiram Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Bernardino Machado, Afonso Costa, Antonio José de Almeida, França Borges, Leote do Rêgo e o tenente Aragão, o poeta, o sábio, o político, o estadista, o tribuno, o jornalista, o marinheiro e o soldado.

Não poderia Portugal falar mais alto e claro. Guiavam-no o génio, o carácter, o heroísmo.

João de Barros com a sua abaladora *Ode à Bélgica*, Tomás da Fonseca, com a sua bela *Canção do Soldado*, Mayer Garção com os seus admiráveis artigos de propaganda, Alexandre Braga com os seus memoráveis discursos, e Jaime Cortesão, Augusto Casimiro e Fausto Guedes Teixeira responderam ao apêlo, vibrando, com a fé da mocidade.

E em breve, desde o Parlamento às Associações, desde

o campo à oficina, desde as academias aos quarteis, na praça pública e nos lares, todos os partidos, todas as classes sociais reuniam a unanimidade à decisão augusta — a decisão de viver.

Por momentos a traição veio depois imobilizar-nos de surpresa e espanto? Mas logo a voz do Povo trovejou no 14 de Maio a sua cólera vingadora, e no nosso céu só hoje ecôa um grito de àlerta, imperativo e aliciante, grave e dominador, aqueie mesmo grito que nos acordou há séculos para a jornada gloriosa que imortalizou Portugal.

A Pátria vive!

Que a acção, dignificante, a todos nos erga na peleja que vem bater à nossa porta! E que a nossa terra seja limpa e puro o ar que respiramos; que em breve não possa dizer-se que em Portugal há traidores, nem possa suspeitar-se que entre nós haja cobardes.

E como em 1640, e como em 1808, e como em todas as horas de perigo e de combate, ergamos bem alto os *Lusíadas!*

As suas estrofes são estrofes da Bíblia sacrossanta da Pátria.

A epopeia sobrenada e flutua — Arca de Aliança — sôbre todas as tempestades e cataclismos, como um sinal de esperança e de resgate.

A República honra Camões e a cidade de Lisboa o celebra como o Maior de Todos — o Poeta do Amor e do Heroísmo, num culto levantador, viril e nobre.

Camões representa um épico passado que temos de continuar.

Para tal fim, nesse culto devem solidarizar-se todos os portugueses que sintam o orgulho do nome de Portugal.

Sorrindo, há scépticos dizendo que queremos adorar São Camões.

São Camões? Pois seja!

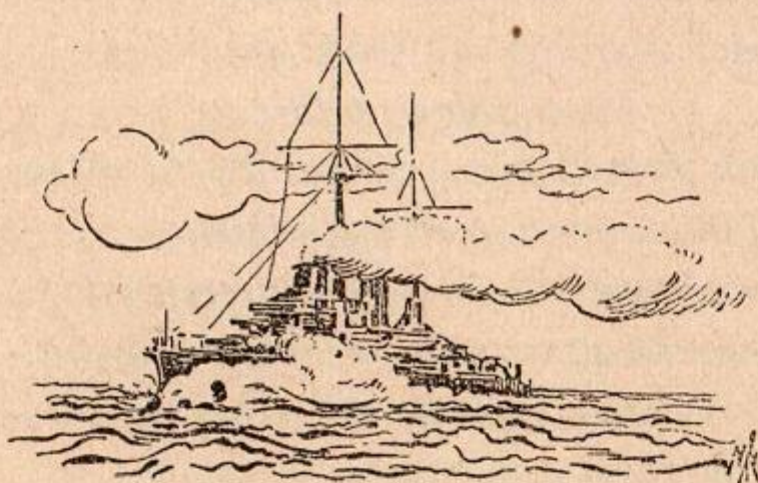
Todas as desventuras — a calúnia, a prisão, o naufrágio, o abandono e a fome — tudo sofreu; as dores físicas e as torturas morais, a miséria, o sacrifício e a dôr, as inenarráveis ânsias e as profundas agonias santificaram o seu génio.

Invoquemos pois Camões na assombrosa hora que decorre:

Camões! Glorioso Padroeiro de Portugal, ungido pelo amor, pela desgraça e pela glória, que nos inspire a decisão dos teus actos, a energia das tuas cóleras, a candura da tua crença, a bravura das tuas lutas, a abnegação do teu desinterêsse, o estoicismo da tua pobreza!

Camões! comunica-nos, sagrada, a tua fé patriótica, ilumina o nosso incerto rumo, levanta o nosso vacilante espírito, alarga o nosso pequeno coração, exalta o nosso sangue e os nossos nervos, incendeia o nosso sombrio céu, dá-nos almas de herói e corpos de soldado, e, na hora final e derradeira — inabalável, consoladora e bemdita, a suprema coragem de bem morrer.

LOPES D'OLIVEIRA.



A mulher e os poetas

Abertura da conferência em verso lida
por D. Maria Adelaide Coelho da Cunha
no ultimo serão literário na sua casa de
S. Vicente.

*Senhoras e senhores! Hoje a moda
Em teatros e salões da melhor roda
Onde se encontrem quatro ouvintes juntos,
E' fazer conferências sobre assuntos
De qualquer natureza.*

*Pois bem! Aqui, sentada a esta mesa,
Seguindo a onda ovante feminista,
Vão-me ouvir, vão-me ver conferencista!
Tal qual os grandes mestres da palestra,
Eu, mais do que êles, mestra,
Farei também a minha conferência.*

*Não falo de política. Oh! não! Tenho
A isso horror! Mas venho
Versar um outro tema: -- «A influência
Da mulher na poesia e nos poetas.»*

*Desde os ingénuos bardos quinhentistas
Aos mais românticos e aos mais realistas,
Notas possuo inúmeras completas,*

.....

*A todos peço o máximo sentido,
Para verem como eu lhes vou provar*

*Que, a não haver mulheres para amar,
Nunca poeta algum teria havido!*

*Noutras palavras: que um poeta iguala,
Quando lhe falta a musa feminina,
Alma penada sem a fé divina,
Filomela sem voz, lábio sem fala,
Ouvido surdo a toda a melodia,
Olhos de cego para toda a luz,
Visto que ela — e só ela! — é quem o induz
A dar aos versos o que têm de bom:
Dá-lhes — na voz — a música do som;
Na luz do olhar — o génio que irradia;
No riso — a graça, o espírito, a alegria!*

*Desde Adão e do caso da maçã,
Sempre a mulher a dominar ficou:
Que fôra sem Roxane o Cyrano?
E sem o Cyrano, Edmond Rostand?*

*Fôsse no Pindo ou nas regiões do Lácio,
Em Jafa, em Malta, em Nazareth, no Egipto,
Teve ela sempre êsse condão bemdito:
Que o diga o velho Homero e o velho Horácio!
Digam-no os gregos, digam-no os romanos
— E' ler Anacreonte ou ler Vergilio;
Digam-no os poetas clássicos do idílio,
Ou os modernos vates parnasianos;
E — em Portugal — os vários trovadores
Que deixaram de si gloriosa esteira
— De D. Diniz a Vasco de Lobeira.
Aos nossos actuais versejadores.
Desde o mestre dos Autos — Gil Vicente,
Até o maviosíssimo Dirceu
Que por Marília trocaria o céu,
Foi sempre o frágil sexo onnipotente!*

.....

*O poeta escreve o que lhe dita a musa ;
E a musa teve-a Dante em Beatriz,
Petrarca em Laura — essa mulher feliz
Como outra alguma a história não acusa,
Teve-a o Tasso na gentil Leonor.
Que seria afinal de tais portentos,
Se lhes não insuflassem fôrça e alentos
Aos raros génios a mulher e o amor ?*

*Que fôra sem o Eterno feminino
Alfredo de Musset? E o proprio Hugo,
Se não curvasse a tão suave jugo
A altiva fronte de esplendor leonino ?
E Lamartine, o amante de Graziella ?
E Byron, o britânico Petrónio ?
E Goethe, que entregou Fausto ao demónio
Levando-o a amar a Margarida bela ?
E — na Espanha de Cid e de Almanzor —
D'onde proveio a inspiração divina
A Gongora e a Tirso de Molina,
A Espronceda, a Zorilla, a Campoamor ?
Sem elas não teriam uma idea !
E nem Qui.xote, o cavaleiro andante,
Alma de poeta visionário e errante,
Seria o herói que foi sem Dulcinea ?*

*Que faria Camões sem a Natércia ?
Bocage sem as Nises e as Marílias ?
Garrett e os outros sem as jóvens Lílias
Que lhes quebraram a mudez e a inércia ?
Talvez fizessem, com vagar, colheres,
Ou cousa ainda de menor proveito !
Fariam obras sem valor nem geito,
Nunca os seus lindos versos ás mulheres !*

*Se tantos nomes conquistaram glória,
Devem-no àquelas que lhes deram temas*

*Para sonetos e odes e poemas
Que os fizeram assim passar à história.
Bernardim não deixara os versos seus
Sem a Aónia ; Crisfal sem a Maria ;
E sem Raquel decerto não escrevia
Estes conceitos o João de Deus :
«Esta vida é um mar ; e neste mar
Qual é o astro que nos alumia ?
Que norte, estrêla ou bússola nos guia ?
Um olhar de mulher ! Um terno olhar !»*

.....

ALFREDO DA CUNHA.

A seca

A Paulo Barreto.

— Sopra, desgraçado, sopra! Leva a chuva, ladrão! Leva tudo! Já levaste o rio, já levaste a cacimba!... Agora queres a chuva?! Pois leva, miserável! Leva, ladrão! Ladrão! Miserável! Ladrão, ladrão, ladrããããão!...

E o Felipe, o *Felipão do Alto bonito*, com os olhos vermelhos, esbraseados de febre, a voz rouca, o cabelo empastado pelo suor, o gesto desordenado pelo delírio, estendia a mão fechada, como a desafiar e a amaldiçoar o vento do Nordeste, que soprava, largo e rijo, rasgando as verdes fôlhas flácidas das bananeiras, levantando na estrada um pó sêco e sufocante e varrendo as nuvens do alto.

E o *Nordeste*, como respondendo ao desafio, soprou mais franco, pondo uma crepitação no cajazeiro todo nu e a erguer para o azul sêco e limpo os galhos contorcidos, parecendo querer repôr as nuvens, em busca do refrigério da chuva bemfazeja.

Ele, o *Felipão* bradou para o vento:

— Olha: leva o urubu... O danado está esperando o quê? Anda, leva o urubu, malvado! Não há mais boi, nem galinha para êle comer!

Já roubaste tudo, ladrão! Leva o urubu!... Mas daqui eu não saio, ouviste? Não saio, porque isto aqui é meu! É meu, ouviste? Meu! Meu!... — E abrindo a camisa de *doméstico*, esmurrava o peito magro e ossudo, a arfar com um ruído sêco de velho fole perro e guinchante.

— Cruzes, *seu* Felipe! Não diga bobagens... Olhe um castigo!...

Era a Vitorina que falava, de dentro do rancho. Era ela, a Vitorina, a sua companheira de muitos anos, e que o ajudara a cobrir aquela palhoça, a socar o chão daquela casinha, a plantar aquela roça, a envarar aquela cêrca, a fazer aquilo tudo que, através embora dos tons semitrágicos de desmoramento que ali já se viam, denunciava ordem, paz, trabalho e fartura.

Rijamente o tinha ajudado, a Vitorina!

Quando, logo depois da *seca-grande*, êle, serrano da Uburetama como ela, com ela se ajuntara, para ali foram ambos e ali levantaram o *Alto-bonito*.

Não era de todo má a terra. Lá isso não era! Pouca água havia, é certo. Mas mesmo assim, a cacimba que, ao chegar, os dois cavaram, quási com as unhas, na baixa menos árida, sob uma latada de maracujás-de-cobra, como o cômrego que mais além fugia cantando, fresco e limpo, entre jussaras esguias, chegavam bem para as necessidades do sítio.

Um ano depois, quem olhasse para dentro da *puxada* do rancho, ali veria, nas varas estendidas junto ao teto de pindoba, a colheita do milho novo, muito amarelo e pouco falhado.

Na descida, por trás dum barranco, as canas *crioulas*, dum verde-roxo esmaecido, davam ao sítio um ar alegre, curvando-se ao vento, muito altas, erectas umas, como lanças agudas marchando, tortas outras, como serpes imensas armando um bote incerto.

Na cêrca, os feijões faziam uma rala e doce muralha de verdura, escondendo a labuta íntima e caseira da cozinha.

Ao lado, encostado à parede ainda sem rebôco, o *caititu* parecia esperar as mandiocas que dentro da terra, carinhosamente amanhada, cresciam e estalavam de seiva.

Um pouco além, junto á moenda de pau, uma alta ruma de cana espremida anunciava o avançar da safra do açúcar, ainda fervente na tacha de cobre, redonda e brunida...

E o *Alto-bonito* assim prosperava, no meio daquelas duas léguas quási desertas, ao impulso dos quatro braços fortes que o trabalhavam com energia e com amor, ajudados — mercê de Deus! — da Natureza pródiga e meiga.

Não havia viajante que, lá longe, na curva estrada, passasse caminho da vila ou rumo do igarapé salgado, que não parasse um momento e não erguesse com gôsto os olhos deleitados para o alegre e claro sítio. E raro era o que não tomasse a picada íngreme e não fôsse *salvar* o *Felipão* e a Vitorina.

— Ó de dentro!

— Ó de fora!

— Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo...

— Para sempre seja louvado...

E o *Felipão* aparecia na penumbra da porta do rancho asseado, com a mão em pala sôbre os olhos e um sorriso acolhedor no rosto franco. Dentro, a Vitorina aquietava o *Quebra-ferro* e o *Tubarão* que ladravam com furor á voz estranha.

— *Se apeie, patrício. A casa é nossa...*

É que o *Felipão* e a Victorina sentiam uma ingénua pabulagem em que todos lhes vissem o progredir. E a todos levavam, a que mirassem a casa muito varrida, a puxada, a engenhoca, o caititu, o forno, o galinheiro, a roça, o girau. E a visita findava sempre na cozinha, onde a água para o café já fervia e onde se empilhavam os paneiros de farinha e a carne-sêca se estendia em varas, do lado opôsto à *tacuruba*.

Ninguém dali saía sem *pitar* o fumo ali plantado e entaniçado, sem pelo menos olhar contra a luz a *cana-capim* ali restilada em alambique de barro, e sem tomar uma tigela de café ali colhido e adoçado com a rapadura famosa ali feita.

Êle, o *Felipão*, êsse tinha verdadeiro orgulho da sua *cana-capim*:

— *Trepa* na cabeça, mas é boa! Não é para me gabar, não; mas olhe: parece querozene...

Quando a visita era um conhecimento mais antigo, não saía sem comer uma *isca* de carne com *jacuba*, ou provar o *aluvé* aromático que a Vitorina destinava aos íntimos, sempre a resfriar num pote bojudo, ao canto, tapado com uma mancheia de ervas frescas.

Às vezes dormia, a visita. Ela corria a buscar no baú de cedro uma rêde *batida*, por ela feita ao serão, no tear que, logo ao entrar no rancho, se via. E enquanto ela preparava o agasalho do hóspede, êle, o *Felipão*, tirando a viola do gancho de pau cravado no barro cru da parede, feria as cordas do instrumento cabôclo, que entrava a rir com as chulas ou a soluçar com as modinhas sertanejas que o *Felipão*, erguendo a voz um tanto rouca, cantava, numa emoção ingénua e rude, enquanto lá fora os vagalumes andavam em ziguezagues por sôbre o capim-limão e o esturaque cheirosos...

Assim, felizes, fartos e agasalhadores, viviam o *Felipão* e a Victorina do *Alto-bonito*.

Foi sôbre essa ventura, essa abundancia e essa hospitalidade que a seca tombou, atrofiante e cruel, secando-lhes as repoisadas e calmas alegrias.

De comêço, o *Felipão* lutou bravamente. Mal o galo do terreiro *amiudava*, êle saltava da rêde. E o sol, todo de brasa, já ia alto, e êle ainda labutava, carreando água, secando a cacimba escassa, dando de beber ás plantas mirradas e aos gados sedentos.

Depois, secou a cacimba.

No fundo, apenas uma tabatinga mais mole contrastava com as bordas gretadas, de que êle arrancava tristemente os torrões, que se punha a esfarelar na mão calosa e cansada, a considerar. . .

A seguir, o riacho talhou. E nas poças de água espessa e ferrugenta mal se reflectiam as palmas das jussareiras, sêcas e pendidas. Sómente o velho buriti agreste resistia, desgrenhada no vento ardente a copa verde, ora como um pendão de fugitiva esperança, ora como uma imensa aranha lutando contra a violenta calcinação do sol, rubro e implacavel. . .

Um dia, as galinhas começaram no quintal a rodar, a rodar, numa tonteira. E após, caíam inertes, com o bico metido na areia cálida, como a procurar. . .

Era o mal!

Numa tarde, os bois do carro, com a língua pendente, com uma tristeza dorida no olhar profundo e quási humano, e com mugidos, que se alongavam e percutiam levados pelo vento mau, tombaram, focinharam ambos na terra, ambos ali, em frente á casa donde o *Felipão* e a Vitorina os olhavam chorando, como se o Destino que os unira na mesma canga lhes reservasse o mesmo fim e os guardasse a ambos para o bico famélico dos mesmos corvos, aqueles que, do cimo desfolhado do guanandizeiro, os fitavam como numa hipnose e num ruim prenúncio. . .

Afinal foi o cavalo, o *Papa-légua*, que de repente entrou a rinchar e a escoicinhar, avançando com os beiços arrepanhados, a dentuça amarelenta á mostra, açoitando-se violentamente com a cauda, como se vespas o cobrissem todo, até que desceu a picada, e partiu, e sumiu-se no mato ralo, num galope desabrido, espumando e levantando pó. . .

Para as suas pobres plantas, para essas o *Felipão* não olhava que não tivesse um ansiado soluço.

O canavial, estalando ao vento, mais parecia um tabocal sêco, de fôlhas amarelas e sem frescura.

O milho, mirrado, pendia das flechas com o sabugo despido dentro da palha áspera.

No céu sem nuvens, só os corvos passavam, farejando, num vôo lento e certo.

Quando começou a secar o riacho, ainda o *Felipão* descia com a *lazarina*, na certeza de que iria, naquela *bebida*, encontrar a caça que a sede tornava menos arisca e que ele e a Vitorina iam comer *escoteira*, assada ao brasido. Com o leito do arroio já sêco, até a caça fugiu.

A Vitorina, essa, chorava, emagrecia e rezava, sem uma queixa na voz e com uma infinita mágoa nos olhos tristes e avermelhados, pois que o *Felipão*, numa teima, perrava que não sairia dali.

Foi ela que um dia, após uma semana de fome, fome terrível, enganada apenas pela mastigação de magras raízes de umbu, o puxou pela manga, apontando-lhe vagamente o terreno.

Uma *surucucu* saíra do mato e viera parar em frente à porta do rancho, com a língua vermelha e ressequida para fora da bôca, lambendo o ar. Depois, silvando, pôs-se quási de pé sôbre a cauda. Retraíu-se como para atirar-se em frente, endireitou-se de novo, caiu bruscamente no solo, escabujou, contorceu-se, ergueu-se e estirou-se de novo, recta e hirta...

O *Nordeste* soprava cada vez mais largo.

Foi então que o *Felipão*, alucinado, saíu para o terreiro e, erguendo o punho, desafiou o vento.

Ela, ainda com um resto de brilho nas pupilas, lhe rogou numa voz cava e sumida:

— *Seu Felipe*, não *xingue* o vento! O vento é de Deus!...

Ele continuou a praguejar, a blasfemar, a desafiar, enquanto ela, com um olhar vago de sonâmbula, já sem o compreender, se foi chegando para a ombreira da porta, por onde desligou, desceu as costas magras, como um velho trapo que se arreia e abate...

O *Felipão* quis ampará-la. Levantou um pé. Não conseguiu, porém, mover-se. Tentou um novo esforço e ajoelhou, como se lhe batessem na curva das pernas musculosas. Firmou as mãos no chão, e escorreu lentamente, caíndo de bruços, murmurando:

— Água!... água!...

Dentro do mato, súbitamente, uma cigarra ciciou no silencio da tarde.

O *Felipão*, num derradeiro esforço, numa última reacção das

energias, compreendeu. A cigarra anunciava chuva. Teve um sorriso. Relampejou-lhe um fulgor no olhar já quasi apagado. Olhou o céu . . . Um farrapo de nuvem escura passava, Era a chuva! . . . Mas o *Nordeste* o levava, esgarçando-o, rasgando-o, desfazendo-o na luz!

Tombou de novo, o *Felipão*, raspando a areia, cavando o chão com as unhas, mordendo a terra, buscando, buscando . . .

No céu, o Sol que outrora alegrava o rancho, fecundava a terra, fazia germinar as sementes, punha flôres cheirosas e frutos sápidos nos galhos fortes e nas débeis hastes, Sol que lhes dava, ao *Felipão* e à Vitorina, ventura, riso e abastança, lá estava, no alto, transformado por uma fada má — a Seca — num ciclope, que, com o seu olho sanguíneo, fitava, tal como os corvos, os dois corpos inertes, mirando do azul a Terra torturada, e rechupando, de longe, com tentáculos de fogo, a dadivosa alegria das árvores e a abundante frescura das águas . . .

Maranhão, 1915.

DOMINGOS BARBOZA,
Da Academia de Letras do Maranhão.

Os progressos da educação secundária em Portugal ⁽¹⁾

Meus Senhores :

Vamos abrir no Liceu de Pedro Nunes um novo ano lectivo, e fazemo-lo num momento de excepcional desassossêgo e ansiedade. Vamos pôr mais uma vez em movimento fecundo esta grande e querida escola, mas o nosso espirito não está, como noutras ocasiões semelhantes, voltado atentamente para o futuro, e só para êle.

Famílias, professores e alunos, todos nós compreendemos e sentimos que a nossa tarefa de educação não é nem pode ser, nesta hora de tragédia e de incerteza pelo dia de amanhã, a única preocupação do dia de hoje.

A escola é obra de amor, e lá fora rugem ódios. A escola é filha da paz, e lá fora fulgura e troa a guerra. A escola é o produto da civilização, e lá fora desencadeou-se a eterna e mal sopitada barbaria. A escola quer fazer homens, e lá fora os homens desfazem-se uns aos outros, empregando a matarem-se os tesouros de sciência e as fôrças de disciplina, que a escola lhes confiou e insuflou, para melhor viverem...

«Lá fora» é muito longe?... O Sul da Europa, onde nós estamos, pode assistir como espectador de teatro ao drama sangrento que se representa a Noroeste e a Nordeste?... Todos vêem e sentem que não é assim. Todos percebem que o vapor,

(1) Oração *de sapientia*, proferida na abertura solene do ano lectivo de 1914-1915, no Liceu de Pedro Nunes, de Lisboa.

a electricidade, a imprensa, a finança, a indústria, o comércio, — grandes fôrças naturais ou sociais, que a escola foi pouco a pouco domando, criando, ou reforçando, tornaram o mundo a um tempo maior e mais pequeno: maior como campo de acção da Humanidade, menor como organismo sensível. Menos inconsciente, mais nervoso que de antes, o mundo sofre agora mais vivamente as suas próprias dôres. Mais rico, já não pode dormir tam bem, como no tempo em que tinha menos interêsses.

Mas a escola é uma tôrre de marfim, aonde as maldades da vida não devem subir. A escola é um filtro, que só deixa entrar os factos para dentro das suas paredes, quando os factos, como alimento do espírito, passaram do estado de fermentação ou ebulição confusa para o de sedimentos ou depósitos tranquilos e dogmáticos, a que nós chamamos conclusões ou generalizações. A guerra de hoje só terá licença para subir a escada do Liceu de Pedro Nunes muito mais tarde, etiquetada pela prosa fria dos compêndios officiais. E para entrar na aula de História é mister que a Guerra tenha deixado de existir, porque as aulas de História não são como jardins zoológicos, onde as feras passeiam vivas: — são museus de história natural, cheios de cadáveres empalhados. A guerra é, dentro da escola, um prato que se costuma servir frio...

Lá virá o tempo em que se compreenda que a lição dos factos actuais é tão instrutiva como a dos passados — e muito mais interessante. Lá virá o tempo em que a escola tenha a sua aula, o seu curso e o seu professor de factos actuais, cujo compêndio será pura e simplesmente o jornal do dia, e cujo objecto consistirá em tirar moralidade das cousas tanta vez imorais que absorvem, fora da escola, a atenção e a curiosidade dos alunos.

Enquanto êsses tempos não chegam lembremo nos todos de que o Liceu tem de ser eminentemente nacional, mas que toda a escola é, por mais pequena, no tempo e no espaço, um resumo de todo o Universo. Não é só o ensino da Geografia, o da História, o das Línguas e Literaturas, que faz de cada poltrona professoral um como centro do mundo inteiro. Tudo, aqui dentro, nos projecta das fronteiras da Pátria aos horizontes mais remotos da Humanidade. Tudo nos distancia de nós, e nos aproxima dos outros. Tudo nos lembrará, a cada passo, que os povos mestres, as raças guiadoras, as nações da vanguarda, a quem

devemos tanto do que somos e quási tudo o que sabemos, se entrechocam agora numa fúria de morte e de aniquilamento. E tudo isto contribuirá para que nós, Escola (mestres ou alunos), nos conservemos serenos...

PORTUGAL não está ameaçado de algum perigo directo e urgente. Mas, que o estivesse, a História nos ensinaria facilmente o caminho da esperança: PORTUGAL tem sido mau patrão de si próprio, mas péssimo criado dos outros. PORTUGAL tem sete fôlegos, e cai sempre em pé. PORTUGAL aprendeu a reconstruir-se na escola prática do Terramoto. PORTUGAL fala português, que é uma das três únicas línguas europeias que conseguiram reboar ao longe, e que nenhuma fôrça humana já pode fazer calar. PORTUGAL sabe sofrer, mas não sabe morrer!...

Portugal tem aqui dentro alguns dos seus filhos, que a nós, pais ou mestres, nos cumpre encaminhar para que um dia o defendam, sendo preciso, mas a quem, por isso mesmo, devemos dar, desde já, e sempre, o exemplo da serenidade.

Se para a nossa Pátria soou ou vai soar uma hora decisiva, é oportuno que cada Português se concentre e se confesse a si próprio, e a si próprio se pergunte se foi tão português como devia. Cada um de nós é muito patriota, cada um de nós adora a sua terra como nenhuma, e gosta de vir morrer à aldeia onde nasceu, ainda quando viveu feliz em longínquas metrópoles. Mas todos nós, juntos, formamos um povo que não tem, infelizmente, sido tão amigo de si mesmo como cada um de nós o é da sua terra. A situação de Portugal no mundo, a sua situação na época, o seu grau de prosperidade, a sua confiança no futuro, não são tão boas, nem tão grandes, como seria de esperar do amor que nós temos à nossa Pátria. Parece que uma parte dêsse amor se esvai sem deixar rasto. Parece que há nele um pouco daquela trágica maldição do amor de certos pais desgraçados, que amam os filhos, e com o seu amor os perdem, em vez de os guiar e engrandecer como queriam.

É por isso que eu digo: pergunte cada um de nós a si próprio, nestas horas incertas, não: se ama a sua pátria, porque isso não se pergunta; mas se a ama e a tem amado como deve ser.

Eu, por mim, já fiz comigo próprio o exame de consciência

que aos outros estou recomendando e que todos aliás fariam e terão feito sem o meu indiscreto conselho. Como simples particular, como simples cidadão, não tenho que enfastiar êste auditório público, comunicando-lhe a resposta que a minha consciência me deu. Mas eu não sou aqui um particular: sou um professor, pertenço a uma das classes dirigentes dêste país. E tenho muito prazer e muita honra em proclamar que a classe a que pertenço pode começar sem receio e fechar com orgulho as suas confissões. Os professores secundários da minha geração e das que se lhe seguiram até hoje tiveram a fortuna de começar a sua actividade pública em circunstâncias de prestar à nação serviços e benefícios que a história há-de reconhecer e agradecer mais tarde. Convêm mostrar aqui, neste momento, e sem vaidade, que nós soubemos aproveitar a oportunidade oferecida; que trabalhamos e estamos trabalhando com entusiasmo e com fé; que transformámos numa escola melhor a escola deficientíssima onde fomos educados; que o nosso esforço foi útil e que mais o será quando outros esforços, noutras esferas, afinem melhor com os nossos e juntos desabrochem de todo numa maior e mais bela unidade. Convêm, sobretudo, mostrar que a consciência dos progressos feitos e dos serviços prestados não nos immobiliza num enfatuamento satisfeito, e, pelo contrário, acende em nós a ânsia de fazer mais, e melhor. Se o conseguirmos, não teremos decreto demonstrado que somos heróis ou santos, nem tal cousa é precisa. À modéstia da nossa consciência basta que nos não encontremos entre os maiores pecadores. Acabaremos a nossa sincera confissão batendo nos peitos; mas poderemos dizer: *nostra minima culpa...*

* * *

Os alunos de hoje e a maior parte das famílias dêles não fazem ideia do que era um liceu há vinte ou vinte e cinco anos. E alguns dos que me ouvem hão de acreditar-me difficilmente, quando eu lhes descrever o liceu que conheci no meu tempo, não em qualquer cidadezinha colonial ou provinciana, mas numa das duas capitais de Portugal.

Imagine-se um casarão que tinha sido palácio, mas que então se assemelhava mais, pêla escuridão, a uma cadeia de outros tempos; e a uma cavaliça mal mantida, pêla imundície e pelo cheiro. Os tetos tinham quási todos caído no chão; no chão

negro estavam embutidas a poeira e a lama de inumeráveis anos lectivos; sôbre as paredes sujíssimas havia frases e desenhos semelhantes às que os garotos da rua já se envergonham agora de escrever pêlos muros; nas aulas não havia carteiras onde os alunos pudessem escrever, mas simples bancos de tábua, tão sórdidos e tão velhos como o chão e as paredes; a mesa do professor era um móvel quási indescritível, de onde pendiam farrapos esverdeados de um pano que noutro tempo a forrara; não havia um ginásio, um recreio coberto ou descoberto, mas um simples saguão pequeno, húmido e escuro como um pôço entre paredes de três andares, cheio de papéis velhos, de cacos de mobília e de outros despejos já sem côr e sem forma; e toda esta miséria abria sôbre uma rua cheia de tabernas e de outros estabelecimentos de vício, ainda mais perigosos e infectos.

Tal era o cenário do ensino e da educação nos tempos em que nós, os da minha idade, ainda éramos rapazes. Lancemos agora os olhos para as pobres sombras que se agitavam naquela escuridão...

Em cada andar ou em cada corredor sombrio passeava um guarda municipal, um daqueles soldados fortes a quem nesse tempo incumbia defender a Cidade, quando a sua paz vinha a ser grandemente perturbada pela desordem ou pela insurreição. Estes eram os funcionários mais visíveis e mais assíduos de todo o liceu, e, só com a sua presença, igualavam a casa que devia ser de educação à cadeia onde se encerram as feras sociais e ao pátio do tribunal do crime, por onde elas passam antes de serem definitivamente enjauladas. O reitor aparecia de quando em quando, de oito em oito ou de quinze em quinze dias, e demorava-se um quarto de hora no cubículo do secretário, a assinar meia dúzia de papéis. Os professores, seis ou sete, entravam três vezes por semana, a dar uma lição de uma hora, e logo fugiam, saudosos da luz, do ar livre ou da limpeza das suas casas. Os alunos, muito poucos, vinham à lição quando vinham, mas o que êles principalmente faziam ali dentro não devia ser coisa boa, visto que para os vigiar e conter se adoptara como regra fixa o auxílio da tropa, da mesma tropa destinada a acompanhar ou a conter os desordeiros, os criminosos e os réus.

Mandariam as famílias de agora os seus filhos para uma escola assim? Eu creio bem que não, porque as famílias daquele tempo a evitavam também quanto podiam. No liceu de então ha-

via muito poucos alunos, como eu já disse; e êsses poucos eram filhos da pobre gente que mal tinha para comer, e, portanto, não podia deixar de aproveitar as aulas quási gratuitas que o Estado lhe oferecia, por muito más que elas fôsem. Os outros, os que podiam, metiam os filhos no ensino particular, e assim os livravam da dupla infecção de uma casa sem higiene e de companheiros sem educação. Mas a sua saúde, sobretudo a sua saúde moral, não ficava por isso assegurada.

O ensino particular ministrava-se ou em grandes colégios com internato, ou em pequenos colégios para externos, ou em cursos avulsos que os professores das diferentes especialidades do programa abriam, aqui e alí, por sua conta. Os grandes internatos teem defeitos graves, que toda a gente conhece e que fazem com que a sua clientela se recrute em geral entre as crianças cujos pais morreram, ou vivem longe dos centros escolares. Os pequenos colégios, exactamente por serem pequenos, sustentavam-se de recursos modestos, engrolavam o ensino por falta de pessoal bem numeroso e bem preparado, e também não ofereciam nos capítulos do material e do edificio garantias suficientes. Os cursos avulsos eram às vezes regidos por especialistas distintos, mas tinham o grave defeito de não sujeitar os rapazes a um horário fixo e seguido, entregando-os ao contrário a uma precoce liberdade de movimentos, e impossibilitando as famílias de exercerem vigilância eficaz sôbre o emprêgo do tempo dos seus filhos. As aulas destacadas, e muitas vezes distantes, ofereciam todas as facilidades às tentações da preguiça e aos maus ensinamentos da rua.

E como se preparava quási todo êste pessoal docente para a tarefa melindrosa de educar rapazes? Para fazer botas exigia-se ao sapateiro uma aprendizagem de anos; mas o mestre, o formador de espíritos, podia improvisar-se de um dia para o outro. Um médico sem doentes ou um padre sem missas liquidava em professor, à falta de melhor. Um alferes dava lições, por que se casara com uma costureira e de êste amor numa cabana tinham resultado muitos meninos e pouco pão. Um estudante preguiçoso, a quem o pai suspendera a mesada, ia no dia seguinte leccionar as disciplinas em que ficara reprovado...

É claro que, a par dêstes míseros saltimbancos, havia muitos professores bons, com sólida base de sciência e de erudição, completada por uma longa prática e pela rigorosa consciência

dos seus deveres. Mas o seu valor e o seu esforço frutificavam pouco e não irradiavam nada, porque eram isolados, incongruentes, órfãos de sistema que lhes desse a força verdadeiramente fecunda que só pode resultar da seqüência e da unidade. Nesse tempo ignorava-se entre nós que a função do mestre não é somente leccionar, mas educar; que o que importa é muito menos *o que se ensina*, do que a maneira *como se ensina*; que o que as crianças precisam não é apenas aprender aqui latim e além matemática, ouvindo a lição de mestres que se ignoram uns aos outros, mas ir formando o carácter e o espírito sob uma disciplina harmónica de bons exemplos e de bons hábitos, e desenvolvendo o corpo saudavelmente, num ambiente higiénico.

No nosso tempo, no meu tempo, nós nem sequer aprendíamos para saber: aprendíamos só para fazer exame. Como o ensino era feito quasi exclusivamente em escolas particulares, o Estado precisava de saber se nós sabíamos e por isso examinava-nos. Como as disciplinas do curso liceal se aprendiam isoladamente, o Estado examinava-nos isoladamente em cada uma e obrigava-nos, assim, a muitos exames. Eu fiz uns quinze ou dezasseis, entre os doze e os dezasseis anos. É claro que êstes exames eram mais fáceis e mais rápidos do que os três que agora se fazem do 3.º ao 7.º ano. Mas dava-se com êles uma cousa terrível: eram feitos perante homens que não conhecíamos e que nos não conheciam. Nós, os examinandos, éramos para êles a chusma interminável das caras iguais que êles nunca tinham visto e por baixo das quais, no ramerrão da sua tarefa monótona, se desacostumavam de supor a existência de almas fracas, sensitivas e tímidas. Eram êles no nosso sentimento como feras ali postas para nos fazerem mal, e se deliciarem com a nossa tortura. E então sucedeu esta coisa ao mesmo tempo natural e horrorosa: assim como o domador não entra na jaula sem levar na mão a pistola engatilhada, assim a maior parte dos examinandos não ousavam defrontar-se com os seus examinadores sem irem protegidos por um arma de defesa, misto de gazua e navalha, que se chamava a *carta de empenho*. Esta arma desprezível tinha dois gumes, que ambos dilaceravam a moral e, por tanto, a educação. Por ela se continha o examinador em respeito, desrespeitando-o ao mesmo tempo. Por ela se desrespeitavam os educandos a si próprios, buscando a aprovação, não como direito e justiça, mas como esmola ou favor, como con-

quista de uma fraqueza covarde sôbre uma fôrça mais covarde ainda, ou sôbre uma fraqueza mais fraca.

Dissemos há pouco que o ensino daquelas tristes épocas era só leccionação, e não educação. Podemos acrescentar agora que, pior do que isso, o seu verdadeiro carácter era a produção da falta de carácter. Estudar desta maneira consiste em aprender a mentir, a enganar; e entre um doutor feito assim e um cavador com a mão suja da enxada, a mão dêste é aquela que um homem de bem poderia apertar sem luva e sem perigo.

Insalubridade de alma e corpo, eis o resumo da obra dos liceus que eu conheci em rapaz. E agora?... Agora, louvado seja Deus, os que então eram estudantes e hoje são mestres, podem levantar a cabeça e dizer com orgulho: «Esta é a nossa casa, e a nossa obra é esta!»

A nossa casa é grande e limpa e alegre. Nada lhe falta para que nos sintamos dentro dela homens dignos no exercício de uma função digna, e não sombras de mestres, ministrando em sombrias pocilgas, uma sombra de ensino. E as famílias que nos visitam olham, respiram, e quási todas confessam a si próprias que não teem nas suas casas nem mais sol, nem mais espaço, nem mais ar, para darem aos filhos. A nossa escola já não é como a de outrora, o velhacouto de duas dúzias de estudantes maltrapilhos, que só nos meses de exames se povoa e anima de uma vida fictícia e breve: alinham-se nas suas aulas bem mobiladas, ou correm alegremente pelos quatro recreios amplos e airosos, centenas de rapazes que o reitor e os professores nunca perdem de vista inteiramente, sem os deprimir com uma vigilância indiscreta. Pais e mães sabem onde estão os seus filhos, a que horas entram e a que horas saem da escola; sabem que os mais pequenos estão livres dos arremêços às vezes perigosos dos maiores; que a porta de entrada se fecha entre o primeiro e último toque, para que a rua não entre pela escola dentro, nem a escola se prolongue para a rua. E a rua, aqui, não é um bairro lôbrego com vegetações insanas e parasitárias de botequins, tabacarias e bilhares, mas um dos sítios mais salubres e mais bonitos de Lisboa, onde os rapazes dos cursos avançados podem fazer nos intervalos das lições, a aprendizagem de transição para a liberdade e a responsabilidade do ensino superior.

Temos cá dentro tudo quanto pode atrair os alunos, transformando em prazer a sua só aparente reclusão. Temos um vastís-

símo campo de jogos ; temos jardins e árvores ; temos salas de reunião, de associação e de leitura ; temos êste vasto e esplêndido ginásio onde realizamos as nossas festas e que quási todas as escolas estrangeiras congêneres poderiam invejar-nos com razão.

Os nossos atlas de geografia, os nossos quadros para o ensino das línguas, os nossos exemplares de história natural, andam em contínuo passeio dos seus depósitos para as respectivas aulas. Os nossos laboratórios de física e de química, os nossos museus de zoologia e de botânica, as nossas salas de desenho, a nossa biblioteca escolar, a nossa secretaria, dispõem de amplos espaços, especialmente adaptados e providos. Vai longe o tempo em que todo o material de ensino se guardava num pequeno armário de vidros quebrados e envelhecia na imobilidade e no pó.

As aulas são varridas diariamente e lavadas com frequência ; o chão deixou de ser o despêjo das algibeiras e das mucosas da população escolar ; as paredes estão limpas de toda a arte e de toda a literatura de mau quilate. Nos corredores claros e amplos, nas escadas fáceis e claras, há vasos de plantas que já resistem sem dificuldade ao espírito de destruição das crianças...

*
* *

Nêste ambiente de ordem, de saúde e de sinceridade, nós, os mestres, já podemos fazer, não só ensino, mas educação. Os nossos alunos vivem connosco, no tempo lectivo, mais do que com as suas próprias famílias. É claro que vivem também uns com os outros, como é preciso ; mas é aqui dentro, sob a nossas vistas e não nas ruas, onde querem e Deus sabe onde. Vivem connosco nas aulas, falam connosco nas pausas, vão connosco nas excursões. E como a amizade é o produto fatal da convivência, do tempo e da comunidade do esforço e do interesse, êles são nossos amigos, nós somos amigos dêles, e nem êles nem nós temos nisso maior merecimento. É assim, porque é natural que assim seja. Mas é só assim, que se pode educar.

Êles sabem e sentem que, nas nossas lições, fazemos quanto podemos para lhes guiar os espíritos e os caracteres. Sabem e sentem que, ao reunirmo-nos em cada período lectivo

para julgarmos os seus trabalhos e os seus progressos, o fazemos sempre com um sentimento de paternal benevolência. Sabem e sentem que no fim do ano, na reunião final de apuramento ou na mesa do juri de exames, são amigos seus que ali estão para os ajudarem, e não inquisidores desconhecidos e desconfiados, prontos a julgarem-os mal e a repeli-los impiedosamente, sôbre a prova falível e contingente de dez minutos de interrogatório.

A prova de que êles sabem e sentem isto temo-la nós, directa e palpável, na regularidade da freqüência. Noutros tempos e ainda hoje, noutros graus ou noutras espécies de ensino, a freqüência tem sido irregular e a assiduidade difícil de obter. Aqui, ao contrário, os alunos veem pontual e assiduamente, não só porque devem, mas porque gostam. E êste facto revela-se com os próprios mais pequeninos que, apesar de subtraídos pouco antes ao calor da asa familiar, são em casa os primeiros a lembrar que soou a hora de partir para o liceu.

Nós sabemos isto pelas confissões espontâneas e agradecidas de certos pais; mas sabemos, por experiência própria, melhor do que isto: sabemos que o ano escolar começa e se encerra sem que quâsi ninguêm nos apoquente com indiscretas e inúteis recomendações. Eu examinei em Julho e Agosto últimos cêrca de cincoenta discípulos meus e recebi apenas duas cartas de empenho. Digo «apenas», mas ainda acho demais. No entanto, êstes indiscretos papéis tornáram-se, pela sua raridade cada vez maior, perfeitamente inofensivos. Já não teem a virulência antiga, que me irritava os nervos nos meus primeiros tempos de professor. Agora encaro-os antes com bonomia, e com um pouco daquele interêsse puramente histórico que dispensamos a um bilhete de tourada de 1815 ou a um pataco de D. João VI. No ano que vem, se receber algum, cedê-lo-hei para qualquer futura Exposição Olisiponense...

Que melhor prova pode haver de que os tempos mudaram, de que a peste passou, do que êste desaparecimento gradual e já quâsi total da carta de empenho? Êle significa que hoje não andamos, mestres e alunos, a enganarmo-nos uns aos outros; que as nossas relações assentam agora sôbre uma base de confiança e de simpatia recíprocas; que as famílias nos fazem a merecida justiça de acreditarem de olhos fechados na nossa honestidade profissional; sabem que os seus filhos são para nós

como filhos adoptivos, e que, portanto, estamos fazendo bom uso da partilha em que, dos 10 aos 17 anos, nos cabe a maior parte da existência da infância e da mocidade portuguesas.

Que outra classe, de quantas, como a nossa, dirigem o Estado, e da Nação recebem encargo de zelar-lhe os seus interesses na esfera das respectivas competências — que outra classe, pergunto eu, poderá fazer com maior confiança e maior certeza uma afirmação semelhante? Que outra pode proclamar, mais alto que a nossa, a sinceridade, a inteligência e a eficácia do seu esforço? Que outra pode afrontar com mais tranquillidade o olhar penetrante da própria consciência, quando ela inquirir, como juiz severo: «Que estais fazendo de Portugal?»...

*
*
*

Ninguém faz bem aquilo para que se não preparou, e nós vamos sendo cada vez mais preparados para fazermos bem o que nos incumbe.

Em pouco tempo (porque os anos fogem) não haverá em nenhum liceu nenhum professor que se não tenha encaminhado desde os 17 ou 18 anos para êste nobre, mas difícil ministério. Professores de acaso, professores improvisados tarde e à pressa, professores apanhados no lixo de outras profissões mais rendosas, professores que se baptisam professores para sustentar os próprios filhos, deseducando os alheios, — tudo isso há-de acabar um dia, nas escolas públicas e nas particulares. E as vozes de rotina ou de egoísmo, de estupidez ou de interesse, que ainda se erguem de vez em quando contra a preparação profissional, hão-de sumir-se e emudecer de todo, abafadas pela evidência e pelo tempo. Eu oiço dizer muitas vezes que o novo sistema é mau, porque a selecção se faz com excessiva benevolência no curso do magistério secundário e assim se povoam os liceus de professores que não trazem sciência nem competência bastante. Eu também sou muito amigo do óptimo, mas julgo que o bom não é mau.

O curso do magistério tem uma existência ainda curta e foi tratado a princípio, pelas próprias estações oficiais, com muito pouco carinho. Deixemos actuar a lenta, mas segura medicina do tempo; e enquanto esperamos pelos seus efeitos benéficos, aceitemos de bom semblante o que êle já nos tem dado. Já é de agradecer que, na falta de sábios consumados, nos forneçam gente

encaminhada desde cedo para o ensino, e só para êle. Vale mais um jovem mestre ainda verde, decidido a ser só um bom mestre, do que um doutor acabado e pronto, mas mais pronto ainda a espalhar-se por sete officios diferentes. Não há nada que iguale uma aprendizagem profissional feita a tempo e horas e a direcção do espirito num sentido único e determinado. As outras vantagens e virtudes podem vir depois, e não veem tarde. O que é preciso é que assentem sôbre estas duas.

Meus senhores: eu considero todos êstes grandes progressos do ensino secundário como obra ou merecimento da nossa classe. Mas não digo que o são só dela. Entre as pessoas que me estão ouvindo haverá muitas que conheçam tão bem ou melhor do que eu a história contemporânea da instrução secundária em Portugal. E adivinho que algumas estarão dizendo com os seus botões:

— O espirito de classe é louvável. Mas a justiça deve-se a todos. Sem o reformador Jaime Monís e sem o legislador João Franco, que há vinte anos dotaram o país com a lei do ensino por classes e o seu modelar regulamento; sem a energia governativa que logo no ano seguinte conseguiu pôr em vigor a nova e revolucionária organização, começando por dar o golpe de morte no costume velho de se considerarem os reitores como simples burocratas e perniciosos agentes eleitorais; sem a boa inspiração do ministro Hintze Ribeiro, que em 1901 aceitou e decretou o projecto de Jaime Monís, organizando a preparação de professores no Curso Superior de Letras; sem a introdução da gymnástica nos liceus por Eduardo José Coelho em 1905; sem o complemento material da reforma, que foi a construção dos três grandes edificios liceais de Lisboa, decretada em 1907 pelo citado ministro João Franco, e posta em execução com desacostumada brevidade; sem tudo isto, os professores do ensino secundário nada poderiam ter feito daquilo de que tanto os estamos ouvindo gabar...

... Sei muito bem que assim é, e seria eu o último a esquecer os serviços prestados à educação nacional por homens que hão-de ter um dia, e já deveriam ter hoje (se a gratidão cívica fôsse pontual) os seus nomes gravados em pedra nas frontarias de dois liceus. Mas êsses beneméritos da Instrução e da Pátria — digo eu — nada fariam sem nós. A reforma de 1895, base administrativa e legal de todo êste palpável progresso, foi recebida com sete pedras pela rotina e pelos interêsses feridos. Os pro-

fessores de então e as próprias famílias guerrearam-na quanto puderam, desde logo e ainda por alguns anos a seguir. E fomos nós, os professores novos, auxiliados por muito poucos dos antigos, quem a salvou do naufrágio total. Fomos nós, sob a guia de Portugueses admiráveis, como José Maria Rodrigues e outros, quem principalmente lutou braço a braço contra a ignorância e contra a cegueira nacional, impregnando-nos com entusiasmo das novas ideias e aplicando com fé, e com desinteressado esforço, os novos processos nas nossas aulas. Fomos nós que, não contentes com isso, infatigáveis e vigilantes, vínhamos em socorro aos sucessivos govêrnos, prontos a largar prêsas nas garras de uma pretensa opinião pública, e saíamos do esgotamento das aulas para as noitadas das redacções, a defendermos na Imprensa a revolução fecunda e benéfica que, hora a hora e minuto a minuto, íamos fazendo na Escola.

Alguns de nós fizeram-se políticos e jornalistas, para melhor guardarem o tesouro recebido. Eu fui um dêles, embora dos mais modestos, e honro-me de haver provado com factos que o jornalismo e a política não me atraíram por outro motivo, nem me retiveram um momento pelos encantos grosseiros da vaidade ou do interêsse. Cinco anos lutei na Imprensa, como jornalista de opposição, atacando os govêrnos que me pareciam nocivos à continuação da nossa obra. Quatro anos trabalhei depois, no lugar aparentemente mais alto, para se conservar e completar o que havíamos conquistado. E no dia em que a revolução trovejante dos políticos veio fazer concorrência à silenciosa revolução dos professores, deixei por minha iniciativa a posição aonde imerecidamente me tinham elevado, recusei-me a voltar ao jornalismo, onde aliás o meu nome não diminuira, e sumi-me outra vez na fileira.

Meus senhores: há mais de meio minuto que eu estou praticando a deselegância de falar de mim. Se o fiz, é porque não tinha outro meio de chegar a uma conclusão importante, e tranquilizadora: Uma obra nacional que encontrou tão convictas dedicações e conseguiu atravessar vinte anos amparada por elas, não só já não pode morrer, mas nem sequer corre o perigo de murchar. Ainda há menos de dois anos vários professores foram solicitados para responder nos jornais a esta pergunta: «Porque está decadente o ensino secundário público em Portugal?». Tanto montava perguntar numa manhã de sol: «Porque é que o céu está negro?».

O nosso ensino secundário está próspero, e vai em pleno progresso. Para o compreender e sentir, basta respirar a atmosfera que nós estamos respirando neste dia, e neste lugar. Basta, para o provar, que se possa dizer o que eu tenho estado dizendo, sem fazer rir, nem sorrir os que me escutam. Basta ver que a tentativa da limitação da frequência, filha da necessidade de não prejudicar os nossos esforços, deu como resultado o levantamento de uma onda de protesto, e a criação . . . de mais um liceu.

É preciso proclamar bem alto e bem insistentemente que há já hoje em Portugal escolas secundárias oficiais que não receiam confronto com muitas das suas congéneres estrangeiras. Escolas onde as relações entre mestre e aluno, por exemplo, são melhores do que no geral dos liceus franceses e dos gymnásios alemães; e onde o ensino, propriamente dito, é mais eficiente do que em muitas das *Public Schools* de Inglaterra.

São poucas ainda, entre nós, aquelas de que se possa dizer isto? Não importa. Bastava que houvesse uma única, para ficar demonstrado que a boa semente está lançada e que o terreno a deixa frutificar . . . Não é preciso mais nada para assegurar a bênção de futuras searas. Ou antes: é preciso apenas que nos não envaideçamos, a ponto de julgarmos que a semente e a terra frutificam, sem o eterno e bem suado esforço do homem.

*
* *

Meus senhores:

O que aqui tenho proclamado sobre o nobre esforço de muitos professores secundários portugueses e da eficácia da sua obra nunca, até onde eu sei, ainda o disse ninguém. E creio até que muitos deles não tem plena consciência dos serviços enormes que a nossa classe tem prestado a Portugal nos últimos dezoito ou vinte anos.

Convêm acrescentar já (para mostrar que me não sobe à cabeça a glória em que tenho tão pequeno quinhão), convêm acrescentar desde já que nós estamos colocados em situação excelentes para caminhar e avançar por onde outros não encontram senão tropêços. Nós recebemos há 19 anos, com a lei de 95, o nosso roteiro exacto e seguro. Nós não dependemos, como os professores primários, da vida local dos pequenos centros, isto é: de uma vida local . . . que morreu. Nós temos facilidades de preparação e de estudo que não conhecem aqueles professores, excluí-

dos da formação universitária pela fôrça das coisas, munidos de uma péssima habilitação que eu considero uma das maiores vergonhas nacionais, e sepultados em seguida na miséria intelectual da nossa província, onde não encontram livros que os guiem e convívio que os estimule, mas apenas a braveza sufocante das populações rurais ou o vazio cerebral das terreolas em que a botica é o único templo elevado ao Espírito, e o jornal de Lisboa ou Pôrto o único traço de união do professor com a Humanidade e o Progresso. Nós gozamos da vantagem preciosa, num país de finanças públicas anémicas, doentes e aleijadas, de podermos apetrechar-nos bem, pedindo ao Estado pouco dinheiro. Para que todos os liceus de Portugal se encontrassem a esta hora perfeitamente instalados, bastava que se tivesse seguido com a mesma energia o caminho aberto em 1907 pela construção dos três grandes edifícios de Lisboa. Mas para dar aos professores primários as casas limpas, vastas e completas onde lhes seja possível e lhes apeteça trabalhar como deve ser, são precisos muitos anos e muitos milhares de contos. E o professor sem escola é pior do que o peixe fora de água: é um homem afogado na impotência e no desânimo.

É, pois, naturalíssimo que já haja em Portugal bom ensino secundário, como é naturalíssimo que não haja ainda, nem possa haver tão cedo, educação primária digna deste nome.

E a instrução superior? . . . Dá-se com ela aquele fenómeno paradoxal a que se chama em lógica o «círculo vicioso». Como nenhum outro dos três graus de ensino, ela influi directamente no modo de ser moral e intelectual da Nação. Como nenhum outro, sente e recebe as influências nacionais que a modelam, ou a deformam. O seu dever e o seu programa é ser miúda e profunda como a Sciência. O seu pendor é conservar-se grandiloquente e superficial como a nação que a fez e que ela faz. Todos sabemos como ela tem lutado nos últimos anos para se reformar em si própria e contra si própria. Todos compreendemos e admiramos o que nesta luta há de grande, e quanto ela tem de ser lenta e longa para um dia se mostrar vitoriosa.

Ninguém melhor pode ajudar a Universidade a reformar-se do que o Liceu. E vice-versa. Dê-nos a Universidade cada dia melhores mestres, e nós lhe daremos cada dia melhores alunos. Mas, assim como nós temos recebido de braços abertos os novos mestres que ela nos dá, assim lhe cumpre contentar-se com os estu-

dantes que nós lhe fornecemos, tirando dêles o melhor partido e corrigindo quanto possa os erros ou fraquezas da selecção que nós aqui fazemos.

Sabemos muito bem, nós outros, qual é o ponto fraco da nossa obra. Sabemos muito bem que o nosso diploma final só devia ser conferido a uma escolha de estudantes, como prémio do esforço tenaz e da seriedade no trabalho, qualidades mais sólidas e mais necessárias ao bem colectivo, do que o brilho e a viveza de espírito. Mas temos de ir devagar para chegar até lá, e não podemos lá chegar sòzinhos. É preciso que a Universidade vá connosco, fornecendo aos liceus de todo o país professores penetrados de êsse mesmo critério, para evitar a excessiva diferenciação dos «climas pedagógicos» e a consequente migração dos alunos, dos climas ásperos para os mais amenos. É preciso que o Estado ponha todos ou quasi todos os seus institutos secundários nas boas condições de eficiência material em que se encontra êste e poucos mais. É preciso que o ensino técnico e profissional se habilite a receber e a aproveitar os recusados do ensino geral. É preciso, emfim, que as famílias se decidam a pedir mais escolas práticas em vez de mais liceus e se convençam de que a escola geral, a partir dos quinze anos, só pode convir à minoria. Os quinze anos são uma idade excelente para se começar a vida de trabalho e de luta a que a maior parte dos homens está condenada. Passados êles, o estudante começa a habituar-se a ser só estudante, e se a Natureza o não fadou para triunfar nas Letras ou nas Sciências, quando dá por isso é já tarde para tomar outro rumo . . .

A instrução que o Liceu ministra é uma instrução geral (teórica, se quiserem) e nem podia ser outra. Mas isto não a impede de constituir, até o exame do 5.º ano, uma excelente preparação para a vida prática. É exactamente o que sucede na Inglaterra e na Alemanha, onde os pais e as mães teem, mais do que em Portugal, o instinto do verdadeiro interêsse dos seus filhos. Na Inglaterra, a quasi totalidade das famílias do povo e da pequena burguesia receiam que *muita escola* faça mais mal do que bem aos rapazes. E, sem se importarem se êles completaram ou não o programa dos estudos secundários, atiram-os aos 15 anos para os escritórios, para as fábricas, ou para a emigração. Quanto aos alemães, bastará dizer que os esplêndidos viajantes de comércio que êles souberem criar, e tanta inveja teem causado às

várias nações industriais, não teem outra formação escolar que não seja um *curso secundário incompleto*, e mais teórico às vezes que o dos nossos liceus. A sua verdadeira preparação prática é já um comêço de vida: é o aprendizado comercial em qualquer escritório da Metrópole, do Estrangeiro, ou das colónias próprias e alheias.

Convêm que os pais portuguezes estudem e meditem, para felicidade do País e dos seus próprios filhos, estas práticas alheias. Convêm que o Liceu inicie junto deles uma salutar propaganda nêste sentido.

Havemos de fazer isso, e havemos de fazer mais:

Havemos de seguir os nossos alunos até as suas escolas superiores, e inquirir das dificuldades que encontram, para as prevenir até onde possamos.

Havemos de ir aumentando e melhorando cada vez mais o poder educativo da nossa escola, com o mesmo entusiasmo, a mesma fé e o mesmo desinteresseiro esforço empregado até aqui. Havemos de ligar dia a dia maior atenção à formação do carácter do aluno; e de explicar às famílias, em conferências ou em folhetos, como tencionamos ajudá-las neste ponto, e como elas podem ajudar-nos a nós. Havemos de progredir, corrigindo pela tenacidade as deficiências da nossa própria educação, no caminho de imprimir ao ensino, e sobretudo ao das sciências da Natureza, todo o carácter prático que êle comporte. E como os alunos já nos veem da instrução primária com as suas faculdades de observação atrofiadas, pediremos, se tanto fôr preciso, que nos permitam estabelecer aqui mesmo classes primárias de preparação para o liceu.

Havemos de inquirir das causas de um fenómeno que muito nos preocupa, e vem a ser que o gôsto do trabalho parece diminuir nos nossos rapazes à medida que êles vão crescendo. Se é natural que o ambiente vá tendo cada vez maior prêsas sobre êles, convêm no entanto averiguar quais são as influências mórbidas que contrariam a nossa obra, e como podem ser corrigidas.

*
* *

Tudo isto eu o disse sem delegação dos meus colegas, pois não estou falando em nome dêles, nem para isso recebi encargo, nem lhes dei conhecimento do que vinha dizer. É portanto só minha

a responsabilidade das ideias expostas, mas é deles, de todos êles, o sentimento que as dita: um grande amor ao país que servem, com a firme consciência de que o servem o melhor que podem.

Eu felicito-os a êles, especializando o nosso Reitor, por lhes ser dado resumir assim o exame de consciência em que falei a princípio. E a todo o auditório felicito-o, por não ter mais que me ouvir.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

DO «FESTIM DOS MYTOS»

As Yaras

Amanhece. A floresta, agitada pelo vento, parece espreguiçar-se ao despertar de um longo sono. Há ecos de rugidos de feras e pipilos tímidos de aves. Galhos frágeis partidos estralejam e as fôlhas sêcas tombam com ruídos cascavélicos. Velhos troncos que o tempo esfrangalhou com as suas garras impiedosas, evocam, aqui e ali, bojudas maritornes, de cócoras, à espreita. O sol penetra o matagal, corta-o de áureos venábulos rutilantes, agita-lhe a alma bárbara, beija-lhe as flores policromas, e os pássaros módulos recebem-no com as suas cantigas eurítmicas, musicais como carícias, harmoniosas, voluptuosas...

O gigante acorda. Os seus olhos azuis mergulham no azul do céu, em busca do sol que o fita do alto do seu sólio.

O GIGANTE (fala ao sol)

*«O' sol, ó meu irmão, tu que és rei das alturas
Como também o sou nestas relvas sombrias,
Dá-me o ouro, dá-me a luz, para que as energias
Despertem de uma vez nestas brenhas escuras.*

*Cobrindo de ouro a relva e dourando-me a espalda
Quero-te aqui comigo entre as aves e as feras,
A fulgir e a gozar os campos de esmeralda
Na opulência floral de infindas primaveras.»*

O lago aparece. O céu azul mira-se nele. A «Yara azul», entre nenúfares e nelumbos, canta.

YARA AZUL

*«Vinde, sentimentais, tenho em mim o segredo
Dos sonhos bons, e tenho a chave azul do cofre
Das venturas sem fim, pois desconheço o medo,
E ao meu contacto ideal ninguém mais dôres sofre.»*

A «Yara azul» aquece-se, nua, à flor da água. Os seus cabelos azuis rolam em nastros sôbre as suas espáduas côm de safira. Os seus seios são azuis, as ancas redondas e fartas, as coxas, as pernas, os braços longos e ondulados como serpes, são azuis. É a protectora dos sonhos puros, das crianças e das donzelas.

O GIGANTE

*«Quem és, que assim azul despertas rindo?...
Essa tua voz de encanto o que me quer?...»*

YARA AZUL

*«Sou a filha de um deus heróico e lindo,
Um pedaço de céu feito mulher.»*

O GIGANTE

*«Se és a filha de um deus, mostra-me os teus domínios,
De amplas fulgurações, de infinita grandeza.
Acaso tens contigo os bizarros escrínios
Que guardam no seu bôjo as faces da Beleza?...»*

YARA AZUL

*«Tenho-os comigo, sim; neles moram, felizes,
Três formosas irmãs, três filhas que são minhas,
Um dia, assim como eu, elas serão rainhas,
E em êxtase ouvirão as palavras que tu dizes.»*

O gigante acompanha a «Yara» até às proximidades de uma cachoeira. A água rola em cachões e as pedras semelham cabeças monstruosas cobertas de longas cabeleiras brancas desnastradas. A um gesto da «Yara azul», surge, toda nua, no meio da espuma alvissima, a «Yara branca». É a fada serena que dessedenta os viajeiros fatigados. O sol vai alto. A água tem um brilho de prata polida.

YARA BRANCA

*«Eu sou a flor de carne das espumas
Que vive ao sol sem penas e sem mágoas,
Meu canto sobe ao céu na asa das brumas
E fala a Deus no ritmo destas águas.»*

*Tenho a frescura terna dêste ambiente,
E toda a paz risonha destas matas,
Nasceu de mim e canta ardentemente
Na harmonia de todas as cascatas.»*

O gigante bebe da água que lhe oferece a «Yara» e em seguida caminha o dia inteiro pela mata. Ao pôr do sol chega à margem de um grande rio. É extensa a campina. Uma linha de montes parece uma fila de titans que se embriagam no sangue com que o sol tingi o horizonte. Ergue-se, de um remanso do rio cujas águas parecem incendiadas, a «Yara ardente». É toda rubra. O corpo maravilhoso tem os encantos do fogo, e as curvas voluptuosas de uma labareda tangida pelo vento.

YARA ARDENTE

*«Há milénios que espero, ha milénios que anseio
Por ver-te junto a mim, bruto, soberbo e altivo ;
Quero sentir-me só, esmagada em teu seio
Como em férrea prisão um pássaro cativo.»*

*Guardo no meu ardor todos os gôzos fortes
Para o teu gozo.
Desejo que em teus braços me transportes,
Nua assim como estou, de carnes incendiadas,
Para o teu reino ideal, maravilhoso,
De luzes e de sombras encantadas
De que os teus olhos falam
E que os teus lábios calam.»*

A tarde cai. A «Yara» sai da água e vai abraçar-se ao gigante que a espera deitado na relva. Beijam-se voluptuosamente.

*O' gigante bemdito enleia-me em teus braços,
Põe-me na bôca o incêndio do teu beijo,
Sacia em teu desejo o meu desejo
E dá-me a eternidade nos teus braços.»*

A «Yara» desfalece. O gigante abandona-a e segue o seu caminho.

.....
No cimo de um rochedo, ao alto de uma cachoeira. O gigante pára, a ouvir a orquestração das águas que rolam repetindo sempre o mesmo motivo melódico de ritmos bárbaros. O céu crivado de estrêlas parece tocar as cômas da floresta e confundir-se, na treva, com a água escura do rio. No dorso de um rochedo, entre as águas que escachoam, surge a «Yara de oiro».

O GIGANTE (deslumbrado)

*«Ei-la emfim, ei-la emfim, a virgem toda de ouro
Que em meus sonhos busquei, no meu desejo ultriz.
Encontrei-a a final, nua no nascedouro
E tenho-a junto a mim, fascinado e feliz.*

*O ouro que eu procurei dentro da Natureza
Para a minha volúpia e esta grande ambição,
Ei lo nesta mulher que aos olhos tenho prêsa
E que em pouco estará prêsa na minha mão.*

*Já que a vejo tam bem, posso chamá-la : minha !
Toda de ouro, a fulgir como um raio de sol
Que brincasse a cantar numa asa de andorinha
Que pelo azul passou no instante do arrebol.*

Um aerolito corta o espaço, no instante em que a «Yara» levanta os braços. Momentos após, outro, e assim muitos, rasgam o céu com fugitivos traços de ouro.

*Vem, dá-me as tuas mãos, áureas, maravilhosas,
Estreitá las eu quero e depois quero vê-las
Na atitude de quem, despetalando rosas,
Com grandes blocos de ouro apedreja as estrêlas.»*

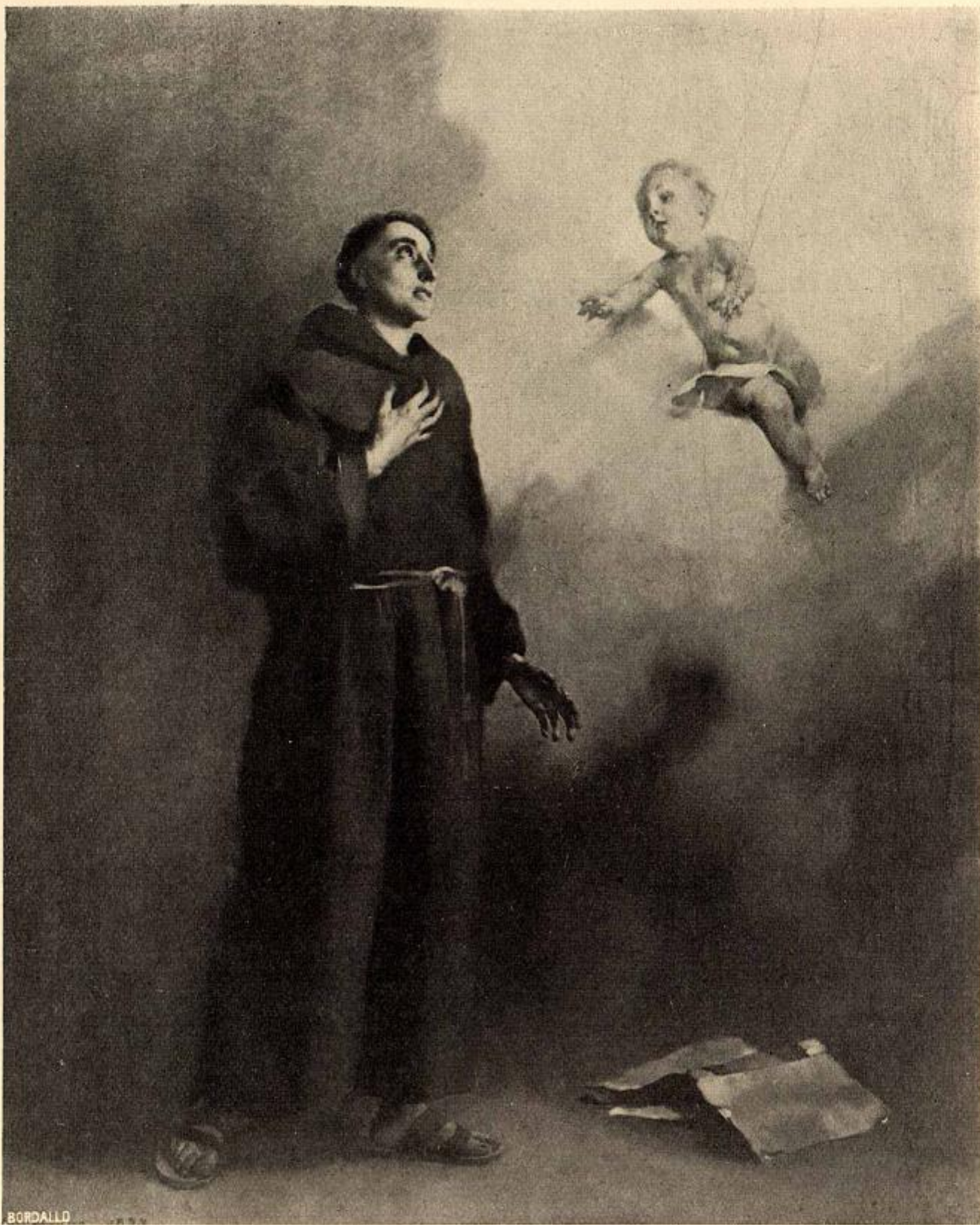
(Do livro *Bárbaros*).
Rio, 1915.

CARLOS MAÚL.

Santo António de Lisbôa

Eu vejo-o. Vejo-o, à maneira de Columbano, os olhos tão cheios de exaltação, que são êles chama de alma ardendo em afevorado amor. Está de pé, como tudo o que supõe tensão de fôrças, Jesus quando sobe aos céus, S. Simeão que ora, Joana d'Arc que intercede. O menino, regado de luz, é o termo simbólico da sua paixão. E nunca pincel, como o de Columbano, encontrou tintas mais ternas, mais humanamente supremas, para representar o Deus-menino. Tudo é silencioso, penumbra mística, em volta dos olhos que contemplam e do ser divino que se entrega. Dispármemente, e aí está a originalidade de pensamento de Columbano, o concebeu Murillo, de fronte atormentada, e de olhos tão tristes que, à fôrça de ver o céu, se amortecessem para a terra. Crânio regular, estatura meã, rosto anguloso — aquêlo anjo dolorido que se vê na portada dos S. Tomás de Giúnta, com a legenda bem agradecida *Bene scripsisti Thomæ*. Vejo-o, como Columbano, em seus êxtases de iluminado, como Murillo em suas horas de místico pasmo, e não é êle o monge rubicundo e bom comedor, que tem mula e jornada de borracha nos alfôrges, imaginado por Lazzaro Bastiani. É, fora de seus transes de santo, uma tímida sombra do sol pôr, vivente, porque toda ela se derrama em cânticos de graças a Deus e às criaturas.

A sua fisionomia intelectual escapando ao domínio puro, subjectivo, em que se encerra aquela, apresenta-se-nos ainda com as lacunas desesperadoras duma bela lápide mutilada. S. Boaventura diz que êle abarcava todo o saber dos antigos. Do



COLUMBANO — S.^{to} Antonio de Lisboa
(Museu de Arte Contemporanea)

catálogo da livraria de Santa Cruz de Coimbra — onde decorreu sua formação — se deduz que os enciclopedistas da época, Isidoro de Sevilha e Capela, não lhe passaram estranhos. Os monumentos da Patrística eram-lhe familiares, bem como os filósofos da Escola de Alexandria, porque através do seu pensamento se nota êste carácter simbólico que sinalava o neo-platonismo. Pelo seu poder de amor e de contemplação participa de Plotino; pelos jogos florais de textos e interpretações simbólicas de Philão, o Judeu. De Boécio herdou a unção, e de Santo Agostinho aquela disciplina dogmática que o reteve no campo ortodoxo, apesar de influências tão contrárias. Se a sua dialéctica se extenua no estudo das palavras, nêsgas de psicologia rasgam, aqui e ali, sua escolástica maciça. A sua metafísica, de pouca monta, emana toda ela do Timeo de Platão, e de Aristóteles, que devia conhecer por Boécio. Mas o favor com que acolhe as ideias platónicas não o leva ao realismo; contra a opinião do ilustre professor Teófilo Braga, em nenhum lugar vemos que explique ou indique o problema dos universais.

Quando em Bolonha se encontra com S. Francisco de Assis, êste fica maravilhado do seu talento de dialéctico e de exegeta. Desde êsse dia, António será o deputado às missões difíceis, cruzada contra os cataros e os albigenses, ensino de teologia em Tolosa, Limoges e Bolonha. Será nomeado, mesmo, o titular da cadeira de teologia dentro da Ordem menor. A carta de provisão, citada nos anais de Wading, constituirá um tema de farta e nunca unânime crítica. Há quem a repute apócrifa. Seja como fôr, averiguado está que António foi o primeiro *magister* da família seráfica. Dele parte a pressão inicial que vai separar a escolástica franciscana da escolástica propriamente dita; uma mística, falando mais ao coração que ao espírito, imbuída em platonismo, vestindo as louçainhas duma sciência incipiente; a outra especulativa, inflexivelmente cerebral, Aristóteles decomposto em mil prismas por teólogos de vista penetrante.

A sua acção em França não foi documentada. A ajuizar pela referência da *Vita anonima*, segundo o critério realista, resulta ela negativa: «António estava tão bem aparelhado de textos, tirados da Sagrada Escritura, eram seus argumentos tão decisivos e sólidos, que os miseráveis sequazes do êrro não ousavam preferir palavra, nem chegar à sua presença.» O sistema franciscano de combater a heresia, desprezando-a, cobrindo-a de impropérios.

e anátemas, não devia achar corpo no maniqueísmo, cuja metafísica era engenhosa e subtil.

O dr. Teófilo Braga, apoiando-se na História da literatura italiana de Tiraboschi, escreve que António foi enviado pelo instituidor dos menores frequentar a escola de artes e de teologia de Verceil, onde abrira cátedra Tomás Galo, o teólogo de mais nomeada naquêles tempos. Quer-nos parecer que o insigne escritor, do mesmo modo que José de Sousa Monteiro na sua curiosa monografia, foi induzido a êrro por Tiraboschi, que interpretou mal uma passagem dos Bolandistas. Estes dizem que Santo António esteve em relações com o abade de Verceil, mas de modo algum que fôra seu discípulo. Se Santo António tivesse estudado em Verceil, perderia uma grande parte do interêsse que, como portugûês, lhe atribuímos. Importa menos que êle seja um grande nome portugûês que uma das figuras da história das ideias em Portugal. A meu ver, António reflecte o Portugal letrado da sua época; a sua obra no estrangeiro não se afasta, um só momento, do género de formação que os seus historiadores inculcam como tendo sido o que colhêra na escola de Lisboa e no mosteiro de Coimbra. Aqui compôs êle já o seu livro *Concordantiæ morales sacrorum bibliorum*. Mal havia pôsto o pé em Itália, os franciscanos de Forli pasmam da sua erudição; S. Francisco, tão apreensivo por tudo o que era sciência, distingue-o entre os *corações simples* da ordem. Os dez anos que viveu no estrangeiro ocupou-os no ensino ou na prédica. A sua carreira oferece uma continuidade, que não deixa margem a ócios nem a isolamentos de estudioso. Foi um homem de acção; seu espírito estava cheio, usou dêle.

Além disso, a interpretação de Tiraboschi pugna com o carácter de S. Francisco. Este prezava mais os ignorantes que os sábios; não mandava aos seus discípulos folhear livros, mas ler a grande obra da criação. As suas sentenças contra a sciência são tão proverbiais como as de Rousseau. António devia ter encontrado na Ordem menos estimulante a realçar-lhe o espírito, que contracção a apoucá-lo. Sou mesmo levado a crer que foi aí um paradoxo; seu ânimo e seu saber verboso deviam desagradar a S. Francisco que o afastava de Itália o mais que podia. Esta antítese explica, mesmo, a falta duma obra importante de Santo António, e os dissabores que seus biógrafos deixam entrever. «A distância que vai de António de Pádua a Francisco de Assis é

imensa — afirma Sabatier ; — é tão grande como a que separa Jesus de S. Paulo.» Autores asseguram que António teria feito parte do Scisma dos Espirituais, vivendo a essa data.

Por um lado, Santo António enfileira na falange de S. Francisco, Santa Clara, Santa Catarina de Sena, Santa Tereza ; por outro, na falange de Santo Anselmo, S. Bernardo, Santo Agostinho. Não foi, porém, um espírito ordenado e construtor como estes. Vulgarizou a sciência divina, toda a admirável exegese da Cidade de Deus. A Ordem Menor *aganou-o*. Basta, porém, compulсар os seus trabalhos, os Sermões mórmente, para se palpar o estôfo dum grande doutor. Perdura, mesmo assim, como teólogo fecundo, e um dos criadores da sciência mística, sciência singular e monstruosa, verdadeiro patos da escolástica, que os dominicanos terão, esforçadamente, de sepultar sob sua rígida filosofia.

* * *

Nos primeiros tempos de Italia, António tinha-se recolhido numa lapa, e deitado sôbre a terra nua, macerando-se e jejuando mais que o Cristo no Monte das Oliveiras, percorre todas as gamas do amor divino. O Espírito visita-o, e, quem se aproxima do penedal, ouve-o conversando com anjos e santos. À medida que os dias passam, a ruína do seu corpo arruína-se ; é a sombra de quem vai entrando no limiar da morte. E, súbitamente, crê-se um predestinado e a acção sedu-lo. À sua consciência e ao seu Deus se impõe com fôrça sobreumana o ir combater o êrro, extirpar a heresia, derramar sôbre as gentes a sua cólera e o seu amor. E o monge, até então considerado como um *minus habens*, a quem os franciscanos mandavam para a cozinha lavar a louça, revela-se um prègador e dialéctico sem rival. Prima em proclamar o dogma com toda aquela sciência que armazenara em anos de estudo, e a unção e o fogo de quem crê executar um mandato divino. Sobretudo, êle é o prodígio da vontade mística. A imaginação e o amor, a Tebaida e Platão prelevam em suas vozes ao raciocínio puro. Para êle os atributos de Deus tinham nos seres e nas coisas a sua tábua misteriosa e sublime. A vida contingente podia simbolizar a Substância Inefável. E, apoiando-se num psalmo ou numa passagem da Física de Aristóteles, modulava sôbre as coisas visíveis um hino conceituoso à verdade eterna. Antes que S. Francisco tivesse cantado *messer lo frate*

sole e nostra madre terra, num arroubo patético de amor, já António os tinha testemunhado em suas homélias, para prova da excelência do Criador. Ao mesmo tempo que interpretava as coisas e os seres, ia esboçando a história, em painezinhos mais romanescos que reais, das abelhas, das pérolas, das serpentes, das cegonhas, do açafraão, dos cedros, etc. Os seus discursos são salpicados de constantes alusões à flora e à fauna. E é toda uma teologia da Terra que vai urdindo, em que a ficção, a poesia e a filosofia, ingénua e ingenuamente, se entrelaçam. «O universo — escrevia mais tarde S. Boaventura — antolhava-se-lhe como uma escada para subir até Deus». Se o conhecia, repugnava-lhe servir-se do argumento ontológico, inacessível às turbas; mas da multiplicidade e hierarquia dos entes arrancava profundas e variadas harmonias conducentes à existência duma natureza única e superior. Esta natureza vi-a e desvendava-a a cada passo, desde o estremecimento da consciência ao grão de areia do deserto. «Ouvi — diz êle — as criaturas que passam; nelas também passou o Criador, e como elas não devessem conservar vestígios disso, interrogai-as. Elas, só, vos esclarecerão da verdade». A natureza subsistia, para êle, na pureza primordial do plano divino. «A criação, obra prima de espantar, bem considerada, remete aquêle que a contempla à visão do Criador. Se há tanta grandeza na criatura, quanta não haverá no Criador?»

A par de sua fantasia naturalista, o amor era para êle a faculdade que permite surpreender no mundo a parte de beleza eterna que se esconde à inteligência humana. É preciso amar para compreender. O amor é a fonte e o objecto da sabedoria. A ela se acede pela prece e pela contemplação, as quais, com o socorro da graça, são a transfiguração da vontade em Deus mesmo. O homem e Deus fundem-se no amor, representando êste a união hipostática do verbo com a natureza humana. Pela contemplação toca-se, pois, em Deus. Será, porém, mister elevar-se o homem acima de si mesmo, a ponto que a alma plane sôbre as realidades sensíveis «tão alto como os astrólogos, que, para poder apreender o movimento dos astros, trepam aos picos excelsos das montanhas. O homem esvai-se então como no tûmulo, furto do à vida e ao tumulto dos sentidos. E, semelhante às pombas que não topam no dilúvio ramo em que empoleirar-se, a não ser cadáveres putrefactos, a alma levantará o vôo para o seio de Deus.»

Contemplar é conhecer e conhecer é amar. Mais se conhece Deus mais se ama. Assim a ciência consiste no amor, e todo o esforço útil na contemplação. Fora das doçuras do amor divino, a vida torna-se na terra duma amargura intolerável. Ela é a torrente que rega de felicidade a alma, cidade que Deus habita. «E, da mesma maneira que nos eflúvios tudo é éter, no amor divino nada é perecível nem carnal. Mas entrega-te a Deus, inteiramente, *Deus enim non habet partes, sed ubique totus est, e ideo non vult partem in tuo qui totus est in suo. Si partem de te reservas tibi, tunc es non ejus, vis totum habere? Da illi tuum, et ipse dabit tibi suum et sic nihil habebis de te, quia habebis eum totum cum toto te.* (Dom. XIII, p. Trinit.)

A inteligência da natureza, a prece, a contemplação e o amor, eis o processo de se reunir a Deus. Se não é novo, se é pedido aos neo-platónicos, é por aí que António alicercerá esta ciência mística, desvio singular da escolástica.

O seu misticismo tinha um lado anormal — a acção. Em vez de se concentrar na passividade, António alterna seus transportes na solidão com o ministério activo de apóstolo.

Aprazia-lhe o contacto das turbas que abundavam em suas peúgadas. Prêgava, anatematizava e catequizava os heresiarcas. O seu próprio misticismo era o crisol onde retemperava as energias.

Seu fogo combativo vinha-lhe, ainda, dêste estado expansivo de amoroso que tinha a peito comunicar a todos os seres. No seu século, como muito bem compreendeu S. Francisco, o abstencionismo era, aliás, inconciliável com o ideal religioso. Em todos aquêles actos, mesmo, que parecem exorbitar do quadro místico, êle persiste místico. Ora missionário, ora asceta, transitava dum ao outro plano automática e instantâneamente. A veemência do prêgador e a humildade do místico sucediam-se nêle sem interrupção nem esforço. Afoitamente cortará uma exposição melíflua com um grito indignado: «oh Judas, tu vais vender o filho do teu Senhor como um vil escravo e como um cão tihoso». Ocupará uma homélia inteira a flagelar as pragas do século, os usurários, os soberbos, e os homens de lei «que, para ganhar dinheiro, ladram como cachorros nos pretórios», e o remate será um cântico de beatitude à harmonia universal.

As suas construções místicas eram como as catedrais, que na época se edificavam, em que sobranceira a uma teoria de anjos, absortos no céu, uma gorgona traçava um gesto impudente.

Em seu exterior de apóstolo, tinha a peito imitar S. Francisco. Vivendo na pobreza extrema e sem cuidados, a sua humildade, a sua mania de, caminhando, cantar hinos, ou proferir graves discursos às coisas, de pedir pão aos mendigos e dormir ao sereno, seu ar sofredor, lhe tocaram uma fisionomia de predestinado que propulsionou a lenda. De sentimentos humanos, entre outros todos de somenos vulto, parece que António tinha a obsessão da popularidade de S. Francisco. O próprio hino de vésperas, no ofício do seu dia, o confessa :

*Francisci patri æmulus
Sic illi se contemperat, etc.*

Se as analogias exteriores os aproximam, o espírito separa-os. Francisco de Assis é um poeta místico e António de Lisboa, sobretudo, um teólogo místico. Francisco obra em tudo por sentimento e António, antes, por reflexão.

Santo António é uma destas personagens truncadas da Idade Média, hesitantes entre dois mundos, a tradição moribunda da antiga Igreja, humilde, severa, toda ela interior, e a aurora da Igreja moderna, orgulhosa, potente, governada pela *Summa* como um estado pela constituição. Como tal, participa desta indecisão, que atravessou o cristianismo, e da fase social, transitória, que em Itália, se assinalou pela luta entre guelfos e gibelinos. A sua mística veio na hora própria, como um entorpecimento, o ponto morto, quando num organismo a seiva nova se cruza com a seiva debilitada. Nela se identifica, até, êste espírito de transição, tendo muito do pensamento franciscano em sua forma inicial, e cedendo já à especulação filosófica com que a igreja terá necessidade de cinturar a sua architectura tremulante.

Santo António faleceu aos 36 anos de idade, com menos de dez anos de ministério no estrangeiro. Morreu em místico, em plena beleza mística, pronunciando num lance patético de seu ser, sôbre a cidade que lhe foi albergue, um juizo de iluminado : *oh! Pádua, bemdita sejas! Tu és bela, e ricas são tuas pradarías, o céu te prepara, porém, neste momento, uma mais bela e mais rica glória!*

AQUILINO RIBEIRO.



“Quem canta seus males espanta,,

*«Quem canta seus males espanta»
Lá diz a trova, a canção,
Que estas cantigas vos levem
Todo o fêl, a maldição.*

*Quando jura uma mulher
Não nos devemos fiar,
Quanto mais jura mais mente
Diz a trova popular.*

*Gabaram-te o teu vestido,
O teu trajar tão artista,
Não era a ti que gabavam,
Gabavam só a modista.*

*É como o peixe a mulher
Quantas vezes, podem crer,
O luxo nelas é a isca
Onde a honra vai morrer.*

*Lindos, lindos os teus dentes
Certo dia ouvi chamar;
Inda bem que o teu dentista
Não se decide a falar.*

*A mulher é a polícia
Nas casas ao pé da sua,
Não há vida em que não entre,
Não entre na sua rua.*

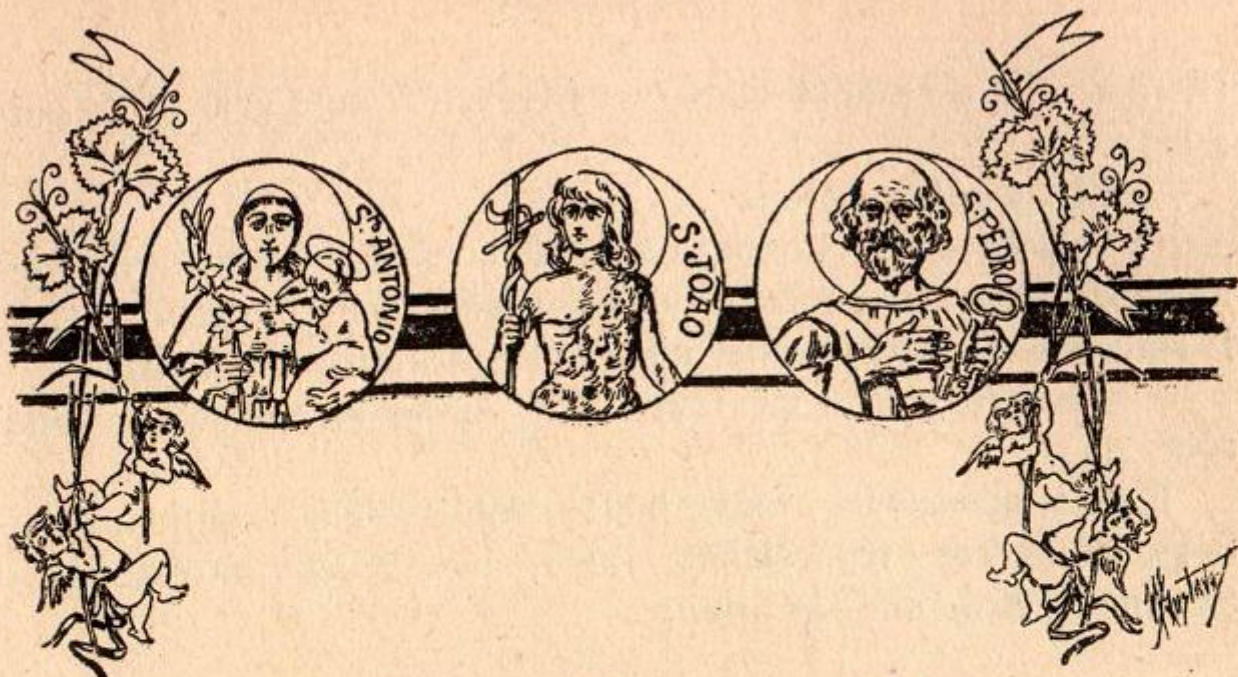
*De que te serve o teu rosto
Ser mais lindo do que o Céu?
Vem a morte, e lá iguala
Os outros todos no teu.*

*Quando ralha uma mulher
Com outra toma sentido,
Se lhe queres saber a vida
Apura bem êsse ouvido.*

VICENTE ARNOSO.



SOSA PINTO — Rapariga de Vallongo (Pastel)



S. João Casamenteiro

Quando a galinha pedrês tirou a sua ninhada de quinze pintalinhos, loiros e claros como um sol de inverno, surdiu uma franguita rica, de penas encrespadas e muito amarelinhas, linda como os amores...

E vai a senhora Aninhas, certa manhã, quando o galo grande batia as asas de ouro diante das galinhas, cantando «bons-dias» numas risadas doidas de cristal, ao mirar contente a ninhada alegre a correr, a palrar, a pipilar atrás da mãe cacarejando, bispou graça à pinta rica e safu-se p'rá filha:

— Olha cachopa, — aquela é p'ró teu dia grande...

A cachopa corou. Acendeu a cara inda mais que o queimado em solheiras de sachas por dias quentes de maio. Enrodilhou nos dedos o avental pontudo, ferrou envergonhada os olhos no chão. E condenou à morte logo que pudesse, — logo! — a franguita de pernas encrespadas e muito amarelinhas...

Ora a menina Zefinha ia com o seu namôro bem adiantado.

Todas as tardes, mal trindades batiam, mestre Jo'quim Carvalho seu conversado, poisava a enchada. Tirava seu chapeirão enorme de fêltro escuro. Quedava-se num breve recolhimento de reza, — «louvado seja o Senhor por todo o sempre!» — Persignava-se, benzia-se, e dava fim à jorna.

E pela macia suavidade dos poentes, na calma do sol morto, lá estava rente, ao fundo do côrrego, à sua espreita.

Menina Zefinha recolhia a casa a mai-lo pai, um velhote são e forte como as armas. E amigo Jo'quim mal os bispava lá em

riba, à volta do pinhal manso do Brasileiro, logo gritava de puro gôzo :

— Eh! g'arde-os Deus...

O velhote sorria. Entalava o sacho no sovaco. Atirava-lhe uma mãozada têsã. Encafuava os dedos grandes nas cavas do colete. E retorquia vagarosamente, num vozeirão rouco e pausado :

— Deus te g'arde mê rapaz... E sumia-se adiante, a cantarolar...

E êles, acasalados, muito juntos, volteavam os repetidos torcicolos da vereda, tagarelando, rindo, mais felizes na vida que o Senhor S. Brás em seu altar!

* * *

Ora pela festa da Senhora da Ascensão, amigo Jo'quim Carvalheza enganou-se como um homem...

Aquilo perdeu a noite c'uma malta de amigos. Bebeu-lhe rijamente. E caso é que tomado da pinga teve o atrevimento, o descaro de passear à luz do Sol, em plena romaria, diante de quem quis ver, ennaipado com certa sujeita reles, mais porca e desavergonhada que uma cadela!

... E agora aí o verás! Menina Zefinha quando tal soube e tal viu inda arregaçou as mangas do seu corpête com rijas ganas de o sovar, de rematar ali o caso à lambada. Amigas suas, porém, acertadamente a aconselharam: — «Que deixasse lá...» «O desprezo inté era o melhor...»

E menina Zéfinha concordou. Acomodou-se. Mas bem alto bramiu: — «Que nunca mais o Jo'quim Carvalheza lhe veria os dentes. Olarila!... Tão negra fôsse ela com'um chamiço...»

... E o raio da cachopa — Deus me perdõe! — se bem o disse, melhor o fez!

E nada, nada a demoveu, nada a levou a fazer «pazes». Nem restolhadas ao luar quente. Nem jogos de debilhas. Nem brinquedos de ceifas. Que: «tinha dito, tinha dito...» «E não lhe fanfassem trêtas, não lhe fôssem p'ra lá com lérias, qu'ela é qu'o conhecia de ginjeira...»

* * *

Té que chegou a festa do Corpo de Deus, que adregou em calhar na ante-véspera da do S. João. À tarde, o cachopedo a mai-lo rapazío ajuntou-se à porta do tasco do Zé Maria. Um pí-

faro ganiu. Um harmónio chiou. Improvisou-se ali um danço. E quando Zefinha recolhia à sua toca, já ia escurecendo e a noite vinha perto.

Ao dobrar o meloal do Sôr Toninho, surdiu-lhe ao caminho amigo Jo'quim Carvalheza. Aquilo ia roído de ciúmes, por'môr d'a ter visto dar trela ao Abílio, — um garotêlho sem eira nem beira...

E saltou-lhe à frente, decidido e lesto :

— A menina dá-me uma palavra?...

Ela estacou de banzada. Fez-se com'uma papoila. O coração prantou-se-lhe aos pulos no peito com'um pardal nas unhas de um garôto. A língua entaramelou-se-lhe. E foi a muito custo que disse :

— Ora essa...

Ficaram-se assim um longo tempo, atrapalhados, mudos, afónicos na poeira de oiro fulvo da tarde...

A tremer, assim c'o medo igual ao de quem faz um crime, êle tornou baixinho :

— Eu cá bem sei qu'a menina já se n'õ importa comigo... Qu'até já tem outro rapaz...

Ela conservou-se calada. Ardia na chama dos seus olhos de um negro líquido e sério, um brilho de maior ternura, como se lhe fôsse doce cada um daqueles dizeres tam simples...

— Vai daí vinha pedir-lhe o meu anel...

E apontou-lhe, nas mãos vermelhas, a aliança de prata que lhe dera pela festa do Senhor, uns bons dois anos atrás.

Ela mirou-o de face, os olhos, luz da Alma, tão tristes, tão escuros, como dois vales estariam àquele anoitecer calmo e quieto... E permaneceu no mesmo silencio pesado e grave.

Cortavam o ar macio e fino, cheiros de pinhas ardendo nas lareiras...

Êle perguntou :

— Não falas, tu?

E pausou, — surpreendido do tom de súplica dorida que dera às suas palavras...

Um sino lento, ao longe, tilintou espaçadamente horas de ceia...

O olhar dela estremeceu, lampejou num inquieto bater de pálpebras.

— Eu...

E ia a dizer-lhe, nem sabia o quê, quando súbitamente um grito varou a noite :

— Oh Zefa . . . Zefa . . .

A cachopa respondeu desafogada :

— Senhora mãe . . .

E logo a voz volveu :

— Avia-te, mulher . . .

Ela correu, foi de abalada, contente por se livrar do embaraço, e já ao longe, a sumir-se na volta, bradou p'ró Jo'quim :

— Depois de amanhã, no S. João . . .

* * *

A Zefinha não pregou olho naquela noite. E no dia seguinte, contou tudo às amigas, ajuntando : «Que a final o rapaz não era tão mau como isso . . . Nem a culpa fôra dêle só, coitado . . . Fôra tam'em das más companhias, que q'asi sempre deitam a perder uma pessoa . . .»

E amigas concordavam : — «Ai ! que lá bons sentimentos tinha o Jo'quim, isso tinha . . . Tomaram elas topar um moço assim, que oitro galo lhes cantara . . .»

E por estas, e outras falas, se foi a rapariga domando . . .

À noitinha queimou uma alcachofra numa fogueira. Besuntou-a de azeite da candeia. E foi prantá-la ao luar, para o relento da noite santa de S. João lhe dizer a sua sina. Se voltasse a florir, é porque era amada. Se não florisse, é porq'o Jo'quim não passava dum trapalhão . . .

E pôs-lhe à banda uma moeda de cinco réis, p'ra dar a um pobre cujo nome seria o do seu homem. E rosnava : «só p'ra ver s'atino . . .»

Deitou-se frenética, não dormiu um Padre Nosso. E inda a manhã vinha onde Deus era servido, saltou da cama alvoroçada.

Correu à janela. Jesus, Senhor ! A alcachofra era uma beleza, tão linda, tão florida, qu'intés ! . . .

E batia palmas de satisfeita.

E enquanto o pai se ia a dar uma vista de olhos pela lavoira, ver a amostra da vinha, o feijão foição e o milharal barbado de oiro, de canoilas como punhos e franças já na cresta, atirou-se ela aos luxos como S. Tiago aos moiros.

E foi um restólho dos demónios. Tudo andou ali numa roda viva, que nem fuso em unha de fiandeira lesta.

Primeiro foi o saiote de baetilha c'uma barra de bordados ver-

des. Depois o corpinho de pano vermelho acairelado de veludilho azul. Calçou umas meias brancas e uns chinelos de verniz pespontados a grêgas de torçal. Vestiu uma saia rodada às pregas. Prantou na cabeça um lenço ramalhudo co'as pontas por riba dum chapéuzinho redondo de fêltro, com plumas encarnadas e roxas e contas e espelhos ao redol. Nas orelhas enfiou as arrecadas novas. E à volta do pescoço enrolou um cordel de pérolas e um grilhão de trinta moedas de pêso, afora um coração enorme em filigrana de oiro.

Antes de partir abriu a arca grande, tirou uma nalga acogulada de milho, chamou a criação :

Pi... pi... pi... pi... pi...

Veio tudo, patos e galinhas numa correria sôfrega. Espalhou no eirado o comer p'ra todo o dia. Reviu-se na sua franga rica, gorda como um texugo. Sorriu. Chamou num berro o pai e a mãe que punham o farnel quentinho no balaio :

— 'nhôr pai! 'nhôra mãe!

Ao cortar o adro o rancho engrossou. Juntou-se-lhe um grupo de rapazes que ali estava à espreita. E logo o olhito vivo e ladino de menina Zefinha enxergou na noite o Jo'quim Carvalheza, todo triques, numa farpela azul-ferrete novinha em fôlha, a tilintar nuns ferrinhos um acompanhamento sacudido ao fado bregeiro, gemido num harmónio de certo amigalhote seu.

Puseram-se as moças ao derredor dos toques, que lhes traziam mais côr e alegria ao rancho largo. Ficou a velhada atrás em seu sossêgo, os homens com pipos e borrachas de vinhaça ao tiracolo, tagarelando da lavoira, e as mulheres co'as corbelhas à cabeça falando da courela.

E pela estrada branca de pó e doirada de sol, assim foi de longada caminho da festa, a roda feliz de romeiros, — em cata do lugar bento onde, cantando e bailando, rezassem a S. João, advogado de todos os que querem casar...

... E quem mirasse a Zefa, quem atentasse no Jo'quim, sem mais aquelas percebia que S. João ia fazer das suas. Isso ia... tam certo como três e dois serem cinco...

*
**

A princípio tresmalhou-se o grupo. Uns foram ver o santo em sua capela florida de cravos de sangue. Outros quedaram-se pelo arraial gritante, perto dos carros de bois de toiço baixo, onde

pipas de palhete serviam vinho a rôdos. O mulherio gastou-se pelas tendas das chitas a fazer as suas mercas. Andava no ar um pó escuro. Aturdia o arruído do falazar do povoléu que apinhava o largo, — magotes de gentana bezoando, zaragateando, barulhando sob o calor de rachar do sol a pino... E só pela tarde, quando o céu se tingiu de cobalto e foram chegadas horas de merenda, se juntou de novo a malta num deslado, na sombra vasta de um pinheiral copado e velho.

A comezaina foi comum. Tudo rilhou do farnel de seu vizinho. A borracha, o pipo de qualquer, andou de bôca em bôca sem cerimônias. Té que ao resto, quando a pinga acendeu scintilas garôtas nos olhos da gente moça, e uma grande alegria polvilhou tudo de risos, se fez ali um danço rijo.

Amigo Jo'quim Carvalheza tomou para seu par a amiga mais amiga da menina Zefinha, e antes de entrar na roda, chamou à banda o marcador e segredou-lhe ao ouvido duas trêtas que o outro escutou nuns gestos de entendido, acrescentando ó depois duma mãozada — «Que fôsse descansado... Que o resto era co'êlé...»

... E logo se formou a rodà larga. Nos bordões das violas rosnaram os primeiros *tuns-tuns* do «estalado». O mandante berrou forte sôbre o farandolar da dança:

— E à primeira... Certo... Certo...

E logo o amigo Jo'quim Carvalheza, atirou na sua voz possante ao vasto ar luminoso e doce:

Madre-silva diz «Amor»...

Zanguizarrada nas banzas, uma música saltitante e viva, chachava o acompanhamento.

Madre-silva diz «Amor»...

A perpétua diz «Firmeza»...

Pausou, os olhos fixos no ramo que a Zefinha trazia à sua cinta estreita...

A voz do marcador volveu por sôbre o barulhar da dança:
— Umas palmilhas...

Uma revoada de palmas, certas, a espaços metódicos, bateu com timbres de oiro...

— Eu passei . . . Torn'á passar . . .
E amigo Carvalheza com'um valente :

Malmequer diz «Não te deixo» . . .

Nas cordas dos violões, o «estalado» passava compassado do estalido dos dedos, do sapateado dos pares e do tilintar do oiro das imagens e dos cordões por sôbre os seios aos baloiços do mulherio feliz e pimpão . . .

E amigo Jo'quim com'um têsô :

*Malmequer diz «Não te deixo» . . .
Não me deixas com certeza . . .*

E no fim, de pupilas acêsas, procurou-a pela fila longa dos pares que se perdiam numa roda imensa, pela sombra vasta do pinheiral copado e velho . . .

E arrumou ali umas patadas têsas, satisfeito, p'r'ámostrar alegria e a rijeza das curvaturas das suas pernas . . .

O mandante berrou :

— Passa e volta . . . Ao largo, ao largo . . .

. . . A roda fez-se mais larga, mais folgada, mais vasta, e tudo ao redol ia de olhos fincados em menina Zefinha, que não era pêca nenhuma, nem tam pouco mulher para ouvir e calar.

E logo a cachopa deu um safanão aos ombros roliços, car-nudos, e a olhá-lo de esconso, se saíu de cara alevantada :

Zai! estiveste a'advinhar,

Ficou-se-lhe a voz a morrer numa denguiçe, para voltar presta numa energia barrosâ :

*Zai! estiveste a'advinhar,
Que di-l'o mê' ramilhête . . .*

O marcador berrou por riba do farandolar do danço :

— Dois pares à frente . . .

. . . Só um par separava agora os namorados desavindos . . .

Diz qu' ê' gosto dum rapaz

Espalmou as mãos nas ilhargas, alevantou a grimpa, olhou-o de caras e, meio trocista, rematou :

*Diz qu' ê' gosto dum rapaz
Vestido de azul-ferrête . . .*

E logo o marcante :

— Passa e volta . . .

Quando a sentiu nos braços, os olhos dêle chispavam áscuas de lume. Apertou-a bem de encontro ao peito largo. E a rirem de contentes, deram as voltas dobradas, num rodopio . . .

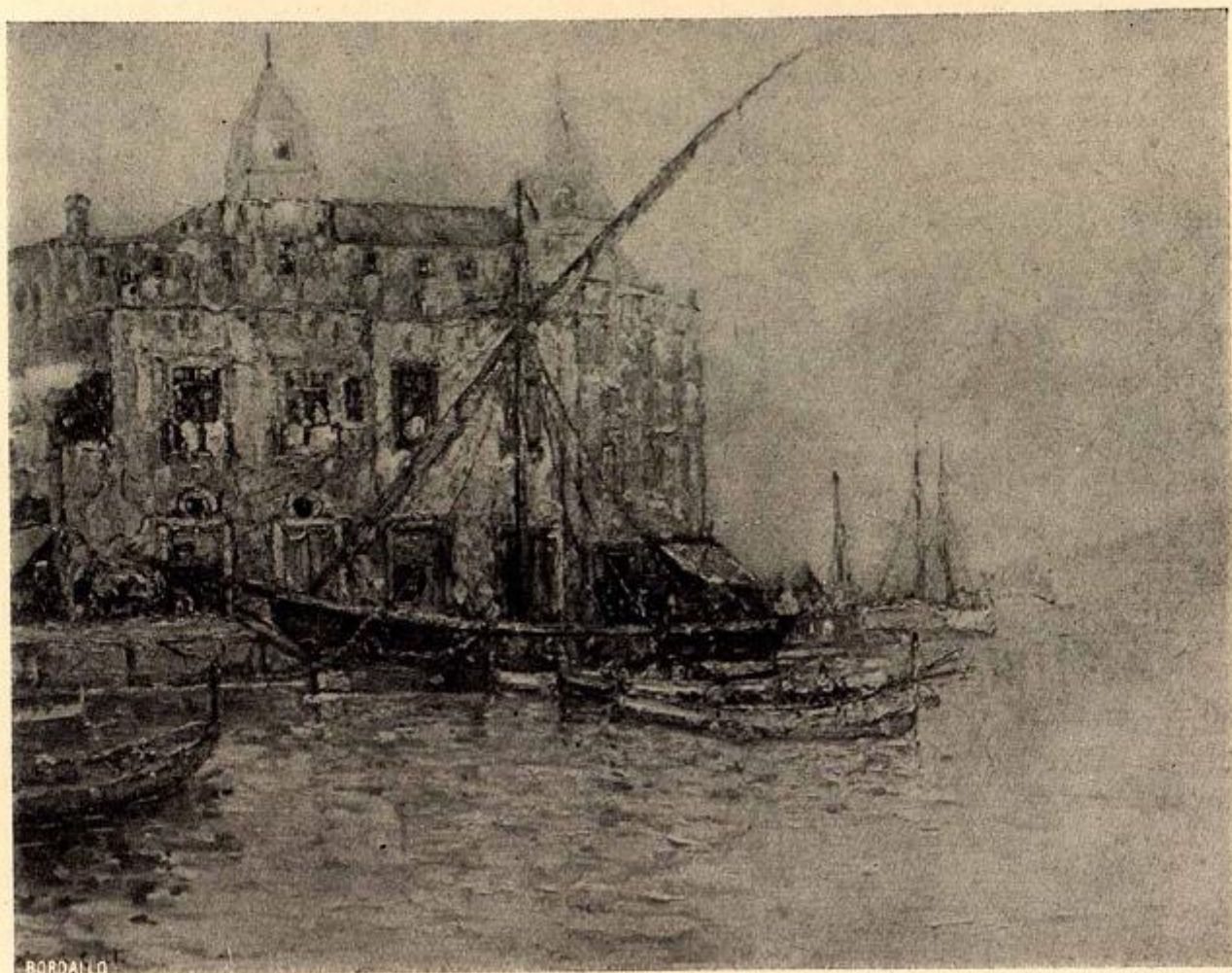
O povoléu, de fóra, sorria de entendido. E lá do fundo, o velhote, pai de menina Zefinha, ao percebê-los a segredar, berrou fora de si, alegrote e folgazão :

— Eh cachopa ! — Que desta feita é que vai a franga riça . . .

. . . E levou a borracha à bôca, e engulipou duas goladas têsas do tinto.

Figueira da Foz.

RAYMUNDO ESTEVES.



NAVARRO DA COSTA — Porto de Pozzuoli á tarde
(Exposição de Belas Artes de 1916)

A voz dos Magos

*«Aquele que contar os astros, de maneira
Que não falte nenhum, eis aí o venturoso!»
— Assim falou na hora augusta e derradeira
Um velho mago do Oriente misterioso...*

*E outro disse: «A Ventura, até agora traiçoeira,
Jaz no fundo do mar num féretro radioso...
Mergulha no escarcéu, e ao cabo da canseira,
Terás, mergulhador, o imperturbável gôzo!»*

*E astros foram morrendo, e astros foram nascendo,
Sem ninguém lhes saber o número tremendo
Na poeirada dos céus... E o Oceano é tam fundo!*

*Perscruta o olhar o abismo, alça-se a mundos vagos,
Emmudeceu na tumba, há muito, a voz dos Magos,
E é por isso talvez que a tristeza enche o mundo...*

JULIO BRANDÃO

A guerra e a mobilização financeira

I

Ainda não se sabe quando terminará a guerra formidável que se desencadeou na Europa, que, como num incêndio fatal, poderá comunicar-se às nações extra-europeias, abrasando o mundo numa fornalha imensa, reduzindo a cinzas e a montões de ruínas fumegantes todas as obras belas, todas as manifestações de génio que, numa herança de longos séculos, os nossos antepassados nos legaram confiantes.

A paz armada arruinava as nações numa loucura de armamentos, esgotando-as numa tremenda e terrível preocupação de aniquilamento.

Só nos anos que decorrem de 1910 a 1914 se fizeram despesas que não deixam de apavorar os espíritos e tornaram alanceantes os corações humanitários e sentimentais.

Mas tudo isto é insignificante em frente das pavorosas somas que a guerra está gastando, ao mesmo tempo que vai ceifando vidas, destruindo povoações cujas reconstruções não serão fáceis de conseguir.

Até 1910 o aumento de despesas foi terrificante e os povos não podiam já com semelhantes encargos. De 1910 a 1914 iam aumentando cada vez com maior intensidade os orçamentos guerreiros das nações que levavam ao máximo os seus sacrifícios.

Desde 1910 a 1914 ia-se observando, com a maior tristeza, o crescimento de tais despesas, porque já se sentia o latejar profundo e angustioso das nações que se preparavam para a chacina.

Em cada uma das grandes potências iam tomando proporções

espantosas as despesas militares, e nos quadros que seguem mais facilmente poderemos verificar esta verdade; mas as pequenas nacionalidades, tendo de acompanhar tal movimento, exauriam-se sem remédio.

Observa-se, com verdadeira ansiedade, a preparação da campanha que, afinal, em Agosto de 1914, se iniciou horrivelmente pelo sacrifício nefando da Bélgica.

Desde 1910 a 1914, segundo os dados mais autorizados, em regra de origem oficial, as despesas destinadas à guerra, nas nações europeias, foram as seguintes, para o exército de terra e marinha, em milhares de contos :

Rússia.....	2.192
Inglaterra.....	1.742
Alemanha.....	1.511
França.....	1.503
Áustria-Hungria.....	1.073
Itália.....	631
Espanha.....	232
Turquia.....	225
Holanda.....	82
Romania.....	79
Suécia.....	70
Grécia.....	67
Bélgica.....	65
Suíça.....	43
Bulgária.....	42
Sérvia.....	36
Dinamarca.....	26
Noruega.....	22
Montenegro.....	4

Atingira, em Algarismos colossais, a verdadeira loucura guerreira. Durante este período de tempo, a Europa sangrara em 9.648.000.000 contos, indo buscar ao trabalho dos contribuintes os recursos necessários para manter em pé de guerra os exércitos que, em último extremo, foram arremessados uns contra os outros para se destruírem na mais extraordinária chacina da história, que conta tantas chacinas colossais.

O aniquilamento brutal, scientíficamente organizado, a que estamos assistindo todos, horrorizados, foi lentamente premeditado, sistematicamente dirigido numa metódica organização de forças destruidoras.

Nestes termos, todos nós pagávamos o tributo doloroso que se destinava à nossa própria ruína colectiva, contra a qual nada se podia opôr, porque era inevitável o avanço, em passo cadenciado, das tropas teutónicas disciplinadas.

A Europa era vítima inocente da loucura dos dirigentes germânicos, que não esqueciam as menores particularidades que pudessem auxiliá-los nesse formidável choque de massas humanas contra verdadeiras muralhas vivas, oscilando aos embates de semelhantes fôrças em desequilíbrio, como sucedeu no Marne e depois em Verdun.

Sendo a população da Europa cêrca de 450 milhões de habitantes, havia uma enorme percentagem pertencente a cada cidadão nas temerosas responsabilidades impostas pela sua imensa contribuição. Isto não só no que se refere a despesas em dinheiro, porque, em grande parte, há recursos enormes que se poderiam aplicar a actividades profícuas, ficando improdutivos, e os cidadãos eram afastados das suas profissões, onde produziam e aumentavam a riqueza social, indo para a vida estéril da caserna passar uma existência parasitária.

Não era só na caserna, como se disse já. Também os navios de guerra e suas tripulações gastavam milhões de contos, e bem frisantes são as impressões causadas pelas despesas para que deixemos de expor todos os números que possam influir na formação dêsse critério colectivo que se oponha, de futuro, a grandes dispêndios bélicos.

Em Novembro de 1913, uma importante revista diplomática publicava as despesas feitas com as marinhas de guerra de todo o mundo, obtidas no *White book* do Almirantado. Eram as seguintes, referidas a libras esterlinas.

	1904-905	1913-914
Inglaterra.....	41.062.075	47.021.636
Estados Unidos.....	20.180.310	29.498.867
Rússia.....	11.949.906	24.249.454
Alemanha.....	10.105.000	25.039.184
França.....	12.582.433	20.847.763
Itália.....	5.000.000	10.157.846
Japão.....	2.102.648	9.860.812
Áustria-Hungria.....	2.615.460	6.006.551

II

Mas que é, afinal, essa avalanche de números, até agora apresentados, em confronto com os pavorosos algarismos revelando a vida angustiosa dos estados?

De todos os algarismos até agora conhecidos se averigua que nunca houve guerra que tantos exércitos movimentasse nem combates que tantas despesas fizessem.

Os dispêndios feitos com as guerras mais recentes, quer dizer, as do século passado e as do que vai decorrendo, são infinitamente inferiores às que na guerra actual estão sendo gastos.

Para reduzirmos a uma disposição gráfica, mais intuitiva e mais impressionante, vamos apresentar os números que Demófilo expôs na revista em que colabora e que são de uma grande eloquência. Eis, em libras esterlinas, o valor dos dispêndios com as principais guerras:

Napoleónicas	3.000.000.000
Da Crimeia..	340.000.000
Anglo-Americana.....	40.000.000
Entre o México e os Estados Unidos	36.000.000
Entre a Prússia e a Dinamarca.....	5.000.000
Da unificação da Itália.....	60.000.000
Da secessão	1.600.000.000
Austro-prussiana	65.000.000
Franco-prussiana.....	600.000.000
Russo-turca.....	220.000.000
Sino-japonêsa	12.000.000
Russo-japonêsa	345.000.000
Soma.....	<u>6.770.000.000</u>

E' possível que haja correctivos a fazer a tais algarismos, porque nem sempre concordam os dados das diferentes origens. Com relação a certas verbas já citadas, Loyd George dizia numa entrevista publicada num magazine inglês que as guerras napoleónicas custaram à Inglaterra 431 milhões de libras num total de 831 milhões esterlinos. A guerra anglo-boer custara, segundo êle, 211 milhões esterlinos.

Mas num volume publicado em 1845 no Rio de Janeiro, anónimo, mas muito bem feito, lá se calculam as despesas das guerras napoleónicas, só à parte da Inglaterra, em 700.000.000 li-

bras, o que é confirmado pela *Histoire financière de l'Empire britannique*, de Pebrer.

Ainda com respeito às guerras napoleônicas, o notável publicista francês A. Calmon escrevia em 1868 um importantíssimo trabalho com o título *Histoire parlementaire des finances de la Restauration*, onde lêmos a informação de que não custaram apenas aquelas quantias, porque motivaram grandes prejuízos que de forma nenhuma eram recompensados com as conquistas feitas, pois as administrações eram extremamente defeituosas. A sumptuosidade com que se apresentavam os reis que Napoleão fazia sentar nos tronos das nações conquistadas, era causa de graves perdas irreparáveis.

Além disso, os fornecimentos eram feitos à grande e o dito Calmon expõe que se fizeram fortunas escandalosas sendo, por isso, necessário criar um ministério especial de administração de guerra, mas que, é evidente, não pudera influir nos resultados já obtidos. Tendo Napoleão vencido, com 180.000 homens, a Áustria, a Suécia e a Rússia, as finanças francesas ficaram completamente desorganizadas e em 1806 teve de sujeitar-se a pagamentos onerosíssimos de 70 milhões de francos, a fim de saldar os *deficits* de 1804 e 1805.

Apesar da boa orientação administrativa de Napoleão, as finanças fracassavam. Embora tivesse imposto à Áustria um pesado tributo de guerra, as despesas de beligerância não eram cobertas com êsses importantes recursos, ficando com um *deficit* de 10 milhões.

As guerras napoleônicas legaram à França uma situação dolorosa, de que, em grande parte, se ressentem ainda as finanças francêsas.

Na guerra franco-prussiana não se pode deixar de levar em conta a enorme contribuição de guerra paga pela França, mas não foi, como afirma Blondel, apenas êsse oneroso tributo que levou a prosperidade económica ao recente império germânico, tanto que, poucos anos depois, uma crise tremenda prejudicou espantosamente a sua economia. Mas na guerra actual os dispêndios atingem proporções colossais.

Não se pode calcular como somas verdadeiramente fantásticas se põem em jôgo. Causa pasmo como as nações em luta conseguem vencer as exigências financeiras que deverão incidir sôbre o futuro de toda a economia internacional e sôbre os orçamentos

das nações em luta, que terão, nas suas rubricas orçamentais, recordações penosas desta época de temerosos sacrifícios.

E' uma guerra perturbadora de todo o organismo financeiro dos estados e não é possível que, quer vencidas, quer vitoriosas, as nações beligerantes possam, sem contar com muitos anos de trabalho, reconstituir toda a sua vida financeira em desequilíbrio.

Já em 1915 um conhecido economista inglês, W. Lawson, num volume com o título *British War finance*, calculava o *deficit* inglês relativo à guerra actual na soma elevadíssima de 862.322.000 libras, o que num orçamento tão bem orientado como é o britânico, considerado o melhor do mundo, é realmente para ter sérias preocupações sôbre o deplorável resultado provocado por uma guerra temerosa, que oxalá seja a última, nesta fase sombria da vida moderna.

III

No seu discurso, no parlamento de Inglaterra, em 1 de Março de 1915, o grande estadista H. Asquit, que fica marcando, pela firmeza da sua direcção política, uma época de luta contra o despotismo prussiano e contra o predomínio germânico, dizia que a média das despesas da guerra era, diáriamente, de 1.700.000 libras. Só as despesas com a marinha atingiam 400.000 libras diárias.

Mas em 19 de Junho do mesmo ano, o mesmo homem de estado dizia em *Guild Hall* que as despesas em 1915 atingiriam mil milhões de libras, ascendendo, naquela ocasião, as despesas a 3 milhões esterlinos diários.

Estes números eram já muito eloquentes, mas num manifesto publicado em Dezembro, pelos banqueiros britânicos, afirmava-se que, pela informação da tesouraria britânica ou pelo *Chancellor of the Exchequer* que, é sabido, corresponde ao nosso ministério das finanças, a despesa total em fins de 1915 era de 1.590 milhões de libras, calculando-se, para 1916, as despesas diárias em 5 milhões esterlinos. Num trabalho publicado num periódico inglês, *Globe*, um parlamentar britânico, Mr. Hogge, calculava que o rendimento anual da Inglaterra apenas chegaria para o pagamento de cinco dias de guerra. Loyd George, numa entrevista concedida a um jornal francês, *L'Humanité*, publicada em 22 de Dezembro de 1914, afirmava que as despesas mensais feitas na

Inglaterra com a sua marinha e o seu exército eram de libras 45.000.000.

Como ainda está longe das despesas calculadas pelos ministros inglêses em 15 de Fevereiro último, quando pediam ao parlamento o novo crédito de 420.000.000 libras e em que se via, como se nota nos artigos publicados, que os créditos votados até 21 de Fevereiro de 1916 atingiam a fabulosa soma de 2.082.000.000 libras!

No último orçamento apresentado em 4 de Abril na câmara dos comuns, o ministro das finanças britânico, Mr. Reginaldo Mackena, apresentava o seguinte cálculo :

	Libras
Serviços de guerra (marinha, exército e munições)..	1.170.000.000
Várias despesas — afora os créditos votados.....	30.000.000
Adiantamentos às colónias e aliados	450.000.000

Tudo reunido excede uma despesa diária de 3.000.000 libras. Mr. Mackena declarava que as despesas anuais poderiam talvez, se os adiantamentos aos aliados e colónias fôsem menores que os calculados, reduzir-se a 1.375.000.000 libras. Êsse pouco!

Em 15 de Março último o capitão M. Amery attribuía a Mr. Asquit a afirmativa de que o custo anual de um soldado anda por 250 libras. (The Prime Minister said who anual cost of soldier was £ 250).

Em 25 de Maio os novos créditos pedidos e autorizados pelo parlamento britânico foram de 300.000.000 libras.

Esta soma despendida com a guerra pela Gran-Bretanha, sendo enorme, tem também nas nações suas aliadas outras correspondentes

Ribot, o eminente financeiro que a França encontrou na hora crítica da sua história, dizia, em 18 de Dezembro de 1914, à comissão de finanças da câmara dos deputados que «a quasi totalidade dos créditos abertos desde o início das hostilidades applicam-se às operações militares: 6.092.601.540 francos para o ministério da guerra e 82.435.830 para o da marinha, compreendendo nêles 340 milhões para as famílias dos mobilizados», embora as restantes despesas orçamentais tivessem sofrido reduções sensíveis. Já em Outubro do ano de 1915 o mesmo emérito homem de estado afirmava, como se vê numa revista parisiense, *Lecture pour tous*, que as despesas, até 31 De dezembro

de 1914, atingiram 6.476.923.009 francos, as despesas calculadas para 1915 eram de 21.906.711.124 francos, especificando e pormenorizando todas as importâncias gastas ou a gastar. Mas o relatório dos créditos adicionais, distribuído em 12 de Novembro de 1915, calculava as despesas propriamente militares, de 1 de Agosto de 1914 a 31 de Dezembro de 1915, em 21.438.571.597 francos, correspondente em moeda portugueza, câmbio normal, a 428.771 contos!

Em 25 de Junho de 1915, Mr. Ribot dizia o seguinte: «As nossas despesas, vós o sabeis, aumentam rapidamente. Elas são menos elevadas que as do país vizinho; no entanto, pelos algarismos que vos apresento, podereis julgar a progressão destas despesas. Eram, nos últimos meses de 1914, de 1.340 milhões por mês, elas são avaliadas, fora dos créditos suplementares, em 1.860 milhões por mês no próximo semestre».

E depois, com energia, explicava: «Não se pode hesitar em fazê-las, porque se trata, na maior parte, de despesas militares. A guerra tem mudado de carácter. Não são sómente os homens que se batem, com coragem e heroísmo; são máquinas que necessitamos opôr a máquinas».

Do mesmo modo o relator geral da comissão de finanças do Senado, Mr. Émile Aimond, num trabalho muito pormenorizado, dizia que até Outubro de 1915 as despesas com a guerra ascenderam a quasi 2 biliões de francos, e explicava: «A França é na hora presente apenas uma imensa oficina de guerra, um vasto arsenal, cujo funcionamento exige o emprêgo de todos os recursos da mecânica, da física e da química».

Num quadro geral de conjunto, o conceituado parlamentar expunha que nos primeiros 4 meses a guerra despendera 6.479 milhões de francos, e nos primeiros 9 meses de 1915, 15.615 milhões.

No relatório em que se expunha a necessidade de novos créditos, em 24 e 28 de Setembro de 1915, dizia-se que os créditos pedidos para todo o ano de 1915 eram de 21.906.771.154 francos. Neste mesmo relatório víamos um quadro curioso, que põe bem em evidência o esforço ingente da França:

5 meses em 1914.....	1.340 milhões de francos
1.º semestre de 1915 ..	1.664 » » »
3.º trimestre de 1915	1.870 » » »
4.º » » 1915	2.075 » » »

Há dias foi distribuído o relatório justificando os créditos para duodécimos provisórios, onde o relator Raoul Péret dizia: «Em 30 de Junho próximo, isto é, no fim do semestre de 1916, as despesas militares, desde as hostilidades, atingirão para o ministério da guerra 35.191.256.694 francos e para o da marinha 1.436.247.585 francos, para as colónias 374.574.201, o que corresponde a 37.002.080.480 francos.

E o sr. Ribot, no senado, expunha há pouco (segundo vejo em *L'Économiste Parlementaire*, de 4 de Abril último) a situação da seguinte forma: «Mas as despesas aumentam sempre; aumentam por toda a parte. Seremos forçados a fazer ainda novo apêlo ao Banco; nós dizêmo-lo porque a nossa política financeira é feita de clareza e de probidade. Teremos ainda de recorrer ao empréstimo; a França, estou certo disso, responderá ao nosso apêlo na hora própria».

E pelo extracto do discurso de 19 de Maio, de Ribot, nos jornais inglêses, o cálculo das despesas de guerra francêsas é de 3.720.000 libras diárias. No seu discurso na Câmara dos deputados, o ministro das finanças declarava que a despesa diária da França atingirá 93 milhões e a da Inglaterra 125 milhões de francos.

Estes números foram confirmados em 30 de Março pelo relator do senado, apenas reduzindo as despesas inglêsas a 123 milhões diários.

Esta terrível absorção de somas dá a impressão do pavor que teria o mundo de suportar se a Alemanha pudesse triunfar. Como ela tentaria saciar-se nos restos das nações inimigas!

Não são apenas as nações indicadas as que estão sendo vítimas das trágicas conseqüências desta luta ingente. Aliadas nos combates, tendo uma direcção comum, colaborando politicamente no mesmo esforço espantoso até agora; se bem que combinem certas operações financeiras, não deixam, contudo, de ser muito sobrecarregadas, as mais fortes como as mais fracas, as mais humildes como as mais poderosas.

A Rússia tem também gasto grandes somas na guerra, que de forma alguma são inferiores às dos seus aliados, que tendo-a auxiliado com munições o fizeram num espírito de solidariedade que muito os nobilita. Alguns empréstimos tem contraído a Rússia para os seus exércitos serem bem abastecidos.

Até fins de Outubro de 1914 a Rússia fizera uma despesa de

4.500 milhões de rublos, para que foi necessário contrair grandes empréstimos.

Em 1915, segundo as declarações claramente feitas na sessão da Duma, de 29 de Fevereiro último, as despesas da guerra na Rússia atingiram a soma de 8 biliões de rublos e em 1916 atingirão certamente 11 biliões. As despesas diárias foram, em 1915, de 31 biliões.

A Itália tem tido também uma parcela importante nesta luta financeira, em que vencem sempre os mais poderosos no domínio político e militar.

O governo de Itália não desejava entrar na guerra porque tinha as suas finanças bastante desequilibradas, em vista das despesas que em Tripoli foram feitas, cêrca de 1.260 milhões de liras, sem grandes compensações. Mas forçado pela corrente democrática de uma população sentimental que desejava ver tremular, nas terras irredentas, a bandeira que adeja na península e serve de elemento unificador, lá se lançou na luta contra o inimigo secular, que representa aqueles conquistadores lombardos e bárbaros que no início da idade média destruíram e destroçaram as terras aquêem Alpes.

Desde 1 de Agosto de 1914 até à sua entrada na beligerância contra a Áustria, a Itália gastou 660 milhões de liras com o exército e 157 milhões de liras com a marinha, querendo isto dizer que ela se preparava para todas as eventualidades. A *Gazette de Lausanne* lastimava há tempos que a Itália tenha de se sujeitar a uma despesa com que não podia e apontava o seu *deficit* de 2.835 milhões desde 1 de Julho de 1914. Ora nesses 2.835 milhões as despesas de guerra eram na importância de 2.382 milhões.

Tendo a Itália entrado em beligerância em Maio de 1915, viu-se embaraçada, e, segundo o último relatório presente ao parlamento, tem uma despesa mensal de cêrca de 50 milhões de liras. As despesas pagas, segundo a *Gazzeta Ufficiale* de Janeiro dêste ano, foram de 819 milhões de liras.

IV

Em contraposição, as nações que se opõem a estas poderosas forças aliadas teem tido também grandíssimas despesas que a cada momento são cobertas com impostos e com empréstimos.

Segundo as declarações do ministro das finanças do império

germânico, supõe êle que a situação é superior à das nações aliadas.

Até 1 de Janeiro de 1915 a guerra custava à Alemanha, conforme um escritor alemão, Arthur Norden, a quantia de 7.500 milhões de marcos. Em Janeiro de 1915 o ministro das finanças Kühn, apavorado com a situação que se lhe preparava, segundo uns, ou por ter caído no desagrado do imperador, segundo outros, demitia-se e era substituído por uma das mais eminentes personalidades financeiras do imperio, o Dr. Hellferich.

Segundo esta autorizada personagem, a situação não pode ser considerada crítica, supondo-a inferior aos aliados. Todavia o seu tom optimista mudou-se um tanto, como veremos.

Não é possível dar uma nota rigorosa da finança do império, porque a publicidade das cifras foi proibida logo no comêço da guerra. Em todo o caso, sempre que o ministro fala, alguma coisa se pode saber e os jornais, de vez em quando, vèladamente informam.

O *Munich Post*, de Setembro, afirmava que as despesas de guerra eram calculadas, em média, diáriamente, em 90 milhões de marcos, sendo o total das despesas no valor de 34.000 milhões de marcos, prevendo-se que no fim do ano seria de 50.000 milhões.

Em 20 de Agosto de 1915 o ministro das finanças apresentava um orçamento suplementar e dizia que podia assegurar o triunfo da Alemanha porque não lhe faltavam os recursos.

Os empréstimos de guerra ascendiam a 30 biliões de marcos.

Dizia o ministro Hellferich num seu discurso: «Os motivos por que crescem os gastos de guerra são patentes. Primeiro que tudo temos a formação de novas unidades, o seu municiamiento, alimentação e vestuário. Acresce a carestia cada vez maior de matérias primas e géneros alimentícios e o consumo de munições excede tudo quanto até agora se tem imaginado. A manutenção, o aumento e aperfeiçoamento do material de guerra, no mar, em terra e no ar, os transportes entre as duas frentes, a construção de novas estradas, tudo exige muito dinheiro, e as despesas que se fazem mensalmente não são muito inferiores a 2.000 milhões de marcos. *As despesas mensais da actual guerra são mais elevadas um terço que as despesas totais da guerra de 1870-71.*»

E depois perorava, com ares solenes: «Atravessamos um período de privações horrivelmente duro. Não estaríamos à altura das nossas responsabilidades se — *more gallico* — nos quiséssemos iludir da gravidade da situação».

Mais além, depois da afirmação de que conta com a vontade de Deus para o povo alemão vencer, garante que não será sobre esse povo que recairão as despesas da guerra. E acrescenta: «O pêso dos biliões dispendidos deve recair sobre os responsáveis da guerra e não sobre nós».

E', como se vê, a espada de Breno sobre o prato da balança — só com a diferença de não estar ainda vitorioso.

E' sabido que todos os empréstimos de guerra lançados nos países aliados atingem somas fabulosas; os que lançam no estrangeiro são vantajosamente acolhidos. Pois o Dr. Hellferich afirma que só a Alemanha e a Áustria teem conseguido ver tomados os seus empréstimos.

Os erros desta argumentação são postos, com toda a parcimónia, em relêvo por um escritor inglês a propósito de outro discurso do mesmo financeiro alemão, pronunciado no Reichstag em 10 de Março de 1915. O autor dêsse trabalho, Mr. Davies, apresenta uma contestação perfeita. Essa contestação anda escrita em português e muito claramente põe a questão e as dificuldades da Alemanha.

Ainda em meados de Dezembro de 1915 o ministro das finanças germânicas afirmava num notável discurso que «as despesas diárias de todos os beligerantes são, actualmente, de 320 a 330.000.000 marcos, de que dois terços estão a cargo dos nossos inimigos».

Portanto confessava o ministro germânico que o dispêndio diário dos impérios centrais era de 110.000.000 marcos. E' colossal!

O ministro alemão encerrou o seu discurso com a seguinte patética expressão de profeta: «Estamos firmes como uma rocha, enquanto sobre as muralhas de ouro inglêsas flameja o Mane Tecel Phares». Portanto, nos seus discursos de Março, Agosto e Dezembro, o Dr. Hellferich estava tão convencido da superioridade financeira da Alemanha, como da sua superioridade militar.

Em Janeiro o ministro germânico voltou ao Reichstag, mas não vinha tão dominado pela ideia da superioridade germânica e,

pelos jornais francêses e inglêses, sabe-se que êle afirmara, em resposta ao deputado Stucklen, que não era possível conceder certos aumentos aos soldados porque, explicou, «*vós sabeis, sem dúvida, que, financeiramente, é difícil conservar-nos até ao fim.*»

«*O meu plano é fazer muito com o menos dinheiro possível.*»

E' certo que o orgulho germânico ergueu-se dominador no discurso do ministro das finanças, mas não foi superior à própria verdade e, embora confie na vitória final, não deseja ver-se embaraçado pelo parlamento por propostas de novas despesas.

Note-se bem que isto não é, apenas, próprio da Alemanha, pois em todos os países beligerantes domina o mesmo critério; mas é um sintoma pouco animador a afirmação de que a Alemanha fraqueja financeiramente.

Essa afirmativa do ministro Dr. Hellferich não deixa de ser também o reflexo do mal profundo da situação interna.

Na própria sessão em que o ministro afirmava tão expressamente o seu modo de ver, o deputado que propunha o aumento de sôlido aos soldados afirmava que a remuneração que êles recebem era calculada para uma guerra de curta duração, o que não se deu.

Para acentuar, todavia, que financeiramente a Alemanha está em más condições, basta conhecer que na reunião dos seus banqueiros, realizada em Janeiro último, êles fizeram considerações pessimistas a ponto de afirmarem que se a guerra durasse até Agosto dêste ano a ruína da Alemanha seria irreparável. Na sessão de Fevereiro o crédito pedido foi de 2.000.000.000 marcos.

Em 19 de Março dêste ano o deputado socialista Strœbel protestava no parlamento prussiano contra a guerra e dizia: «Desde o comêço da guerra a dívida do império atingiu 50 ou 55 biliões de marcos e, ainda que só dure mais 6 meses, chegará a 80 biliões. *O nosso orçamento imperial não é exacto; é um orçamento fictício com o fim de iludir a opinião pública. Êsse orçamento tem um deficit de 2 biliões*»

Em 16 de Março o Dr. Hellfferich afirmava que as despesas de guerra na Alemanha eram de 2 biliões, mas tencionava fazer diminuí-las.

«Eu calculo, dizia êle, as despesas diárias do inimigo, incluín-

do a Itália, em 240 milhões de marcos. Nós e os nossos aliados gastamos, o máximo, 110 milhões».

Ora, tudo isto é suficiente para comprovar que não há de lado a lado nada que possa evitar as despesas cada vez mais absorventes.

Quanto à Austria, segundo os dados do professor alemão Julius Wolf, é calculada a sua despesa em 25 milhões de marcos por dia.

V

Não é possível alongar-me em relação às outras nações em beligerância, mas os números já apresentados são suficientemente expressivos para demonstrar o esforço formidável, sob o ponto de vista financeiro, que a guerra exige.

Sabendo-se que as nações neutras estão, em grande parte, fazendo despesas extraordinárias, para o caso de virem a ser chamadas a colaborar na contenda, não é fora de acêrto acentuar o quanto êste prélio temeroso está custando à humanidade.

Não tenho dados relativos aos neutros, que afinal não podem deixar de mostrar as suas preocupações pelo seu futuro.

Mas, por uma nota publicada em Abril do ano passado, sabe-se quanto os empréstimos são o recurso de grande número de nações.

No folheto do eminente economista Eugène d'Eichthal — *Des évaluations du coût de la guerre*, publicado em Fevereiro de 1915, não deixa de ser curioso o modo como as despesas de guerra iam aumentando, mas baseado em simples hipóteses não podia apresentar números exactos.

As informações do último mês de 1915 são, sem dúvida, mais rigorosas, fundadas nos dados oficiais, tanto quanto possível.

Numa publicação inglêsa digna de fé — *The Economist*, war supplement — vê-se um estudo sucinto a respeito da guerra, até Dezembro de 1915.

Por êle podemos averiguar que o custo da guerra era, nesta altura, de 10.165.000.000 libras, o que quer dizer que a actual guerra, em fins de 1915, já tinha custado quási o dôbro de todas as guerras de há 150 anos a esta parte, que custaram, como vimos, 6.770.000.000 libras.

As despesas mais especializadas, segundo os dados, são as seguintes, que, em parte, estão sujeitas a certas correcções para com as nações do grupo oposto ao nosso :

	Milhões de libras
Alemanha.....	2.545
França	1.915
Rússia	1.695
Inglaterra.....	1.590
Áustria-Hungria.....	1.435
Itália	490
Bélgica e Sérvia	265
Turquia e Bulgária	210
Total.....	10.145

Dêste total vê-se que à Alemanha, Áustria, Turquia e Bulgária competem 4.190 milhões de libras.

À Inglaterra, França, Itália, Bélgica e Sérvia, 5.955 milhões.

Segundo um interessante trabalho publicado, com gráficos, no *Bulletin des armées*, a despesa por habitante dava o seguinte, em francos :

Inglaterra.....	697
Alemanha	560
França	510
Áustria.....	268
Rússia	142
Itália.....	92
Turquia	58

Não há dúvida que estas somas pavorosas representam o grande e incomensurável dispêndio da nossa geração para destruir, de vez, o monstro terrível da guerra.

Mas isto ainda será pouco quando soubermos que, pelas informações fundadas em dados tanto quanto possível positivos, os jornais financeiros da Inglaterra e da França calculam que a guerra custará, até ao fim de 1916, 300.000.000.000 francos ou 20.000.000.000 libras.

Isto tudo reduzido à nossa moeda, bem se vê, será a estonteante cifra de 100.000.000 contos.

Faz-se ideia do que isto seja quando soubermos que desta quantia, dividida por todos os habitantes de Portugal, pertenceria, a cada um de nós, uma pequena fortuna de 16 contos.

A temerosa crise moral por que a humanidade está passando teve, frente a frente, exércitos colossais, mas armados e equipados pelo esforço gigantesco de tantas gerações que precederam a nossa e cuja herança gloriosa vai sendo desfalcada pela tremenda luta de egoismos que a Alemanha desencadeou.

Como a natureza teria um vicejar mais forte, como a vida teria um florir mais ridente, se todas essas somas inconcebíveis fôsem destinadas à obra benéfica do progresso moral da espécie e ao aumento necessário do pecúlio mental das nações! ¹

Do livro em preparação: — *O conflito internacional sob o ponto de vista português.*

JOSÉ DE MACEDO

¹ Não me refiro ao nosso país e suas despesas porque a este assunto dedicarei próximamente um trabalho desenvolvido e fundamentado. — J. DE M.

Revista do Mês

AS AFIRMAÇÕES DA CONSCIÊNCIA NACIONAL

II

DOIS SANTOS LUSITANOS

Em todos os transe de aflição, os que esperam e crêem, volvem os olhos ao Céu. E a Fé, por muito que os homens tentem iludir-se, é o esto mais profundo da Vida, o que levanta para o alto, no mesmo gesto sequioso da luz, as frondes das árvores e o olhar dos homens. Quantos se desviaram da fé dogmática, ainda os que em matéria de religião professam as atitudes mais nihilistas, teem sempre no altar da consciência alguma divindade a que prestam culto e à qual sacrificam de contínuo, numa encantadora inconsciência do seu ardor votivo.

Um dos meus amigos, um médico da velha escola de Comte, Darwin e Büchner, diz-se ateu, materialista e determinista até às últimas consequências. Para êle o mundo é um caos regido pelo Acaso; e as únicas fôrças que norteiam a vida são as leis naturais, espécie de deuses brutos e ferozes, movendo-se por um cego e irremediável automatismo. A sua concepção da vida é um arremêdo baço da velha mitologia normanda, a que faltava toda a ideia de finalidade e aqui agravada porque não tem a nimbá-la a auréola das velhas sagas heróicas. E todavia êsse homem é uma das mais puras e enternecidas almas que se me teem deparado. Vive no culto do lar; ama a Pátria e a Liberdade; vai, na amizade e na honra, até aos extremos cavaleirosos; e tem dêsses rasgos súbitos de coração, que são iluminações superiores do Espírito e transcendem já o barro escuro da espécie. A ternura, a bondade, o espírito de sacrificio e a amorosa piedade para as dôres humanas são as suas realidades íntimas; e procede, como se o Universo fôsse regido por uma lei íntima de amor. Esta é talvez a fé mais cega, porque se não vê a si mesma, e a mais poderosa e ardente, porque actua, ilumina e resgata, sem conhecer as tábuas da sua lei. E eu quero mesmo crer que, se existisse o velho Jeovah, que apparecia na Judeia sôbre uma sarça ardente, a severidade augusta do Pai dos Homens se havia de quebrar num sorriso de ironia e recreio, ao contemplar do alto aqueles seus impenitentes filhos pródigos.

Porque a fé é o primeiro postulado da vida. É a crença iluminada ou cega numa lei de harmonia, que reja os homens e os mundos. Quando os homens erguem os braços, no esforço de atingir o Ideal, procuram revelar, a seu modo, essa certeza harmoniosa. E o homem só é grande, só vive para além da sua estreita animalidade, em pura existencia cósmica, quando procura exceder-se por êsse esforço sublime. Horas perfeitas, de alegria infinita, quando o espírito paira levitado em graça alígera, são aquelas em que se comunga a vida do presente inaccessível ou do futuro adivinhado, e em que as flôres misteriosas da alma,— as que um vento estéril esfolhou ou as que nunca chegaram a abrir, melindradas da crueza do ar, —viçam ou esplendem a um sôpro de eternidade.

Se esta exaltação é necessária aos indivíduos, é imprescindível para os povos. Ai dos que não crêem num grande destino! Tristes dos que não tem a consciência duma elevada missão a cumprir! Uma Pátria, que não ilumine a hora presente com a visão do Futuro, e não tente desde já realizá-lo, a si mesmo se condena à morte. E também aquela que não busque para essa obra, a continuidade da sua tradição íntima,— não a tradição formal e externa, mas a dos grandes impulsos morais— esteriliza-se num esforço sem raízes e sem alma.

Ora, para além da obra diplomática e militar, em que Portugal afirma, ao presente, a sua nobreza e livre vontade e o desejo de preparar um futuro melhor, há um facto do mais alto significado, porque nos leva ao âmago da consciência nacional e nos dá a certeza de que o seu esforço mergulha as raízes no que há de mais belo do Passado. Portugal tem fé no seu Destino e volta os olhos suplicantes para as divindades gentílicas e tutelares da Raça. Reacendeu-se o culto de Camões. Até há pouco eram os sábios, os professores, os eruditos. E a atenção unânime de tantos estudiosos não é certamente a menor das revelações. Epifânio elabora a mais completa edição crítica e erudita dos *Lusadas*; José Maria Rodrigues, depois de tantos estudos camonianistas, esclarece ainda esta edição; e o professor Luciano da Silva escreve o seu belo estudo sôbre a astronomia da nossa epopeia. Para falar apenas dos últimos trabalhos e não porque esqueça obras como a de Teófilo Braga e os muitos estudos de aplicação escolar. Também os poetas, os escultores e os músicos celebram, diversamente, a memória do nosso epónimo. É o culto dos devotos, nos templos silenciosos. Mas eis que de súbito a multidão invade os templos e a Pátria ora a S. Camões, a maior divindade lusitana. Lisboa faz do dia de Camões o *dia santo* da cidade; no Pôrto a *Renascença Portuguesa*, de mãos dadas com a Academia, organiza festas literárias em honra de Camões; e em Coimbra é também a Academia, ou antes o seu Orfeon, que se prepara, sob a inspiração do poeta Afonso Lopes Vieira, o grande Estilizador, para erguer a estátua do *Camões Escolar*, única, em cuja face se podem rasgar os dois olhos do Épico. E agora é todo o povo de Lisboa que organiza um cortejo nacional, para o seu *Dia santo*, como afirmação de fé no génio e tradição nacional, cujo mais alto símbolo é Camões.

Há, todavia, uma parte da nação, que não vive êste culto. Não o vive, porque desconhece tanto o bardo, como o epos. É o sonâmbulo povo das planícies e alcantis da nossa terra, o povo sem letras e sem cultura, que não seja a cristalização moral dos aforismos, das cantigas e das lendas seculares.

Mas eis que também êsse povo, a seu modo, numa floração misteriosa de instinto, revela o seu estado de alma. Dizia, há dias, um jornal de província que em terras de Coimbra e seus lugares vizinhos se afervorava o culto pela Rainha Santa e que entre o povo corria a voz de que ela, a boa Isabel, apparecera no caminho, a um batalhão de mobilizados, annunciando-lhes a vitória. As rosas da lenda, que Santa Isabel dava em abadas aos pobres, voltam a florir secretamente no coração do Povo. Também êles, os rudes cavões portuguezes e as ingénuas mulherinhas das aldeias vestem de flôres a velha espada das nossas épicas façanhas. Não; êles não conhecem Camões. Mas sabem de cór a história da Santa das Rosas, da Rainha, que unia as hostés fraticidas nos campos de Alvalade. E no longínquo Céu, no triste crepúsculo da sua fé e amor pátrio acenderam, num sorriso, aquela estrêla de milagre.

Para mim, êste culto iguala o outro em grandeza de significado, mas excede-o em formosura. O Povo começa a voltar ao estado de graça; cai lentamente na aura da inspiração criadora. Na sua tósca lira, onde gemiam apenas os velhos lamentos da tristeza lusitana, acordam agora doces murmúrios de esperança. Esperemos que êle a pulse com mão arrebatada; e dos seus braços, do seu sangue, das profundidades da sua alma embriagada se ergam de novo os *rimances* épicos, que dizem às gentes a morte e a glória dos bravos.

1 de Junho de 1916.

JAIME CORTESÃO.

O EMBAIXADOR DO BRASIL, DR. GASTÃO DA CUNHA

O sr. Dr. Gastão da Cunha exercia apenas há três meses as elevadas funções de sub-secretário de Estado. Fôra nomeado para êsse cargo, quando ministro em Madrid. Para tomar conta do lugar tomou em Lisboa o *Araguaya*, em Novembro último.

O ilustre diplomata, que vem representar o Brasil junto do govêrno portuguez, conta 51 anos de idade. Nasceu em S. João de El-Rei, Estado de Minas Gerais, e formou-se em direito pela faculdade de S. Paulo.

O sr. Dr. Gastão da Cunha é descendente de uma ilustre família mineira. Seu pai, Dr. Balbino da Cunha, médico notabilíssimo, foi deputado geral no tempo do império e presidente da província de Paraná.

O sr. Dr. Gastão da Cunha exerceu com grande brilho a magistratura e a advocacia, sendo um dos mais notáveis oradores do fôro brasileiro. Dedicando-se à vida política, foi eleito deputado federal pela terra da sua naturalidade.

Amigo íntimo do Barão do Rio Branco e fazendo parte da comissão de diplomacia e tratados, coube-lhe na câmara fazer a defeza do tratado de Petrópolis, em que, desde logo, afirmou as mais brilhantes qualidades de diplomata.

Antes, porém, de ocupar uma situação entre os representantes do seu país, no estrangeiro, o sr. Dr. Gastão da Cunha foi sucessivamente juiz de direito na comarca do Rio Preto (Minas Gerais), director da imprensa official dêsse Estado, redactor do jornal *Minas Gerais*, órgão official, sub-procura-

dor geral do mesmo Estado, árbitro no Tribunal brasileiro-boliviano, idem no tribunal brasileiro-peruano, vogal na 3.^a e 4.^a conferência internacional americana.

O sr. Dr. Gastão da Cunha encetou a carreira diplomática, tomando conta da legação do Paraguay, para onde foi nomeado, em 12 de Dezembro de 1907. Dali passou para a Dinamarca e Noruega em 1911, junto da Santa Sé em 1913, no ano seguinte em 1914 e, em fins do ano anterior, chamado ao desempenho das funções de sub-secretário de Estado junto do ministério das relações exteriores.

O distinto diplomata é casado com uma filha do barão de Taypi e cunhado do conde Afonso Celso, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Do seu casamento houve três filhas, uma das quais faleceu em Bruxelas quando êle desempenhava as suas funções diplomáticas junto dos governos do norte da Europa.

Quando últimamente o sr. Dr. Gastão da Cunha esteve em Portugal, país a que dedica grande estima, e onde conta bom número de relações de amizade, tanto em Lisboa como no Pôrto, demorou-se dois dias em Coimbra, a fim de compulsar os arquivos da Universidade, no intuito de colher informações acerca de seu avô, Dr. João Baptista da Cunha, que frequentou aquêlê estabelecimento de ensino e fez parte do batalhão académico.

O sr. Dr. Gastão da Cunha é um excelente cavaqueador, tornando sobremaneira cativante o seu trato, sempre fidalgo e lhano.

CRÓNICA DO NORTE

EXPOSIÇÃO DE ROSAS

O Palácio de Cristal, que é uma verdadeira maravilha do Pôrto, parece querer voltar aos dias do seu antigo esplendor, que foram célebres. Uma nova Empresa meteu ombros a essa ressurreição benemérita. Em verdade, o Palácio havia caído num descabro tal que fazia pena e saudades. Cremos que essa mata, essa Avenida das Tílias, essas naves hão-de tornar à sua antiga beleza, ao seu passado ruidoso, amoroso, feliz. Nós somos sempre um pedaço optimista, viva Deus!

As obras começaram há tempos, e devem ser demoradas. A Empresa arrendatária parece, contudo, que afortunadamente quis inaugurar o ressurgimento do Palácio com a exposição de rosas, aberta em 27 de Maio . . .

Dias antes da abertura da exposição visitámos êsses jardins, cuja tranquillidade cheia de sombras, sob um sol vivíssimo, é sempre acolhedora de namorados e de poetas — e dos que vão, como nós, envelhecendo e recordando. Ao fundo da Avenida das Tílias, voltados para o mar, a paisagem, meus amigos, é surpreendentemente bela. Aos nossos pés, em declives abruptos, as heras cobrem o chão num fulgor acariciante de verdura, trepam pelos troncos das velhas árvores em grinaldas tam apagantes e agasalhadoras, que eu não compreendo como se chame à hera parasita, à mais amorosa e feminina das plantas.

Sente-se na natureza, esparsamente, um canto epitalâmico, um refflorir de núpcias, um ciciar de beijos nas corolas e de murmúrios, que se evaporam

em perfumes . . . A ramaria mal consente que a trespassem as flexas do sol, de oiro ardente. Como de outro lugar diz um grande poeta :

*«Dá-nos vontade de subir essas encostas
Ajoelhado, a beijar a terra, de mãos postas».*

Os melros cantam. Quási ninguém. Sob a umbela vergiliana das fôlhas, um ou outro cavalheiro contemplativo, uma ou outra senhora, um livro aberto no regaço. Como que se ouvem desabrochar os sonhos e as flôres . . . De súbito, mais frescas do que rocas de cerejas, surgem crianças montadas em jumentinhas piedosas, de passo miudinho e doce; outras se cruzam num carrito, puxado por um garrano tam pequenino, tam esbelto e tam vivo, que nos dá vontade de fugir com êle. Mas os risos das crianças desfolham-se e passam, como um beijo luminoso de Deus; e tudo volta à quietação inspiradora e a uma vasta ternura poética. Os batéis brancos do lago embalam-se de leve — à espera de Elvira.

Deixando voar os olhos para as bandas do mar, vê-se o Douro, quási sempre turvo, correr agora mais claro, dum esverdinhado de musgo, até se sumir no Atlântico, como os homens se engolfam irremediavelmente na Morte; à luz forte, no deslumbramento dessa paisagem única, vê-se nítidamente a barra, a espuma das vagás nos cachopos, uma ponta loira do Cabedelo — e na diafaneidade do ar azul, sôbre a água azul, esvoaçam as asas brancas das velas, que sempre lembram, enfunadas e errantes, as nossas ambições que se esfarrapam . . .

Mais perto, nas angrazitas do rio, dormem barcaças e vapores de bôjo negro; e na plena luz, os remos dos barcos que fogem, ao erguerem-se, resplandecem de prata, num borrifo irisado de pedras preciosas.

Os melros vão cantando . . . Nas margens escarpadas recortam-se, de bronze, os pinheiros tristes, flamejam os telhados vermelhos dos armazens, da casaria. Subindo o rio, ficam, de lá, os outeiros do Candal, até ao Alto da Bandeira, em socalcos verdejantes, com frescuras de granjas, bordando sempre a margem os vastos armazens côr de teijolo. Num aspecto de maravilha apinham-se as casarias de Gaia, às vezes lembrando elevações de presépio, com as altas chaminés das fábricas esborratando de fumo o céu dum azul delicioso, semelhante ao das velhas faianças do Cavaquinho e de Santo António do Vale da Piedade . . . Depois a ponte, o velho convento da Serra do Pilar, cujo claustro é o único circular que possuímos, com a igreja redonda, em compoteira de pedra; e do lado do Pôrto, a alfândega, Miragaia, uma escalada de prédios em aglomerações variegadas, tendo no alto, ao fundo, a Relação tristinha, e a nota esbelta da Tôrre dos Clérigos, como atalaia esguia, a vigiar os horizontes da sua cidade gloriosa.

Para quem daqui queira evocar quantas recordações históricas, quantos lances de epopeia, quantos perfis de heróis e de amorosos ressaltam — desde as lendas vagas até ao Cêrco, do rei Ramiro e dos olhos negros da Moira até ao incêndio dos armazens de Gaia pelos miguelistas, incêndio que converte o Douro Barrento num rio de sangue — quadro que tem escapado aos nossos novelistas que preferem as grandes scenografias fantásticas. Para quem preza as letras e as artes, logo grandes saudosas figuras avultam . . .

Mas, perdão : nós queríamos falar de rosas . . .



A exposição foi inaugurada num sabado, à noite. Enchendo a enorme nave, apareceram dois jardins lindamente dispostos, um da Companhia Hortícola, já de belas tradições desde Marques Loureiro, outro dos srs. Moreira da Silva & Filhos, a quem é justo tributar as nossas homenagens, como beneméritos que teem feito, em exposições sucessivas pelo país adiante, um verdadeiro poema de frutos e de flôres.

Além dos maciços dos jardins, em que se mesclavam com as rosas os pelargónios, os rododendros, as begónias e outras flôres e plantas decorativas, o palco ostentava uma quantidade de rosas de tal maneira variadas e divinamente formosas, que os olhos mal podiam preferir, entre uma tal riqueza de cambiantes, graças e opulências de formá.

À exposição concorreu logo nessa noite uma onda imensa de pessoas ávidas de beleza. As mulheres, algumas deliciosamente lindas, vestiam com suprema elegância. Elas bem sabiam, ao passar entre as rosas, que o olhar dos homens as beijava no mesmo êxtase. Se elas o não sabiam! . . .

Ao brilho intenso das grandes lâmpadas eléctricas, a nave, convertida num jardim de maravilha, era na realidade alguma coisa estranha, estontean-tes de perfumes. Não era difícil a poetas e a mulheres namoradas julgarem-se nalguma mutação de mágica, a uma estranha fulguração de magnésio, ou levados a um recanto festivo das *Mil e uma noites* — mas com rosas incomparavelmente mais belas do que as que poderiam viçar nos próprios contos de fadas . . . Nessas velhas histórias, as rosas eram ainda primitivas e simples. Que poderia prender Melusina nos cabelos, que eram um longo manto de oiro, a não ser a velha rosa ingénua e quási brava? Que lentas fecundações artificiais, que cultura sábia em maravilhosos hibridismos, para chegarmos, por estádios, a certas rosas de hoje! Ah! se as patrícias do Lácio, que tam sôfregamente amaram e se afogaram em rosas, pudessem ver essas moitas nevadas da «Karl Druschki», essas brasas vivas que são as «George Dickson», as «M.^{me} Ancelot», as «Sarah Bernhardt», as «General Gallieni»! . . .

Certamente que as rosas, certamente que as flôres, atingiram na mão hábil que as aperfeiçoa e desenvolve uma expressão de beleza estranha e perturbante. E criar beleza é descer com uma lâmpada encantada ao fundo da gruta misteriosa que é a nossa alma, para despertar às vezes dum longo sono a Bondade e o Amor . . .

Antes da Renascença nós conhecíamos poucas flôres. A mesma rosa, tam cantada e tam celebrada, que aparece nas lendas, nos festins, nos amores, tem ainda a simplicidade das almas primitivas, que tanta vez esfolhavam num sorriso ou numa lágrima as suas miúdas pétalas. E não é preciso retroceder largos anos. Nossos avós compraziam-se em aspirar as «rosas de todo o ano», as «de Alexandria», as «de musgo»; e as «rosas-de-toucar» estão a dizer-nos no seu lindo nome que era com elas que enfeitavam os cabelos as raparigas esbeltas e piedosas que foram mães de nossas mães . . . Desde Anacreonte, os poetas veem abundantemente cantando as rosas, na sua primitiva singeleza e graça. Cada um tem, naturalmente a sua predilecção, inebriado no seu perfume, enlevado na sua côr. Ronsard prefere as de pétalas que lembram a carne mimosa da sua linda Cassandra, graciosas ainda como cra-

vinas; Soares de Passos «ama a rosa branca», elegiacamente; Hugo as rosas escarlates do triunfo e da glória; Gautier exclama:

*La plus délicate des roses
Est, à coup sûr, la rose-thé!*

Para uns a rosa (no dizer de Fialho, bordado sôbre Amiel) é um estado de alma; para outros ela evoca certamente e cria estados de alma. Há certas flôres duma graça quási religiosa e enternecida, que nos ressurgem o passado, o lar alegre ou triste, o recanto de terra onde nascemos, os laranjais de amor, as fontes claras e os perfis bem-amados e perdidos, que apenas — ai de nós! — vivem agora esfumados nas neblinas da saudade. Outras são clarins de heroísmo ou de vitória. Outras são como beijos, cujo mel ou travor ficou na vida... É assim, talvez, que êste cultiva uma certa espécie, quási com ternura; aquêle uma outra... Nós vivemos de sonho eternamente.

Mas consola e ennobrece êsse esplendor de cultura, êsse poder quási criador. E enquanto as velhas rosas nos sorriem de longe, tutelares e amigas, como o olhar materno e dôce da natureza augusta e imarcescível, as novas, numa variedade e riqueza prodigiosas, afirmam o esforço do homem, na ânsia irreprimível de criar beleza, energias fecundas, fôrças quási divinas — admirável Prometeu sonâmbulo, sempre a querer quebrar as cadeias que o prendem. Como aqui cabem bem as palavras de Maeterlinck:

«Il convient de ne négliger aucune des preuves qui confirment que nous nous amparons des puissances anonymes, que nous commençons à manier quelques-unes des lois qui gouvernent les êtres, que nous nous acclimatons sur notre planète, que nous ornons notre séjour et que nous augmentons peu à peu la surface du bonheur et de la beauté de la vie».

JULIO BRANDÃO.

O MÊS LITERÁRIO

ALBA-PLENA, VIDA DE NOSSA SENHORA, versos de Augusto Gil,
edição da «Atlantida»



Entre os nossos poetas, nenhum como Augusto Gil possui tão disposto e vivo o instinto pulcro da eloquência simples que toca as almas, levantando-as até lhes comunicar o estremecimento rápido de deslumbramentos que, ante seus olhos, passam como aparições de aquêm e além-tempo. João de Deus foi assim singelo, persuasivo, profundo e português. Nos seus versos, sente-se que êle se põe em contacto com os signos e certezas da raça, penetrando largamente as escrituras que em linguagem misteriosa explicam o que nós fomos e o que nós seremos eternamente. Temperamento de cris-

tão que se interessa pelos piqueninos que, nas lendas humildes, realizam poemas inominados, Augusto Gil tem sido entre nós o padroeiro das mágoas e dôres

que, parecendo vulgares na expressão de muita gente, êle consegue apreender num gesto gracioso tornando-as superiores aos frágeis ânimos que as suportam. A ternura lusíada tão límpida e tão gemente, na sua obra, irisa-se de tão raras fulgências que até se nos representa ser ela um raio lunar suspenso nas arestas espumosas de macias ondas. Nunca, porém, como agora, na *Alba-Plena*, a sua arte se apurou e consumou, transpondo em linguagem translúcida, consonante com as palpitações religiosas do povo-vidente, a bíblica existência daquela que no meio das mulheres foi chamada a mãe de Deus.

Augusto Gil, à maneira dos que educam a sensibilidade lírica no sentido de uma amplitude cada vez maior das emoções, deixou de ser o cantor das vozes fatalistas que, dentro de nosso peito, traduzem as limitações dos nossos sonhos, das nossas esperanças e dos nossos tristes desejos. Subiu mais alto para mais altamente articular o verbo da libertação que a religião é para o homem, quando, exausto da labuta terrena, procura, através os astros, romper os sêlos sob os quais a Vida encerra os seus derradeiros segredos.

Com que delicadeza de sentimentos, êle soube compreender o sacratíssimo poema de amor que a Virgem Maria incorruptivelmente realizou, passando na humanidade como uma prece entre lábios sequiosos, pecadores!

E todavia os seus poemas recortam-se num desenho tão grácil e fácil que parece terem nascido num sôpro matinal da sua inspiração supra-terrena. Poucas vezes a palavra foi tão leve, esvoaçante e a sua significação tão larga e etérea. Não se suspeita sequer o esforço do poeta que, no lavor precioso dos seus versos, prende e subjuga ritmos e imagens que é necessário arrancar à mudez e ao silêncio das coisas, como se tivesse de ir às estrêlas beber os segredos da sua luz.

A *Alba-Plena*, que numa formosíssima edição proporcionou às mãos das mulheres em quem vela o culto inapagável da Beleza Religiosa, ficará sendo, neste lutuoso ano de fragores e tragédias, o fulgor inapagável de uma esperança que a dôr não atinge, porque é eterna.

LÍRICAS E SÁTIRAS, versos de João Saraiva,
edição da «Renascença Portuguesa»

A obra de João Saraiva é delicada e ligeira, cantando nela um coração que se resguarda de violências emocionais, para mais límpidamente conservar a juventude do seu ser. As suas líricas em que os ritmos teem suavidades de movimento, como só as asas finas das pombas, palpitando no espaço, nos dão uma ideia, encerram notas tão pouco comuns que a intimidade, o amor, a mágoa, o sonho que nelas se desvelam, mostram logo que o dom de sentir, para que tenha um grande valor poético, deve renovar-se continuamente, à maneira das águas correntes.

Saraiva é um vivo temperamento de ironista delicado, a sua musa não se abandona nunca a gestos berrantes, só próprios dos poetas que julgam interpretar a natureza traduzindo a sua sensibilidade em clamores e gritos impetuosos, bravios. As suas sátiras também não são agressivas, porque êle não toma a sério as máximas de Horácio que dizia que o riso serve para corrigir os costumes. Não quer emendar o mundo, sendo certo que o mundo tem nos seus erros uma das razões mais fortes da sua existência. São filhas da ale-

gria, da verve rútila e mordaz que se exerce, sobretudo, tamborilando as toleimas obêsas que, nas salas, nas ruas, nas academias e nos parlamentos, invertem todas as noções do bom senso e do bom gôsto.

Quando as lêmos, elas deixam-nos a impressão clara de um canto de mel-ro, que não tem outro amor senão o da sua rica liberdade.

NOTAS DE ESTUDO, por Moreira Teles, na Livraria Clássica Editora

Moreira Teles, é um escritor que trabalha a história com o propósito de extrair dela a vida misteriosa que as suas páginas encerram. Aproveita os factos não só como elementos de um drama em que todas as fôrças ora se harmonizam, ora colidem, mas também como índices de uma energia latente que, por tentativas, vai realizando equilíbrios difíceis no tempo e no espaço.

Brasileiro e tendo como poucos o amor da sua pátria, êle estuda-lhe o passado, para ver calmamente as múltiplas formas que a sua alma revestiu, antes de chegar à modernidade. Ao lado de transitórias e contingentes manifestações de um crescimento e vigor indefinido, Moreira Teles prende-se, sobretudo, com êste grande acontecimento — como é que se constituiu a seiva original do Brasil?—que obstáculos a contrariaram?—que auxiliares a ajudaram a desenvolver-se?

E pela colonização, o comércio, a indústria, a agricultura, o ensino, a religião, a política e a educação, conhecidas nas suas origens e nos processos peculiares da sua subsequente acção e interacção, o autor das *Notas de Estudo* vai-nos descobrindo como se cria um grande povo, iniciando-se no esforço, na liberdade, no pensamento e no ideal, de sorte a poder um dia pensar no orbe terráqueo como um dos grandes factores da sua omnímoda diversidade. Moreira Teles, cuja maneira de escrever corresponde admiravelmente à sua maneira de pensar, é um prosador sóbrio e cuidado que se faz notar pela justeza da expressão e pela fluência da frase.

ÚLTIMAS CIGARRAS, poema de Olegário Mariano, desenhos de Correia Dias, Rio de Janeiro

Olegário Mariano publicou as *Últimas Cigarras*, um poema simples todo êle concebido em roda da fábula da cigarra e da formiga.

Um belo pretexto para esboçar uma piquena interpretação poética da vida, simbolizada na boémia sentimental e na actividade lucrativa.

A cigarra canta, porque o seu destino é cantar, colaborando com a natureza que, na primavera e verão, propende para o verbo das sinfonias. A sua alegria é rápida e passageira e descuidosa, como as flôres, as espumas, os ruídos das ramarias e as côres hieráticas dos poentes. Todavia, não a preocupa a eternidade nem mesmo o problema do ganha-pão. Cumpre o seu fado sem uma dúvida ou uma incerteza, visto que, quando o outono chegar, num último arranque de frivolidade ela saudará a morte como amara a vida.

A formiga, porêm, inacessível à poesia e à sugestão das meigas paisagens, laboriosamente, avaramente, encherá o seu celeiro, prevendo a invernia e os longos dias sem pão. Não compreende o prazer de recitar de cór trechos de música ligeira: cala-se, concentra-se no nada do seu corpo e vota-se a tarefas prosaicas. No seu derradeiro passeio, em busca de alimento encon-

strará o cadáver da cigarra. Transportá-lo-há para o seu celeiro sem suspeitar que nele viveu um instinto errante de trovador.

O Entêrro da Cigarra

As formigas levaram-na... Chovia...
Era o fim... Triste outono fumarento!...
Perto, uma fonte, em suave movimento,
Cantigas de água trémula carpia.

Quando eu a conheci, ela trazia
Na voz um triste e doloroso acento.
Era a cigarra de maior talento,
Mais cantadeira desta freguesia.

Passa o cortejo entre árvores amigas...
Que tristeza nas fôlhas... que tristeza!
Que alegria nos olhos das formigas!...

Pobre cigarra! quando te levavam,
Enquanto te chorava a Natureza,
Tuas irmãs e tua mãe cantavam...

A LENDA INFANTISTA, por João de Rocha, na Livraria Ferreira

A figura do Infante D. Henrique tem, nos últimos anos, sido bastante discutida na significação integral da sua obra de navegador, aparecendo escritores que tentam diminuir-lhe a importância, porque não querem ver nele o iniciador da epopeia das Descobertas. Teófilo Braga, com a autoridade do seu nome, tomou a peito êste trabalho de crítica demolidora.

João da Rocha, examinando os argumentos e razões essenciais do mestre, combate-os um a um, mantendo na sua vera grandeza aquele que, nos começos da dinastia de Avís, compreendeu a missão civilizadora de Portugal. *A Lenda Infantista* é, portanto, um livro de história, no seu aspecto polémico, mas ao mesmo tempo uma bela tentativa para manter a linha harmónica na sucessão dos grandes nomes que, pelos séculos fora, revelaram as fortes energias de um povo, que fez a mais nobre tentativa de idealismo, entre as raças do orbe.

Possui João da Rocha uma clara intuição de todo o nosso passado — o dom augural de surpreender, nas cinzas das velhas idades, as gestações enormes que gradualmente remoçam a fé maravilhosa na ânsia latina, mediterrânea e atlântica, de civilizar e educar.

A suas qualidades de prosador, plásticas, ricas e variadas tornam *A Lenda Infantista* de uma leitura tanto mais fácil quanto é certo que em cada uma das suas páginas o génio da sua língua palpita e fulgura.

JOAQUIM MANSO

TEATROS

Se acaso ainda subsistisse a velha moda de duplicar os títulos dos romances e das peças teatrais, a última produção de Marcelino Mesquita poderia denominar-se *Pedro, o cruel* ou *A novíssima Castro*. Sem erguer a maior altura o nome do eminente dramaturgo, a sua «tragédia histórica em quatro quadros» prova-nos, mais uma vez, indiscutível habilidade e a segura previsão do êxito que nas platéas populares, hoje como sempre, os episódios da crónica e da lenda inesianas logram alcançar. Nos espectaculosos quadros que constituem *Pedro, o cruel*, não existe como em *A Morta*, a formosíssima peça de Henrique Lopes de Mendonça, há um quarto de século representada naquele mesmo palco do Nacional, uma intriga, um entrecho, uma reconstituição da época e várias, importantes personagens; nem se estabelece, como noutras «famosas tragédias», o conflito de que resulta a execução da «miserável e mesquinha» em nome da razão do Estado. Apenas se ergue e move D. Pedro, entre os seus homens de armas, os seus monteiros, os seus pagens, a sua côrte: quando infante, conhecendo a horrível nova ao regressar duma caçada e soltando imprecações e ameaças contra o pai e os conselheiros do assassinio (primeiro quadro); quando rei, aguardando nos paços de Santarém e submetendo ao interrogatório e ao suplício Álvaro Gonçalves e Pero Coelho cujos corações arranca e trinca (segundo quadro); conduzindo, pomposamente, de Coimbra a Alcobaça a múmia de Inês e expondo-a ali, depois de coroada, à adoração pública (terceiro quadro); sepultando-a, por fim, terminados os fúnebres obséquios, no túmulo magnificente que lhe mandou lavrar sob as abóbodas do vetusto mosteiro cisterciense (quarto quadro). Pelo vigor e pelo arrebatemento, o furibundo monólogo — punhado de alexandrinos refulgentes e sonoros — em que D. Pedro afirma os seus ferinos intuitos de vingança lembra o que Baptista Gomes punha na bôca do infante na célebre *Nova Castro* que fez derramar rios de lágrimas a nossos avós, a quem a shakespereana scena do castigo tremendo imposto aos conselheiros verdugos, como a fantasiada coroação póstuma, não menos horrorizou e comoveu. Com a liberdade que é lícita não só ao poeta mas ao escritor de teatro, Marcelino Mesquita juntou na mesma hora e no mesmo local o episódio da afirmação do casamento do infante com Inês e o da adoração do cadáver entronizado, cercado-o de todo o aparato rial e litúrgico. Como em *A Morta*, quando a exumam da cripta de Santa Clara de Coimbra, Inês é também aqui glorificada com o hino *Domine, salvam fac reginam* no momento em que aparece sôbre o trono e, em volta, a côrte e a comunidade monástica, a luz dos brandões e o fumo dos turibulos. O rei canta, do mesmo modo, a sua incorrupta beleza e se, monologando junto do túmulo da muito amada, na peça de Henrique Lopes de Mendonça, pede a Deus o milagre de a ressuscitar, e tem essa passageira ilusão ao surgir Isabel Tosse, — na tragédia de Marcelino Mesquita são os espectros de Gonçalves e Coelho que se lhe levantam diante dos alucinados olhos quando desvela à beira da sepultura de Alcobaça, após as longas exéquias imponentes. Quer isto dizer que os dois labores, ou sequer os dois lances, se assemelham? Não se imagine que pretendemos insinuá-lo! Nem como teatro nem como literatura, estes trabalhos, que vinte e cinco anos separam, se confundem. *A Morta*, que faria a reputação dum poeta e dum dramaturgo, e que ficará nas letras pátrias.

como uma obra de singular valor, se hoje reaparecesse nos nossos palcos — admitido que lhe não faltavam intérpretes idóneos — nunca alcançaria o acolhimento que o grande público dispensa a *Pedro, o cruel*. Marcelino Mesquita cinematografou a história e a lenda no que ambas encerram de emocionante e patético pela estranha grandeza da violência no ódio e no amor e pelo inigualável decorativo que emoldura as explosões dum e doutro. O dramaturgo transigiu com a moda, mas animando, colorindo, sublinhando o *film* trágico mediante as suas tiradas poéticas, para suprir desta arte as naturais deficiências da sumptuosa *mise en scène* e da experiente e vasta comparsaria que êle reclama... Não se inibindo de acentuar com extrema rudeza a humilhação infligida a clérigos e nobres, quando o rei, entre invectivas e insultos, os força a oscular o pé da desenterrada Inês, Marcelino Mesquita condescendeu ainda nesse ponto com o gosto da parte mais numerosa e mais impressionável do público.

Resta dizer que Carlos Santos, actor de inteligência e cultura acima do comum, se incumbiu audaciosamente do papel de D. Pedro. A complicada e mórbida figura do rei medieval, folião e justiceiro, amoroso e vindicativo como nenhum outro, não teem hoje no teatro português quem a incarne como a traçou Marcelino Mesquita, tendo presente a crónica de Fernão Lopes e a monografia admirável de Antero de Figueiredo. O esforço do distinto comediante merece, todavia, ser louvado. Os scenógrafos Augusto Pina e José Mergulhão foram felizes, pintando aquêles as scenas do primeiro e segundo quadros (casa na Beira e paços de Santarém) e êste os dois últimos (o interior da igreja de Alcobaça e a capela tumular).



Com *Pedro, o cruel* fechou a época o Nacional onde, pouco antes, caiu a peça em três actos *Octávio*, de Vitoriano Braga. O caso de psicopatia sexual apresentado pelo jovem escritor — um artista misógino que não cumpre os deveres maritais e que morre ao saber que a mulher o atraiçoa — não suscitou interêsse quer pela repugnante escabrosidade do tema, quer pela forma por que foi tratado, quer ainda pelo desempenho. No República, o fêcho da época assinalou-o a queda de *O diabo em casa*, título com que Eduardo de Noronha traduziu do inglês a peça de Artur Pinero *Preserving Mr. Panmure*. A ingénua graça inglesa que caracteriza esta sátira não surtiu efeito transplantada para a nossa língua e a interpretação em geral concorreu também para o desastre. O público que de Pinero aplaudiu em português a *Segunda mulher de Tanqueray* e *A casa em ordem* não resistiu ao enfado produzido por *O diabo em casa*. Na sua festa artística, Eduardo Brazão representou o episódio inédito, em verso elegante e terso, de Henrique Lopes de Mendonça, intitulado *Saudade*. É o encontro fortuito dum prior do Crato — não o pretendente ao trono mas um tio de Afonso de Albuquerque — com certa dama e a grata evocação do longínquo amor que um dia os prendeu. No Gimnásio, o encerramento da época fez-se com a farça *O pai do regimento*, de Monezy-Eon e Durieux, traduzida por Jorge de Abreu. Obteve um desempenho e um êxito excelentes, e sucessivas representações. Mercê do seu talento e da sua energia, e exemplificando uma probidade profissional pouco vulgar, Maria

Matos, a illustre actriz-empresária, consolidou sob este aspecto o seu prestígio. Como elle é justo, verificá-lo-há o Brasil onde a *troupe* do Gimnásio, segundo consta, se propõe ir, pela primeira vez, no próximo ano.

CRÓNICA MUSICAL

AVELINO DE ALMEIDA.

Lisboa foi visitada pela Orquestra Sinfónica do Porto, que no Teatro de S. Carlos deu dois concêrtos nas noites de 3 e 4 de Maio.

Essa visita não foi, infelizmente, recebida como deveria ser, tendo-se o público absterido, por quaisquer misteriosas razões, de acorrer como lhe cumpria aos concêrtos que, por mais de um título, mereciam curiosidade e simpatia.

A Orquestra Sinfónica do Porto tem um núcleo de cordas excelente, sendo os primeiros violinos duma homogeneidade perfeita, e destacando-se como elementos de grande valor o violinista belga René Bohet e o violoncelista catalão D. Mário Vergé; dos instrumentos de sôpro, apenas a primeira trompa e o oboé são aproveitáveis; todos os outros são medíocres, com excepção dos trombones que são péssimos.

Destas qualidades da orquestra naturalmente resulta a inferioridade da execução nos trechos em que os metais tem largo emprêgo: por isso as obras de Wagner que a orquestra executou, a abertura dos *Mestres Cantores*, a *Cavalgada das Walkírias* e a *Morte de Siegfried* deixaram tudo a desejar.

Pelo contrário, os trechos em que as cordas predominam, ou em que são exclusivamente empregadas — e estes figuravam largamente nos programas — obteem uma mais feliz execução, se bem que nunca tam perfeita como a que seria lícito esperar de tão bons elementos.

Dêste defeito, porém, não cabe culpa aos executantes, mas sim à regência; efectivamente o sr. Raimundo de Macedo, director da orquestra, está longe de possuir as qualidades necessárias para tão espinhoso e elevado officio. A sua profusão de gestos é em verdade inverosímil, sendo a sua grande maioria absolutamente inútil, e, pior do que inútil, prejudicial.

Aparentemente, o sr. Raimundo de Macedo está sempre a reger a *Cavalgada das Walkírias*; o seu arrebatamento, calor, entusiasmo, fogo são sempre os mesmos, qualquer que seja o andamento e a expressão do trecho: por isso a orquestra lhe não obedece, e ainda bem, tornando-se assim as execuções ásperas, hirtas, rígidas, sempre iguais do princípio ao fim. Nos trechos fugados este defeito torna-se gravíssimo, visto ser impossível obter a clareza indispensável: no final da *Sinfonia* de Franck e num momento da de Schumann apenas se apreendia uma massa informe de sons.

Tal é a razão por que o quarteto de corda, apesar da sua real superioridade, fica sempre inferior a si próprio.

A 21 de Maio apresentou-se num concêrto realizado no Teatro da Trindade um violinista de verdadeiro mérito, e de cujas qualidades muito há, decerto, a esperar.

Luís Barbosa, um talento perdido pelos animatógrafos, revelou-se como um artista, na nobre acepção do termo; duma técnica correctíssima, duma

interpretação honesta, duma afinação impecável, Luís Barbosa grangeou desde logo a simpatia e admiração de quantos o escutavam.

O seu sentimento sóbrio afasta-o do perigo, infelizmente tão comum, de cair no exagêro piegas; talvez até êsse receio o domine em excesso, pois por vezes poderia com vantagem ser mais largo na execução. De resto, êsse inconveniente decerto se corrigirá com o tempo, logo que os anos dêem ao artista a plena posse da sua personalidade.

HUMBERTO DE AVELAR.

ECONOMIA & FINANÇAS

O CUSTO DA VIDA

Ouvir-se dizer, a propósito disto que se compra ou daquilo que se paga, que *a vida está cara* — é uma lamentação de todos os tempos e de todas as latitudes, e não cremos que para a explicar seja lícito recorrer à «Conflagração Europeia...» Mas se a «Guerra das Nações» não colhe como elucidação universal e absoluta, no espaço e no tempo, ela é, sem dúvida, a causa eficiente de que a vida *esteja mais cara* após o seu desencadeamento.

Isto, que se poderia inferir *in limine*, sem maior êrro de interpretação económico-financeira, o acaba de demonstrar palpavelmente o Ministério do Trabalho norte-americano, trazendo a lume, a êsse respeito, um depoimento numérico deveras curioso relativo ao ano de 1915, ou seja num período forte e intensamente atingido pela passagem e conseqüências da guerra.

Vejamos, pois, sumariando, o que diz a autorizada estância norte-americana, e em relação aos países mais próxima e directamente assolados pela vulgarmente denominada *crise de subsistências*:

a) Alemanha:

Tomando em linha de custo a proporção em que os diversos géneros alimentícios entram no consumo operário, a conta da alimentação aumentou, em Novembro de 1915, de 82 % em relação a Julho de 1914. No entanto, de Outubro para Novembro último há uma baixa de 6,6 %, talvez resultante das últimas fixações de máximos de preço de venda.

Desde Julho de 1914 a Novembro de 1915, os diversos alimentos aumentaram nas percentagens seguintes: carne de vaca, 59,4 %; carneiro, 50,5 %; vitela, 51,3 %; carne de porco, 72,8 %; toucinho, 20,3 %; farinha de centeio, 60 %; farinha de trigo, 28,6 %; pão de centeio, 42,9 %; pão de trigo, 27,7 %; batatas, 25 %; ervilhas 212,5 %; feijões, 146 %; arroz, 300 %; açúcar, 20 %; café, 22,6 %; ovos, 200 %; leite, 36,4 %; manteiga, 17,3 %; banha de porco 44,8 %.

Estes preços referem-se a Berlim.

b) Áustria:

Segundo os dados oficiais, o custo da alimentação subiu de 117,2 %, desde Julho de 1914 ao fim de Outubro de 1915.

A alta em relação a alguns géneros é a seguinte: banha de porco, 342 %; arroz, 333 %; toucinho, 310 %; carne de vaca, 211 %; ovos, 185 %; carne de porco, 167 %; feijões e margarina, 150 %; vitela, 106 %; manteiga, 100 %; farinha de trigo, 80 %; pão de centeio, 95 %; leite, 43 %.

Em Novembro último, novo aumento em 8 artigos. Em corôas (a corôa é

igual a 1 fr.05), eram os seguintes os preços (a retalho) em Novembro de 1915 : leite, 0.44 cada litro ; manteiga, 7.60 por kilo ; margarina, 5.80 ; pão, 0.62 ; arroz, 3.40 ; batatas, 0.15 ; feijões, 1.16 ; açúcar, 0.96 ; cada ôvo, 0.22, etc.

Estes preços são de Viena.

c) Inglaterra :

O Board of Trade constata que, de Julho de 1914 a 1 de Dezembro de 1915, o custo da alimentação aumentou de 46 % nas grandes e de 42 % nas pequenas cidades, ou seja em média 44 %.

Os aumentos distribuem-se do seguinte modo :

Géneros	% de aumento s Julho de 1914	
	Grandes cidades	Pequenas cidades
Costeletas de vaca (inglêsas)	36	35
» » » (congeladas)	50	43
» » porco (inglêsas)	27	29
» » » (congeladas)	45	37
Toucinho	33	27
Peixe	105	66
Leite	29	26
Chá	49	48
Farinha	43	40
Pão	43	37
Açúcar	97	89
Margarina	7	5
Queijo	29	29
Ovos	102	112
Manteiga fresca	33	35
» salgada	31	34
Média de aumento	46	42

d) Itália :

O custo da vida, que em Novembro de 1914 tinha diminuído de 0,9 % em relação ao índice número de 1912, aumentou de 22,2 %, de Novembro de 1914 a Novembro de 1915.

Os preços médios na venda a retalho, referidos a Novembro de 1914 e a Novembro de 1915, e abrangendo 42 cidades, permitem construir o seguinte quadro :

Géneros	Novembro	Novembro
	1914	1915
	(Liras)	(Liras)
Pão de trigo (kilo)	0,429	0,490
Farinha de trigo (idem)	0,437	0,555
Massas (idem)	0,562	0,709
Carne de vaca (idem)	1,58	2,29
Toucinho (idem)	2,11	2,72
Azeite de mesa (litro)	1,89	2,18
Leite	0,360	0,369

O aumento do custo da vida é superior à média de 22,2 % em Bolonha (47,7), Udine (43,3), Reggio (33,9), Nápoles (26,9), Tarento (32), Lecce (38,4), Livorno e Turim (29,3), Génova (26), Pavia (25,7). Esse aumento é inferior à média em Florença (11,8), Agrigente (15), Milão (17), Roma (18), etc.

e) Diversos :

Nos Estados Unidos há uma baixa no custo da vida de 1 %, de Julho de 1914 a Julho de 1915. Há um aumento em 6 artigos (açúcar 17 %, farinha 20 %, etc.) e uma baixa em 11 (ovos 21 %, batatas 22 %, etc.)

Na Dinamarca o aumento do custo da vida cifra-se em 14,3 %.

No Canadá, o custo médio por semana da alimentação de uma família de 5 pessoas (média de 60 cidades), que era de 34 fr. 50 em 1910, atinge 38 fr. 50 em 1914 e 40 fr. em Novembro de 1915.

Na Noruega, considerando como 100 o índice número de 1911, os índices de Julho e Novembro de 1914 são, respectivamente, de 113 e 117 e os índices de Outubro e Novembro de 1915 são, respectivamente, de 140 e 162.

Na Holanda, sendo do 100 o índice número de 1893 (índice número formado com 29 géneros de alimentação), o índice de Novembro de 1915 é de 148 contra 113 de Janeiro a Julho de 1914, 121 de Agosto a Dezembro de 1914, 137 no 1.º semestre de 1915 e 145 em Outubro de 1915.

Na Suécia a alta para uma família de 4 pessoas, dispondo de um rendimento de 2.325 francos, calcula-se em 14 % (dados de 44 cidades).

Na Suíça, os 18 primeiros meses da guerra produziram um aumento no custo da vida computado em 26 %. De Junho a Dezembro de 1914, essa alta foi de 7,3 %; de Dezembro de 1914 a Março de 1915, de 6,7 %; de Março a Dezembro de 1915, de 12 %.

Em resumo: a *vida* está cara, cada vez mais cara. Em compensação a *morte* está barata, extraordinariamente barata . . . É esta mais uma aplicação, bizarra e sinistra, da lei económica da — oferta-e-procura !

O PREÇO DA GUERRA

É uma afirmação banal, mas nem por isso menos verdadeira, a de que *o dinheiro é o nervo da guerra*. Assim foi, necessariamente, a todo o tempo: as glórias militares tiveram e teem a sua equivalência orçamentária e, porventura, quanto mais refulgentes — mais caras . . . Assim, por exemplo, a triunfante quadra napoleónica, os quinze anos de campanha do *petit caporal* representaram para a França um aumento de 558 milhões de fr. na sua dívida pública; e a mesma contenda, adicionada do período de embate contra a França Revolucionária de 1789-1791, acarretou à Inglaterra um encargo de dívida de 15.535 milhões de fr., respeitável soma que melhor se justifica atendendo a que a Grã-Bretanha foi também então a *empresária* do grande torneio bélico . . . ; dinheiro e bom dinheiro custaram todas as guerras da segunda metade do século findo e primeiros anos do século corrente, desde a guerra da Crimeia, que só à Inglaterra trouxe uma despesa de 1.855 milhões de frs., até à guerra russo-japonêsa (à parte da Rússia: 6.333 milhões de frs., e ao Japão: um mínimo de 4.500 milhões) e às recentes guerras balcânicas, que só ao pequeno povo grego custaram 636 milhões de frs. e à tríplice e efémera aliança balcânica (Grécia, Sérvia e Bulgária) cerca de 2.000 milhões de:

frs.; e pode, com certa e aterradora segurança, concluir-se que os embates belicosos desencadeados de há cem anos a esta parte acarretaram à Europa uma sangria monetária de 65.000 milhões de frs., não incluindo no cálculo as chamadas *despesas de preparação* guerreira, que são enormes e são as mais avultadas!

E a actual «Conflagração Europeia»? Do seu formidável *custo* se pode fazer uma primeira avaliação de cômputo, tendo em vista os seguintes e interessantes números representativos da *espectativa armada* ou *despesas de preparação militar* dos principais países, assim monetariamente traduzidos nas vésperas da «Guerra das Nações»:

ORÇAMENTOS DE GUERRA DAS MAIORES NAÇÕES DA EUROPA

Países	1883	1893	1903	1913
	(Em milhões de francos)			
Alemanha	458	716	810	1.689
Áustria-Hungria	295	330	428	447
Inglaterra	432	445	1.750	708
França	584	634	688	983
Itália	253	248	282	424
Rússia	772	700	878	1.469
Totais	2.794	3.073	4.836	5.720

ORÇAMENTOS NAVAIS DAS MAIORES NAÇÕES DA EUROPA

Países	1883	1893	1903	1913
	(Em milhões de francos)			
Alemanha	46	107	277	593
Áustria-Hungria	23	25	52	151
Inglaterra	270	356	786	1.119
França	205	255	313	489
Itália	58	108	127	257
Rússia	122	133	308	609
Totais	724	984	1.863	3.218

DESPEAS MILITARES TOTAIS DAS MAIORES POTÊNCIAS DA EUROPA

Países	1883	1893	1903	1913
	(Em milhões de francos)			
Alemanha	504	823	1.087	2.282
Áustri-Hungria	318	355	480	598
Inglaterra	702	801	2.536	1.827
França	789	889	1.001	1.472
Itália	311	356	409	631
Rússia	839	833	1.186	2.078
Totais	3.518	4.057	6.699	8.938

Os números supra referidos fornecem uma ideia assaz elucidativa da importância da primeira e consumida parcela monetária, sacrificada à ambição

ou necessidade guerreira. Para fazer, porém, um juízo completo dos seus encargos, haveria mister adicionar-lhe a *conta corrente* da guerra, ou sejam as somas dispendidas, tanto na manutenção pessoal como no aprovisionamento técnico dos *efectivos* postos em campo pelos vários países em prélio. Não é isso fácil; podendo, todavia, conseguir-se uma estimativa aproximada, tendo em vista que a média do custo da «Conflagração Europeia» a cada um dos seus maiores parceiros não é inferior a *15:000 contos por dia* . . .

Esta cifra, já por si tremenda, é uma média . . . , à qual haveria que acrescentar, para completa avaliação, os lucros cessantes e os danos emergentes, ou sejam, afora o dispêndio horrível de *vidas*, a destruição pavorosa de patrimónios na extensão dos territórios — campos de batalha — e a paralização forçada das melhores energias, produtoras e úteis, dos Estados em conflito.

X

EXPOSIÇÃO DE BELAS ARTES — EXPOSIÇÃO AUGUSTO

PINA

A partida para o estrangeiro do nosso eminente colaborador Dr. José de Figueiredo, ainda não nos deixa publicar neste número a nossa crónica de arte. Ficará para o número próximo. Registemos no entanto o admirável êxito das duas exposições que mais teem chamado o público de Lisboa — a Exposição de Belas-Artes e a exposição de Augusto Pina, sendo esta última quasi uma surpresa para toda a gente, pela nova face do talento do ilustre scenógrafo que exterioriza e define.

Notícias & Comentários

CÂMARA BRASILEIRA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Por iniciativa do novo cônsul do Brasil, Sr. Dr. Moraes Barros, fundar-se-há, brevemente, em Lisboa uma Câmara Brasileira de Comércio e Indústria, com o fim de desenvolver o intercâmbio comercial de Portugal e Brasil. Já foram dados os primeiros passos para a realização de tão belo plano, — há muito tempo em embrião, — sendo de esperar que todos os esforços se conjuguem no intuito de transformar em realidade uma velha aspiração do comércio brasileiro : a introdução dos géneros do país irmão nos mercados portugueses, agora, mais do que nunca, necessitados de alguns dêles.

Como consequência de uma tal medida, virão as facilidades dos dois govêrnos, e o seu mútuo auxilio, para o estabelecimento da carreira de navegação portuguesa para o Brasil. Esta aspiração da colónia portuguesa das Terras de Santa Cruz tem de ser transformada em realidade, nêste momento difícil da vida dos dois países, porque os govêrnos respectivos não podem ignorar quanto sofre o comércio luso-brasileiro com esta falta imperdoável, — para não dizermos criminosa.

A revista *Atlantida*, que, desde a sua fundação, sempre tem pugnado pelo estreitamento das relações luso-brasileiras, coloca-se incondicionalmente ao lado dos portugueses e brasileiros que conseguirem levar àvante tão patriótica idea, — seguro alicerce de maiores empezas em épocas futuras.

«O SERÃO DAS FLORES»

Entre as muitas festas realizadas em beneficio das vítimas da guerra, destaca-se a Festa das Flôres, promovida pelo jornal *O Seculo*; e, na Festa das Flôres, *O Serão das Flôres*. Escritores como Julio Dantas, Schwalbach, Augusto de Castro, Acácio de Paiva, músicos como Augusto Machado e Hermínio do Nascimento, e os principais artistas dos teatros portugueses realizaram uma obra que honra *O Seculo* e honra os autores e intérpretes das peças representadas. Registamos, no meio da habitual deselegância das nossas festas de caridade, este belo serão de arte.

NAVARRO DA COSTA

O quadro, que hoje reproduzimos, do ilustre pintor brasileiro Navarro da Costa, foi premiado com *medalha de ouro* pelo júri da Exposição de Belas-Artes. Esta justíssima consagração a um pintor brasileiro não pode senão contribuir fortemente para uma maior aproximação entre os artistas e intelectuais dos dois países fraternos.

DR. TEÓFILO BRAGA

O eminente escritor Teófilo Braga, honra e glória do seu país, publicará no nosso próximo número um magnífico artigo de investigação histórico-literária.

* * *

No próximo número a *Atlantida* publicará artigos de Henrique Lopes de Mendonça, de Xavier Marques, da Academia de Letras da Baía, de Cândido de Figueiredo, de Chagas Franco, de Álvaro Hogan, de A. Rita Martins, etc., e, entre outras ilustrações, a reprodução de um quadro do distinto pintor brasileiro Alvim Menge.

ALBA-PLENA

Tem tido um extraordinário êxito o novo livro de Augusto Gil. Entre várias opiniões da Imprensa, todas elas de justo elogio, destacamos hoje o admirável artigo de Augusto de Castro, publicado no *Século*:

«*Alba-Plena*. O novo livro de Augusto Gil não é apenas um extraordinário livro de versos—é um grande livro de poesia. Acabo de o ler, ou, melhor, acabo de o rezar num dulcíssimo enlêvo. Rimas em que noivam aromas brancos de flôres, em que ruflam asas de ninhos, em que gorgem murmúrios de fontes, em que estremecem fios de luz, nelas palpitam o êxtase, o sonho, o canto de uma ave.

Tive a sensação rara e indefinida de escutar na palavra humana as coisas simples e eternas com que Deus matizou a voz dos poetas e a graça das madrugadas. Como a curva de um doce vôo de andorinha na limpidez de um céu azul, a musa do grande poeta deixou na minha alma um rasto de candura e de infinito. É preciso reler a *Vida de Jesus*, de Gomes Leal, é preciso subir até à alma imortal de João de Deus, para encontrar na nossa literatura uma tão doce, cristalina, espontânea inspiração de pureza e de amor.

Alba-Plena, que, na deliciosa edição da *Atlantida* o lápis de Raul Lino ilustra com algumas vinhetas encantadoras, é a história de Nossa Senhora contada «em verso brando e cuidado»:

*É como o suco da flôr
Que entrou num favo doirado
E se tornou doce mel . . .*

Augusto Gil canta o mistério, a prece, a ternura e a dôr da Virgem. O seu poema é um grande hino de devoção e carinho à mulher, de que Nossa

Senhora é, mais do que o símbolo religioso, o símbolo humano da maternidade e do sacrifício. Porque é um livro singelo, como uma oração, nele vibra e estremece, na sua mais delicada essência, a espiritualidade feminina. *Alba Plena* é um livro de ideal amoroso que só um português poderia sentir—e que na poesia portuguesa tem de ficar como uma das suas obras primas de puríssima emoção lírica.

A grande glória do poeta do *Luar de Janeiro*, e da *Sombra do Fumo* é ter conseguido reatar, no baudelairianismo artificial da sua geração e mercê do seu temperamento contemplativo e de um sentimento muito íntimo da natureza, a tradição do lirismo nacional. A sua voz é límpida e é «nossa». Nasce nos vales, entre as boninas, no cristal das fontes, nas sombras e nos céus da bemdita terra portuguesa. Na sua inspiração canta a graça das romarias, a doçura das novenas, o marulhar dos crepúsculos, a claridade religiosa e divina das paisagens, que o sol, nos prados, empoalha de ouro e o luar tece, nas eiras, de mistério.

Augusto Gil tem o sentimento natural e não o sentimento literário do povo. E mostra-o mais uma vez neste livro de lenda e preces. A Virgem Maria foi, desde todos os tempos cristãos, a grande musa popular—porque ela é, em todo as religiões, a mais doce e bela divinização da mulher. Augusto Gil, irmão dos simples, tinha de erguer, como eles a sua ermida à Mãe de Deus e dos Homens. *Alba-Plena* é essa ermida, cercada de madre-silvas e de giestas, no alto iluminado de um monte, entre brancos caminhos e azinhagas floridas.

Milagre admirável e singular o dos Poetas! No meu gabinete de trabalho, pesado de sombras de livros e de mágoas, entrou, com o seu aroma rescendendo de altar do campo, êste poema de unção e de ternura, como um claro feixe de luz. Li-o, de alma ajoelhada—e tive, ao lê-lo, a impressão de ver abrir-se, de súbito, diante de meus olhos extáticos, uma janela de melodiosa e infinda paz—tal como se visse entrar pelo quarto, prêsa a um raio de luar, a voz de um rouxinol.

A. DE C.

ALBA-PLENA

VERSOS DE AUGUSTO GIL

Retrato por COLUMBANO

Ilustrações de RAUL LINO

Edição da ATLANTIDA

Preço \$60

ATLANTIDA Encadernações e Capas

MENSARIO ARTISTICO
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

(ESTÃO PUBLICADOS OS VOLUMES I E II)

Cada capa \$30 Cada encadernação \$50
Pelo correio \$32 Pelo correio \$56

CADA VOLUME ENCADERNADO **1\$50**
PELO CORREIO **1\$56**

PEDIDOS Á ADMINISTRAÇÃO:

Largo Conde Barão, 49 — LISBOA
e Avenida Rio Branco, 128 — RIO DE JANEIRO

NOTA:— A fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniencia de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importancia.

SUMÁRIO DO NÚMERO 7

<i>A primeira constituinte brasileira</i>	A. Velloso Rebello
<i>Corações de mulher</i>	Garcia Redondo
<i>O meu optimismo</i>	Jayme Magalhães Lima
<i>Página de Aristófanes</i>	Julio Dantas
<i>A América do Norte. (As cidades. Os indivíduos)</i>	Alfredo de Mesquita
<i>O Museu Nacional de Arte Contemporânea</i>	José de Figueiredo
<i>Caír da Sombra</i>	Hermes Fontes
<i>A arte é a mentira</i>	H. Trindade Coelho
<i>Actualidade inédita da Medicina Brasileira</i>	Dr. Silva Araujo
<i>Oração à Patria</i>	João de Barros

REVISTA DO MÊS

<i>O novo Presidente do Estado de S. Paulo</i>	
<i>Portugal na guerra</i>	Jaime Cortesão
<i>O Mês Literário</i>	Joaquim Manso
<i>O Romance no Brasil</i>	Joe
<i>Crónica musical</i>	Humberto d'Avelar
<i>Os Teatros de Lisboa</i>	Avelino d'Almeida
<i>A Exposição Nacional de Belas Artes</i>	
<i>Economia e Finanças</i>	X.
<i>A Exposição de Arte na Escola</i>	G. M.
<i>Arte de Dizer</i>	A.

NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS

Reproduções de Rodolfo Bernardelli.
Fotografias do Museu de Arte Contemporânea.
Desenhos de Raul Lino, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro e Santos Silva.

CAXAMBÚ

A SOBERANA DAS AGUAS DE MESA

